



LEONARDO FERNANDES FERREIRA

Mariposas Vermelhas:

A comunicação popular e a territorialização das comunas na Venezuela

São Paulo - SP

2022

LEONARDO FERNANDES FERREIRA

Mariposas Vermelhas:

A comunicação popular e a territorialização das comunas na Venezuela

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência parcial para a elaboração da dissertação de Mestrado em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.
Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch.

São Paulo - SP

2022

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Ferreira, Leonardo Fernandes.

F383 Mariposas Vermelhas : a comunicação popular e a territorialização das comunas na Venezuela / Leonardo Fernandes Ferreira. – São Paulo, 2022.

96 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2022.

1. Comunicação – Venezuela – Aspectos políticos. 2. Comunas – Venezuela. 3. Venezuela – Política e governo – História. I. Título.

CDD 302.230987

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LEONARDO FERNANDES FERREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LEONARDO FERNANDES FERREIRA, intitulada **MARIPOSAS VERMELHAS: A Comunicação Popular e a Territorialização das Comunas na Venezuela**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / Universidade Federal de São Paulo, Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Participação Virtual) do(a) Departamento de Letras Modernas / UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Profa. Dra. JADE PERCASSI DE CARVALHO (Participação Virtual) do(a) Centro de Estudo, Pesquisa e Ação em Educação Popular / FACULDADE DE EDUCAÇÃO - USP. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH



PROF. DR DAVIS GRUBER SANSOLO
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe

Às mariposas.

AGRADECIMENTOS

A jornada do conhecimento é longa e atravessada por seres que transformam nossa maneira de pensar de tal forma, que quando nos olhamos quase não nos reconhecemos. Quase, pois sempre voltamos a nós e tratamos de ir além, entender o que nos unifica, o que nos torna comunidade. Agradeço imensamente a todas essas pessoas que se encruzilharam com a minha existência e contribuíram para que esse trabalho, e não só ele, fosse realizado.

Às amigas e amigos da Venezuela, especialmente meus vizinhos da comuna Altos de Lídice; às companheiras da Catia TV, do DePana; a Consuelo, “Carlos”, Laura, minha família colombo/venezuelana; aos amigos e colegas da TeleSUR, lugar que me serviu de grande escola no jornalismo profissional; aos companheiros e companheiras da Frente Campesina Zamora y Bolívar, a quem dedico profundo respeito e admiração; ao Andrés; aos meus amigos e amigas do 23 de Enero, “mi Pati”, Zuleika; ao meu amigo hermano Giuliano Salvatore; a vocês, minha eterna e imensa gratidão.

Às amigas e amigos do Brasil; aos companheiros de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tanto me ensinam sobre o verdadeiro sentido da palavra solidariedade; aos camaradas de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens, por quem cultivo grande respeito; aos movimentos populares do Brasil, da América Latina e do mundo que lutam pela construção de outra sociedade possível e necessária; à Escola Nacional Florestán Fernandes, por me acolher tantas vezes em minha jornada do conhecimento; às mestras e mestres do programa TerritoriAL, especialmente ao meu orientador, professor Clifford Welch pela parceria, paciência, e por acreditar que era possível; aos colegas do programa pelo conhecimento compartilhado.

A minha família, mamãe, Rafael, Cristiano pelo apoio sempre prestado e pelo amor que cultivamos entre nós. Ao meu companheiro de amor, de luta, de vida, Ciro Casique, por quem me faltam palavras para dizer o quanto admiro e amo.

Finalmente, minha gratidão e admiração eterna pelas comuneiras e comuneiros, lutadores incansáveis pela construção do socialismo antipatriarcal e antirracista. A Hugo Rafael Chávez Frías, a quem presto homenagens pela oportuna liderança que exerceu em nosso processo de emancipação. Às comunicadoras e comunicadores populares de todo o mundo por rejeitarem o silêncio imposto.

“Comuna o nada!”
Hugo Chávez.

RESUMO

Em agosto de 2008 cheguei pela primeira vez à Venezuela, a convite do Serviço Autônomo de Propriedade Intelectual (SAPI) para cursar uma especialização em Gestão da Propriedade Intelectual, em parceria com a Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV) e o Instituto Cubano de Propriedade Intelectual (OCPI). O curso durou seis meses, mas minha permanência se estendeu por quase cinco anos. Àquela altura, diversos países da América Latina experimentavam processos políticos que, em menor ou maior medida, contribuíram para modificar o espaço geográfico habitado e a maneira como se organizam algumas dessas sociedades em seus territórios. A experiência da construção das comunas na Venezuela, iniciada em 2010, é um exemplo contumaz do processo de transformação do território-nação e que, embora tenha sido impactada por uma forte crise econômica desde 2014 – promovida fundamentalmente por fatores externos, a partir da fragilidade econômica de um país que se constitui desde os primeiros anos do século XX sobe a perspectiva da renda petroleira, estratégia associada ao que foi o objeto dos estudos de Ruy Mauro Marini e outros sobre a dialética da dependência, como veremos mais adiante – avança na redefinição de sua geopolítica local, objetivando a construção de um Estado Comunal. São diversos os instrumentos ou tecnologias sociais que operam no processo de territorialização da nova forma de organização social e que são, para os atores sociais daquele contexto, fundantes da experiência comunal; como a educação, a cultura, o trabalho – e, portanto, os processos produtivos coletivizados – e a comunicação, que já vinha ocupando um papel de centralidade no desenvolvimento social venezuelano por razões de contexto histórico. A partir de uma narrativa própria e de uma perspectiva participante do processo histórico, narro parte de minha experiência naquele país, enquanto comunicador popular, jornalista e pesquisador, como costura para um debate fundamental: o papel dos meios de comunicação populares nos processos de territorialização – e por consequência a territorialidade ou a identidade territorial daquele povo. Neste texto, analiso algumas experiências de comunicação popular que incidem sobre a construção de um território (i)material, que agrega valor subjetivo à nova territorialização do Estado Comunal, expõe suas contradições e aponta de maneira coletiva às saídas para uma revolução social de caráter popular, verdadeiramente democrática, em ruptura permanente com as estruturas de dominação e reprodução do Capital.

Palavras-chave: Territorialização; Território Imaterial; Comunicação Popular; Comuna.

ABSTRACT

In August 2008 I arrived for the first time in Venezuela, at the invitation of the Autonomous Intellectual Property Service (SAPI, its acronym in Spanish) to study a specialization in Intellectual Property Management, in partnership with the Bolivarian University of Venezuela (UBV, its acronym in Spanish) and the Cuban Office of Intellectual Property (OCPI, its acronym in Spanish). The course lasted six months, but my stay stretched for almost five years. At that time, several Latin American countries were experiencing political processes that, to a lesser or greater extent, contributed to modify the inhabited geographical space and the way in which some of these societies are organized in their territories. The experience of building communes in Venezuela, started in 2010, it is an stubborn example in the process of transformation of the territory-nation and, although it has been affected by a severe economic crisis since the year 2014 — promoted fundamentally by external factors, from the economic fragility of a country that is constituted since the first years of the twentieth century on the perspective of oil income, a strategy associated with what was the object of studies by Ruy Mauro Marini and others on the dialect of dependency, as we will see later — it advances in the redefinition of its local geopolitics, aiming at the construction of a Communal State. There are several social instruments or social technologies that operate in the process of territorialization of the new form of social organization and that are, for the social actors of that context, founders of the communal experience; such as education, culture, work — and, therefore, collectivized productive processes — and the communication, which had already occupied a central role in Venezuelan social development for reasons of historical context. From a narrative of my own and from a participant perspective in the historical process, I narrate part of my experience in that country, as a popular communicator, journalist and researcher, as a sewing for a fundamental debate: the role of popular media in the processes of territorialization; and consequently the territoriality or territorial identity of that people. In this text, I analyze some popular communication experiences that focus on the construction of an (i)material territory, which adds subjective value to the new territorialization of the Communal State, exposes its contradictions and points collectively to the exits for a social revolution of a popular character, truly democratic, in permanent rupture with the structures of domination and reproduction of Capital.

Keywords: Territorialization; Immaterial Territory; Popular Communication; Commune.

RESUMEN

En agosto del 2008 llegué por primera vez a Venezuela, por invitación del Servicio Autónomo de Propiedad Intelectual (SAPI) para cursar una especialización en Gestión de la Propiedad Intelectual, a través de un convenio de cooperación entre la Universidad Bolivariana de Venezuela (UBV) y la Oficina Cubana de Propiedad Intelectual (OCPI). El curso tuvo duración de seis meses, sin embargo, mi permanencia en el país se extendió por casi cinco años. A esa altura de la Historia, diversos países de América Latina experimentaban procesos políticos que, en menor o mayor medida, contribuyeron para modificar el espacio geográfico habitado y la manera como se organizan algunas de estas sociedades en sus territorios. La experiencia de la construcción de las comunas en Venezuela, iniciada en 2010, es un ejemplo contumaz del proceso de transformación del territorio-nación y que, aunque haya sido impactada por una fuerte crisis económica desde el 2014 —impulsada fundamentalmente por factores externos, a partir de la fragilidad económica de un país que se constituye desde los primeros años del siglo XX bajo la perspectiva de la renta petrolera, estrategia asociada a lo que fue el objeto de estudios de Ruy Mauro Marini sobre la dialéctica de la dependencia, como veremos más adelante— avanza en la redefinición de su geopolítica local, a partir de la experiencia de las comunas. Son múltiples los instrumentos o tecnologías sociales que operan en el proceso de territorialización de la nueva forma de organización social y que son, para los actores sociales de aquel contexto, creadores de la experiencia comunal; como la educación, la cultura, el trabajo —de este modo, los procesos productivos colectivizados— y la comunicación, que ya venía ocupando un rol central en el desarrollo social venezolano por razones de contexto histórico. Desde una narrativa propia y una perspectiva participante del proceso histórico, narro parte de mi experiencia en aquel país, en cuanto comunicador popular, periodista e investigador, como costura de un debate fundamental: el papel de los medios de comunicación populares en los procesos de territorialización; y por consecuencia la territorialidad o la identidad territorial de aquel pueblo. En este texto, analizo algunas experiencias de comunicación popular que inciden sobre la construcción de un territorio (in)material, que agrega valor subjetivo a la territorialización del Estado Comunal, expone sus contradicciones y señala de manera colectiva las salidas para una revolución social de carácter popular, verdaderamente democrática, en ruptura permanente con las estructuras de dominación y reproducción del Capital.

Palabras claves: Territorialización; Territorio Inmaterial; Comunicación Popular; Comuna.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Linha do tempo.....	17
Figura 2 –	Editorial “Una breve historia De Pana!!!.....	35
Figura 3 –	Matéria Jornal DePana – Conclusiones del encuentro de comunicadores populares “las calles son nuestras”.....	37
Figura 4 –	Matéria jornal DePana “Control obrero: la emancipación en la mirada”....	39
Figura 5 –	Capa do jornal DePana - “Bienvenida Generala”.....	41
Figura 6 –	Capa da 1ª edição do jornal El Joven Patriota	43
Figura 7 –	Artigo publicado no jornal DePana sobre o lançamento do jornal El Joven Patriota.....	44
Figura 8 –	Matéria escrita pela equipe do jornal DePana sobre o primeiro aniversário do jornal El Joven Patriota.....	45
Figura 9 –	Capa do documentário <i>Juntera</i>	64
Figura 10 –	Ficha técnica e sinopse do documentário <i>Juntera</i>	65
Figura 11 –	Apresentação do documentário <i>Juntera</i>	66
Figura 12 –	Capa do documentário “ <i>Tiempos de Lucha: acciones de una comuna</i>	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	Asamblea Nacional Constituyente
CTV	Central de Trabajadores de Venezuela
FEDECÁMARAS	Federación das Câmaras de Comércio
FCNH	Fundación Centro Nacional de Historia
FMI	Fundo Monetário Internacional
MPPCI	Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información
MPPP	Ministério del Poder Popular para la Planificación
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCPI	Oficina Cubana de Propiedad Intelectual
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDVSA	Petroleos de Venezuela S.A.
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
RCTV	Radio Caracas de Televisión
SAPI	Servicio Autónomo de Propiedad Intelectual
TS	Tecnologias Sociais
UBV	Universidad Bolivariana de Venezuela
VTV	Venezolana de Televisión

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: A PAISAGEM DA REVOLUÇÃO	12
1.1	Venezuela Bolivariana: alguns antecedentes	15
1.2	Inventemos, pois	25
2	CONTRA HEGEMONIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA COMUNAL	28
2.1	De Pana: aproximação com a comunicação popular	34
2.2	Tecnologias sociais para os geógrafos	46
2.3	Territórios comunais	49
3	A COMUNICAÇÃO COMUNAL	53
3.1	A comunicação a serviço do Estado Comunal	60
3.2	O território audiovisual	61
4	DE VOLTA AO BRASIL, UMA PAISAGEM ESTRANHA	71
4.1	Golpe de Timón	72
4.2	A morte de Hugo Chávez e a interrupção de um ciclo de desenvolvimento na América Latina	74
4.3	Guerra econômica e o desafio de romper com a dependência	77
4.4	<i>Unión Comunera</i>: a comuna sai na marra	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXO A – VENEZUELA: DECLARACIÓN DEL MAIZAL	91
	ANEXO B – INFOGRAFIA COMUNA ALTOS DE LÍDICE	94

1 INTRODUÇÃO: A PAISAGEM DA REVOLUÇÃO

Nossa visão depende da localização em que se está, se no chão, em um andar baixo ou alto de um edifício, num miradouro estratégico, num avião [...]. A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, segundo o lugar onde estejamos, ampliando-se quanto mais se sobe em altura, porque desse modo desaparecem ou se atenuam os obstáculos à visão, e o horizonte vislumbrado não se rompe. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos (SANTOS, 2014, p.68).

A pequena janela de um avião da extinta companhia aérea Varig foi meu primeiro ponto de observação daquela paisagem que se tornaria, definitivamente, a síntese do meu objeto de contemplação e estudo. Naquele sábado, 16 de agosto de 2008, eu chegava à República Bolivariana da Venezuela, onde iniciaria meus estudos em Gestão da Propriedade Intelectual, motivo pelo qual eu me mudara para aquele país. O curso era oferecido pela Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV), em parceria com o Serviço Autônomo de Propriedade Intelectual (SAPI), também da Venezuela, e a Oficina Cubana de Propriedade Intelectual (OCPI).

O mar azul, os barcos... de tão alto era possível observar diversas pequenas praias formadas a partir do relevo montanhoso da costa norte da Venezuela. Impressionante, o avião parecia pousar na água, mas não, tocávamos o solo do Aeroporto Internacional Simón Bolívar, conhecido pelos venezuelanos como Maiquetía. Ele fica localizado justo à margem do mar Caribe, separado da capital, Caracas, pela cordilheira que foi batizada pelos indígenas como Waraira Repano e rebatizada pelos colonizadores por Monte Ávila, nome com o qual ficou conhecido até os dias de hoje.

Lá já me esperava um taxista, que me levaria até o alojamento onde eu viveria pelos próximos seis meses. E lá fui eu. Uma estreita e sinuosa estrada liga o aeroporto à capital venezuelana. A montanha é cortada por dois “boqueirões”, extensos túneis que dividem a paisagem caribenha de La Guaira, do caos urbano da Caracas moderna.

Ao cruzar um desses túneis, me deparei com um grande letreiro: “*¡Que siga la Revolución!*”, revelando a importância da letra maiúscula no substantivo em questão. Ruas abarrotadas de gente, morros de perder de vista, com suas típicas casas sem reboco e sua estética proletária. Me coube por um instante imaginar como seria aquele lugar antes da chegada dos colonizadores europeus. Havia lido relatos históricos que davam conta de um grande vale, cortado por um rio imponente, e coberto por mariposas amarelas.

Mas qual revolução? Seria uma revolução nacional ou proletária? Seria ela “dentro” ou “fora da ordem”? Esses são alguns dos questionamentos que faz o professor Florestán Fernandes (2018), diante dos debates epistemológicos do termo. De fato eu levaria mais tempo para chegar a conclusões a esse respeito, afinal, como afirma o sociólogo, “a revolução social do proletariado não constitui uma fatalidade do desenvolvimento capitalista” e sobre ela não há o que falar em mitos ou heróis. Aquele era um processo vivo, orgânico, pungente, e ainda seria preciso vivê-lo.

Os boqueirões também dividem o calor da costa e a Caracas de clima ameno com raras instabilidades. Com pouco mais de cinco milhões de habitantes, a capital venezuelana é um grande amontoado de bairros populares sobre as montanhas – o equivalente às favelas brasileiras – enquanto no vale, formado pelo leito do rio Guaire, prédios modernos e grandes arranha-céus constroem a paisagem urbana da Caracas moderna. Ao norte, a presença suntuosa do Ávila.

“A geografia da desigualdade tem sido a expressão da geometria do poder hegemônico do sistema capitalista, a qual, em nosso caso, devemos transformar em uma geografia da igualdade e da justiça social”^{1 2}, provocam os pesquisadores venezuelanos Iraida Vargas Arenas e Mario Sanoja Obediente em um longo estudo intitulado *La larga marcha hacia el socialismo* (2017).

Caracas está localizada na unidade federativa chamada de Distrito Capital. Esse distrito compreende cinco municípios, sendo apenas um deles pertencente exclusivamente ao DF: o Libertador, que é também o mais populoso, onde está localizando um pequeno centro histórico preservado e a sede dos poderes centrais; os outros quatro municípios, Baruta, Chacao, Sucre e El Hatillo, além de serem partes do Distrito Capital, também pertencem ao estado Miranda.

O sistema de transporte é, fundamentalmente, os micro-ônibus, conhecidos como “camionetas”, a grande maioria muito antigas, mas sempre muito bem adornadas. Mas Caracas não funciona mesmo sem o metrô. Algumas linhas cortam a cidade, e a principal liga

1 No original lê-se: “La geografía de la desigualdad ha sido la expresión de la geometría del poder hegemónico del sistema capitalista la cual, en nuestro caso, debemos transformar en una geografía de la igualdad y la justicia social”.

2 Com o objetivo de evitar repetições desnecessárias no texto que segue, alerto que todas as traduções do espanhol ou inglês ao português realizadas nesse trabalho foram feitas pelo próprio autor, não recorrendo a nenhuma versão dos textos referidos. Os textos originais foram mantidos em notas de rodapé e as traduções seguem no corpo do texto, como uma forma de facilitar o fluxo da leitura ao leitor.

o leste ao oeste, ou seja, os dos extremos desse longo vale. Diria o professor Milton Santos (2014), citado na epígrafe dessa introdução, que tudo isso descrito até aqui nada mais é que o resultado do “trabalho corporificado em objetos culturais, [...] não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo” (p.74).

Tão irregulares que eu estava ali, na capital da Revolução do Século XXI, mas podia observar ainda diversas formas, objetos, estruturas, publicidades, que no meu imaginário, estavam fortemente associadas à dominação cultural e econômica dos Estados Unidos no mundo, presente também na arquitetura. Compreendi essas referências ainda no primeiro dia em que cheguei, afinal fui levado naquele táxi até o lugar onde seria a minha residência junto a outros sete estrangeiros que fariam a mesma especialização: um apartamento localizado no Parque Central, um conjunto de edifícios que arquitetonicamente se referencia no antigo conjunto de edifícios do World Trade Center, em Nova York.

Era um apartamento pequeno, de dois pisos, com uma vista impressionante do majestoso Ávila. Contradições à parte, para um jovem sonhador, com tão somente 23 anos, recém-graduado em jornalismo, era incrível chegar àquele lugar que se transformava, arrastando a toda a América Latina à construção de uma alternativa anticapitalista de produção e reprodução da vida, frente ao fracasso dos governos liberais e neoliberais em todo o subcontinente.

Tive a sorte – sob a perspectiva da polarização positiva e necessária – de chegar em ano eleitoral, quando os ânimos políticos estão exaltadíssimos, visto que o superlativo é uma máxima constante, em se tratando de política venezuelana. Os atores políticos estavam se movendo e por toda parte já se viam sinais das eleições municipais que se aproximavam.

A convite do jornalista e escritor francês Romain Migus, aceitei me unir a um grupo de estrangeiros residentes no país para colocar no ar uma rádio on-line que nos permitisse enviar informação em tempo real aos nossos países e analisar a jornada eleitoral no idioma de cada grupo.

Na manhã do domingo, 23 de novembro de 2008, colocamos no ar a *Radio Venezuela Online*, emitindo notícias, debates e os resultados das eleições regionais para os 22 estados mais o Distrito Capital e os 335 municípios venezuelanos. O processo ocorreu sem maiores imprevistos ou surpresas. O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), do então presidente da República Hugo Chávez, conquistou 79% prefeituras disputadas e 17 governos dos 22 estados. Era, como diziam os próprios venezuelanos, o auge da economia petroleira,

redirecionada agora para a manutenção das políticas públicas de mitigação da desigualdade, com forte adesão popular, haja vista os resultados eleitorais.

Não tardaria muito até eu decidir permanecer no país após findados os estudos em Propriedade Intelectual, motivado em conhecer, principalmente, as experiências locais de comunicação popular, com as quais passei a me relacionar.

Logo me integrei ao coletivo de comunicação popular *DePana*. O nome é uma expressão usada como senha de confiança, uma espécie de “pode crer”. O coletivo produzia um jornal de publicação mensal e circulação em todo o território nacional – claro, onde as pernas alcançavam chegar. Sob o lema: “*Debater e defender a Revolução Bolivariana*”, também nos propúnhamos a ofertar oficinas de diagramação, fotografia e texto para outros coletivos sociais, interessados em promover experiências de comunicação popular em seus territórios.

Através do *DePana*, conheci uma infinidade de outros coletivos de comunicação popular no país, e pude compreender melhor o processo de construção dessas ferramentas, com raízes históricas profundas, compreendidas também como “tecnologias sociais” criadas e recriadas a partir da necessidade de construção de uma alternativa ao Estado capitalista sob hegemonia burguesa. E sua materialidade, ou seja, sua função social, se ancora na tarefa de construir a imaterialidade suficiente, a partir de experiências territoriais de comunicação, como veremos adiante, para a disputa de hegemonia que se dará no território, na construção das comunas e do Estado comunal. E sobre esses conceitos, quer dizer, território, tecnologias sociais, hegemonia e comunas que trataremos de discutir de agora em diante, não sem antes, realizar um sucinto relato do processo histórico venezuelano mais recente.

1.1 Venezuela Bolivariana: alguns antecedentes

A verdade é que no fim da década de 80, o país já tinha a fama consolidada de “Venezuela Saudita”, rica em petróleo, com uma das maiores reservas comprovadas do mundo e uma economia fundamentalmente baseada no extrativismo petrolífero. As consequências já haviam desbordado os limites do social, quer dizer, da desigualdade econômica entre classes, e se tornado insustentável, inclusive do ponto de vista liberal. O governo de Jaime Lusinchi (1984-1989) teve a tarefa de renegociar a dívida externa venezuelana, resolvendo momentaneamente o problema de liquidez do país, mas criando a

partir daí uma bomba-relógio, ao aceitar as condições impostas pelos credores do país.

Àquela altura do rentismo petrolífero, o país apresentava uma inflação geral de 35,5%. Em alimentos e bebidas, o aumento inflacionário ultrapassava os 52%, enquanto gastos com moradia ficaram 22% mais altos em 1988.

A bomba viria explodir já no governo de Carlos Andrés Pérez, eleito no fim de 1988. Foi ele o incumbido de anunciar, no dia 15 de fevereiro de 1989 – 13 dias depois de ser empossado presidente – o pacote de medidas neoliberais, exigidas pelos órgãos financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que viria a elevar ainda mais os números da inflação no país, contribuindo assim para o aumento da brecha socioeconômica, tais como: reduzir e eliminar progressivamente os impostos sobre importação; aumentar em 30% os preços do transporte público; liberar as taxas de juros para “autocontrole” do mercado; aumentar em 100% no preço da gasolina; aumentar as tarifas de serviços públicos como luz, água e telefone; e eliminar o controle cambial e instauração do câmbio flutuante.

Os historiadores venezuelanos coincidem que, entre as medidas, a que teve maior repercussão social e começou a açoitá-lo o descontentamento foi o aumento nos preços da gasolina, já que ele incidiria sobre diversos outros produtos, inclusive da cesta básica venezuelana.

Na manhã do dia 27 de fevereiro, em Guarenas [região metropolitana de Caracas], o povo reclama pelo aumento desmedido da passagem de ônibus e o descontentamento social se generaliza. Em poucas horas os protestos acontecem também em Caracas e se reportam alterações da ordem pública em La Guaira, Maracay, Valência, Barquisimeto, Anaco, Mérida, Ciudad Guayana e outras cidades venezuelanas. O dia transcorre com distúrbios e enfrentamentos entre efetivos policiais e um povo que, cansado da injustiça, do engano e da opressão, decide se apropriar da mercadoria das mercearias, supermercados e outros comércios.³ (MEMORIAS DE VENEZUELA, número 7, 2012, p. 56)⁴

No mesmo dia, o governo recém-chegado ao poder decide suspender as garantias

3 No original, lê-se: “En la mañana del 27 de febrero, en Guarenas, el pueblo reclama por el aumento desmedido del pasaje y el descontento social se generaliza. En pocas horas las protestas tienen lugar en Caracas y se reportan alteraciones del orden público en La Guaira, Maracay, Valencia Barquisimeto, Anaco, Mérida, Ciudad Guayana y otras ciudades de Venezuela. El día transcurre en disturbios y enfrentamientos entre efectivos policiales y un pueblo que, cansado de la injusticia, el engaño y la opresión, decide apropiarse de la mercancía de abastos, supermercados, y otros comercios.”

4 A revista *Memorias de Venezuela* é uma produção do Centro Nacional de História e os textos ali publicados não possuem autoria definida, pois são elaborados pelo corpo técnico de historiadores dessa instituição. De modo que não há especificação de autor individual nas referências aqui colhidas.

constitucionais, declara toque de recolher e autoriza o uso da força militar contra a população desarmada. No dia 28, dá-se início à matança. O toque de recolher só seria suspenso no dia 7 de março. “Embora informações oficiais estimam cerca de 300 mortos e 1500 feridos, os números particulares superam o milhar de venezuelanos assassinados durante os eventos do chamado ‘*Caracazo*’” (2012), reporta a revista do Centro Nacional de História da Venezuela.

O *Caracazo* marcaria para sempre a história do povo venezuelano, que decidiu enfrentar a violência neoliberal às custas da dura repressão imposta e da morte. Não é difícil encontrar um venezuelano ou uma venezuelana com um pouco mais de idade que tenha uma história particular sobre aqueles dias de terror que assombrou para sempre a memória coletiva daquele povo em todas as suas camadas de atuação social, quer dizer, nas universidades, no comércio, no campo e também nos quartéis.

Figura 1: Linha do Tempo



“A brutal repressão protagonizada pelas forças policiais e militares sob o mando de Pérez fez que aquela explosão popular ocasionara um eco nos quartéis”, relata a revista. E justamente de lá, viria o que se considera a primeira reação organizada ao *Caracazo*, três anos mais tarde.

Assim, na manhã do dia 4 de fevereiro de 1992, verificou-se um pronunciamento militar – o primeiro depois de trinta anos de tranquilidade dos redutos castrenses – liderado pelo Tenente Coronel Hugo Chávez Frías, cuja alocação televisiva assumindo a responsabilidade pelo falido golpe lhe atribuiu uma popularidade inusitada.⁵ (MEMORIAS DE VENEZUELA,

⁵ No original, lê-se: “Así, la mañana del 4 de febrero de 1992 se verificó un pronunciamiento militar - el primero, luego de treinta años de tranquilidad en los reductos castrenses - liderizado por el Teniente Coronel Hugo Chávez Frías, cuya alocución televisiva asumiendo la responsabilidad

2008, número 6, p.58)

O relato dá conta da intentona liderada pelo então tenente-coronel Hugo Chávez, na tentativa de derrocar o governo de Carlos Andrés Pérez em 4 de fevereiro de 1992. “Por agora, os objetivos não foram alcançados”, declarou o militar, pouco antes de ser preso no Palácio de Miraflores por conspiração contra o governo. As imagens daquele dia dão conta de dezenas de militares sendo presos, sob aplausos da população, que ao contrário de golpistas, os viam como heróis que haviam fracassado, “por agora”, em sua missão de liberar o povo da submissão neoliberal. Ao assumir a responsabilidade sobre a tentativa de golpe, Hugo Chávez ganhara não só o respeito da população, como também a esperança de que o “por agora” fosse também o anúncio de um novo tempo que viria.

O governo de Carlos Andrés Pérez cairia no fim daquele mesmo ano por decisão do Congresso Nacional. No ano seguinte, Rafael Caldera ganharia as eleições e realizaria um feito que mudaria para sempre a história da Venezuela: conceder o indulto aos militares participantes da tentativa falida de golpe em 1992, que haviam sido presos sob o argumento de “quebra do sistema político”.

Livre, Hugo Chávez começou a elaboração de um projeto de governo popular com forte questionamento do modelo desenvolvido pelo chamado “Pacto de Punto Fijo” – uma espécie de dobradinha de partidos para a alternância no poder – e foi recebido em Havana pelo então presidente cubano, Fidel Castro, com honrarias de Chefe de Estado. Já em 1998, Chávez se apresenta às eleições presidenciais e surpreende o mundo ao levar o pleito com a promessa de refundar o Estado venezuelano e redigir uma nova Constituição para o país.

“Juro diante do meu povo que, sobre esta moribunda Constituição, farei cumprir, impulsionarei as transformações democráticas para que a república tenha uma nova Carta Magna adequada aos novos tempos”, jurou Chávez diante do parlamento no dia de sua posse como presidente da República.

Uma Assembleia Nacional Constituinte foi convocada logo após a assunção de Chávez ao governo e, aprovada a nova Constituição, renova-se todos os poderes da nova república, reafirmando a liderança de Hugo Chávez a frente da Presidência do país. A nova Carta Magna estabelece a instituição de cinco poderes de Estado, os tradicionais Executivo, Legislativo e Judiciário, e agrega o poder Eleitoral, agora independente do sistema judiciário, e o poder Cidadão, representado pelo Ministério Público e a Defensoria do Povo; algo del fallido golpe le ganó una popularidad inusitada.”

parecido com o que ocorre no Brasil, porém, o Poder Eleitoral, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública são órgãos subordinados ao Poder Judiciário, sem autonomia plena.

O texto constitucional, embora não o institua como poder de Estado, reconhece o chamado “poder popular” e legitima a criação de esferas de organização e tomada de decisões no âmbito local pela população organizada. Esta é a base constitucional que amparará mais tarde a criação dos Conselhos Comunais, com sua respectiva lei orgânica, assim como outros dispositivos do Poder Popular que vêm a ser constituídos posteriormente.

Em matéria de comunicação, a nova Carta Magna celebra o direito à liberdade de expressão, mas limita o seu uso para fins discriminatórios ou para a propagação de discursos de ódio. Em seu Artigo 58, afirma que:

A comunicação é livre e plural, e comporta os deveres e responsabilidades que indique a lei. Toda pessoa tem direito à informação oportuna, veraz e imparcial, sem censura, de acordo com os princípios desta Constituição, assim como o direito à réplica e retificação quando se vejam afetados diretamente por informações inexatas ou agravantes. As crianças e adolescentes têm direito a receber informação adequada para seu desenvolvimento integral⁶. (República Bolivariana de Venezuela, 1999)

Já no Artigo 101, adscrito ao Capítulo VI, que trata dos direitos culturais e educativos, o texto diz que:

O Estado garantirá a emissão, recepção e circulação da informação cultural. Os meios de comunicação têm o dever de colaborar à difusão dos valores da tradição popular e a obra dos artistas, escritores, escritoras, compositores, compositoras, cineastas, cientistas e demais criadores e criadoras culturais do país. Os meios televisivos deverão incorporar legendas e tradução de línguas de sinais para pessoas com problemas auditivos. A lei estabelecerá os termos e modalidades dessas obrigações⁷ (República Bolivariana de Venezuela, 1999).

6 No original, lê-se: “La comunicación es libre y plural, y comporta los deberes y responsabilidades que indique la ley. Toda persona tiene derecho a la información oportuna, veraz e imparcial, sin censura, de acuerdo con los principios de esta Constitución, así como el derecho de réplica y rectificación cuando se vean afectados directamente por informaciones inexatas o agravantes. Los niños, niñas y adolescentes tienen derecho a recibir información adecuada para su desarrollo integral”.

7 No original, lê-se: “El Estado garantizará la emisión, recepción y circulación de la información cultural. Los medios de comunicación tienen el deber de coadyuvar a la difusión de los valores de la tradición popular y la obra de los artistas, escritores, escritoras, compositores, compositoras, cineastas, científicos, científicas y demás creadores y creadoras culturales del país. Los medios televisivos deberán incorporar subtítulos y traducción a la lengua de señas, para las personas con problemas auditivos. La ley establecerá los términos y modalidades de estas obligaciones”.

A nova Constituição estabelece ainda um novo regime de gestão sobre os recursos naturais do país, assumindo, portanto, uma postura soberana sobre gestão da extração, produção e comercialização do petróleo venezuelano, que passava a ser um recurso soberano para o desenvolvimento nacional, embora engendre uma série de contradições que fragilizam historicamente a Venezuela tanto do ponto de vista econômico, como da estabilidade social – isso veremos mais adiante ao discutirmos com maior profundidade as características do desenvolvimento econômico rentista do país durante o século 20 e a constituição de uma economia nos marcos da dependência e da transferência de capitais para economias centrais. Fato é que o tal dispositivo constitucional amparou o anúncio feito pelo presidente ainda em 2001 de uma nova lei que versaria sobre a soberania nacional dos recursos energéticos, abrindo caminho à nacionalização de parte das ações da PSVSA – Petróleos da Venezuela que ainda se encontravam em mãos privadas.

O simples anúncio foi visto como uma declaração de guerra às grandes petroleiras internacionais e aos governos das chamadas “economias centrais”, principalmente os Estados Unidos, naquele momento governado pelo republicano George W. Bush, que passou a financiar organizações não-governamentais e partidos políticos da direita venezuelana, capitalizados pela Fedecâmaras – Federação das Câmaras de Comércio, a mobilizar a população contra as medidas nacionalistas do governo.

O clima de descontentamento promovido pelos meios de comunicação; o conflito com os empresários e a Confederação de Trabalhadores da Venezuela – CTV – que promoveram a primeira greve no dia 10 de dezembro de 2001; a mobilização dos setores oposicionistas, que se evidenciou no dia 23 de janeiro de 2002, e os reiterados paneiros bastante fortes nas zonas urbanas das classes médias, eram indicadores claros de que o ano de 2002 não seria nada fácil para o governo legítimo e constitucional do presidente Chávez⁸ (FCNH, número 8, 2012, p. 46).

A primeira ação da oposição venezuelana se deu no dia 10 de dezembro de 2001, em resposta ao anúncio feito pelo presidente Chávez da emissão de Leis Habilitantes, ou decretos-lei, entre elas a nova Lei de Hidrocarbonetos e a Lei de Terras. Nas ruas, setores da pequena burguesia questionavam o apoio do governo aos chamados “círculos bolivarianos”,

8 No original, lê-se: “El clima de descontento promovido por los medios de comunicación; el conflicto con los empresarios y la Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV), quienes promocionaron el primer paro el 10 de diciembre de 2001; la movilización de los sectores oposicionistas, que se evidenció en la manifestación del 23 de enero de 2002, y los reiterados cacerolazos bastante fuertes en las zonas urbanas de las clases medias, eran indicadores claros de que el año 2002 no sería nada fácil para el gobierno legítimo y constitucional del presidente Chávez.”

apelidados por eles de “círculos do terror”. Nesse clima, os opositores convocam uma primeira mobilização para o dia 23 de janeiro de 2002, dia em que os venezuelanos celebram a queda da ditadura de Marco Pérez Jiménez, em 1958.

Sem dúvida alguma estes fatos – a greve de 10 de dezembro e a marcha do 23 de janeiro – serviram para que a oposição medisse suas forças e visse qual era a factibilidade de ir a ações mais diretas que levassem à saída de Chávez do poder. Sua conclusão foi de que teria uma força de massa importante, e que sobretudo contavam com o absoluto e irrestrito apoio dos meios de comunicação privados, mas requeriam do apoio militar⁹ (FCNH, número 8, 2012, p. 47 - 48).

Como consequência dos atos opositores e dos reiterados chamados à deserção de chefes militares, deu-se início a uma série de pronunciamentos de militares de todos os componentes das Forças Armadas, cujo objetivo era demonstrar o isolamento do presidente e solicitar a renúncia do mandatário.

A participação da Igreja Católica também seria determinante para a movimentação golpista da direita venezuelana. Em março de 2002, a cúpula eclesiástica reúne a Fedecámaras e a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) e anuncia o “Acordo Nacional” ou “Acordo Democrático”, no qual acusa o governo popular de promoção da violência e da divisão entre os venezuelanos, e anuncia apoio irrestrito às mobilizações opositoras.

No dia 9 de abril, a oposição anuncia uma greve por tempo indefinido como preparação para uma “grande marcha” dois dias depois, com concentração marcada para o extremo leste da capital, conhecido reduto dos opositores ao governo. Em resposta, setores governistas também convocam uma manifestação para o dia 11, em outro ponto da capital venezuelana, nos arredores do Palácio de Miraflores, na região central.

A revista *Memórias de Venezuela* realiza uma contagem dos principais sucessos do dia 11 de abril, que trato de reproduzir aqui.

10:00 a.m. - Do Parque del Este (Caracas), sai a marcha de opositores ao presidente Hugo Chávez Frías, respondendo à intensa convocatória realizada pelos meios de comunicação privados. Os marchantes finalmente se concentram nos arredores da sede da Petróleos da Venezuela S.A. localizada em Chuao. Ali, Pedro Carmona Estanga, presidente da patronal Fedecamaras; Carlos Ortega, presidente da CTV; Guaicaipuro Lameda, ex-

9 No original, lê-se: “Sin duda alguna estos dos hechos el paro del 10 de diciembre y la marcha del 23 de enero-, sirvieron para que la oposición midiera sus fuerzas y viera cuál era la factibilidad de ir hacia acciones más directas que llevaran a la salida de Chávez del poder. Su conclusión fue que tenían una fuerza de masa importante, y que sobre todo contaban con el absoluto e irrestrito apoyo de los medios de comunicación privados, pero requerían del apoyo militar.”

presidente da PDVSA, chamam os opositores a chegar até o Palácio Presidencial de Miraflores. Paralelamente, na urbanização do leste caraquenho, dez altos oficiais militares, liderados pelo vice-almirante golpista Héctor Ramírez Rérez, preparam a emissão de um comunicado no qual, se antecipando dos fatos do dia, falam de um enfrentamento em Miraflores, de um saldo de seis mortos e grande quantidade de feridos, e além disso desconhecem a autoridade do presidente Chávez e o responsabilizam diretamente por uma situação que ainda não havia ocorrido. 11:00 a.m. - simpatizantes do presidente Chávez se encontram reunidos – pelo terceiro dia consecutivo – nos arredores de Miraflores. 2:00 p.m. - A marcha opositora chega à avenida Bolívar, nas imediações do centro de Caracas. 3:00 p.m. - Os manifestantes opositores finalmente chegam ao centro de Caracas. Na vanguarda opositora não se aprecia nenhum dos seus líderes, que abandonaram a marcha e agora, dos estúdios de televisão, incitam os seguidores a não dar ‘nem um passo atrás’. 3:30 p.m. - Se reportam as primeiras vítimas por impactos de bala ¹⁰ (FCNH, número 8, 2012, p. 50).

O relato acima dá conta do momento em que as duas grandes marchas se encontram, um evento cuidadosamente planejado para justificar a saída forçada do presidente Chávez do poder. Naquele mesmo dia, o canal Venevisión transmite imagens editadas, que mostram grupos chavistas disparando de cima da Puente Llaguno, um pequeno viaduto localizado a escassos metros do Palácio de Miraflores, sobre a avenida Baralt, por onde marchavam os opositores. As imagens sugerem que os disparos dos grupos chavistas iam na direção da manifestação opositora, quando na verdade, as pessoas armadas no alto da ponte realizavam disparos de defesa à agressão da Polícia Metropolitana, controlada pela direita. A sucessão de fatos já estava desenhada. Militares desconhecem a legitimidade do governo e exigem sua renúncia enquanto a sede da única empresa pública de televisão, a Venezolana de Televisión,

10 No original, lê-se: “10:00 a.m. - Desde el Parque del Este (Caracas), sale la marcha de opositores al presidente Hugo Chávez Frías, respondiendo a la intensa convocatoria desplegada por los medios de comunicación privados. Los marchantes finalmente se concentran en los alrededores de la sede de Petróleos de Venezuela S.A. ubicada en Chuao. Allí, Pedro Carmona Estanga, presidente de la patronal FEDECAMARAS; Carlos Ortega, presidente de la CTV; Guaicaipuro Lameda, expresidente de PDVSA, instan a los opositores a llegar hasta el Palacio Presidencial de Miraflores. Paralelamente, en una urbanización del este caraquenho, diez altos oficiales militares, encabezados por el vicealmirante golpista Héctor Ramírez Pérez, preparan la emisión de un comunicado en el que, anticipándose a los hechos del día, se habla de un enfrentamiento en Miraflores, de un saldo de seis muertos y gran cantidad de heridos, y además se desconoce la autoridad del presidente Chávez y se le responsabiliza directamente de una situación que aún no ha tenido lugar. 11:00-12:00 a.m. - Simpatizantes del Presidente Chávez se encuentran reunidos -por tercer día consecutivo en los alrededores de Miraflores, expresando su apoyo al proceso de cambios que vive el país. 2:00 p.m. La marcha opositora llega a la avenida Bolívar, en las inmediaciones del centro de Caracas, al momento en que partidarios del gobierno se encuentran desde el mediodía la ciudad aledaños al Palacio de Miraflores 2:30-3:00 p.m. Los manifestantes opositores finalmente leguen al centro de Caracas. En la vanguardia opositora no se aprecia a ninguno de sus líderes, quienes han abandonado la marcha y ahora, desde los estudios de televisión, incitan a sus seguidores a no dar "ni un paso atrás". 3:30 p.m. Se reportan las primeras víctimas por impactos de bala.”

era tomada e tinha seu sinal bloqueado, e os meios privados anunciavam a suposta “renúncia” do presidente da República. Chávez havia se entregado para evitar um derramamento de sangue em Miraflores – ao estilo do que havia ocorrido em 1973, no Chile, com a deposição do presidente Salvador Allende – e seu paradeiro passava a ser desconhecido.

No dia seguinte, 12 de abril, é empossado um governo de transição, sob a liderança de Pedro Carmona Estanga, presidente da Fedecámaras, que decreta a dissolução de todos os poderes da República e as garantias constitucionais. Se consolida o golpe de Estado. Naquele mesmo dia, fontes ligadas ao ex-presidente começam a circular a notícia de que Chávez não havia renunciado, mas era prisioneiro do governo golpista. Na mesma noite, coletivos de comunicação popular começam a circular pelos bairros pobres de Caracas com a notícia: “Chávez não renunciou, está sequestrado”, e convocando para uma grande mobilização em defesa da democracia. Era a reedição da invasão de mariposas relata pelos colonizadores, desta vez, pintadas de vermelho, com megafones, amplificadores improvisados em motocicletas, voando baixo sobre as quebradas e vielas do populoso 23 de Enero.

Àquela altura, os meios de comunicação privados transmitiam desenhos animados e filmes de Hollywood, intencionados a desinformar a população sobre os desdobramentos do golpe e passar uma imagem de tranquilidade ao resto do mundo.

No dia 13 de abril, os arredores de Miraflores são tomados por grupos chavistas. Frente a demonstração de apoio popular, membros da Guarda Presidencial decidem se rebelar e tomam o controle do Palácio presidencial. Pedro Carmona Estanga foge junto a parte de sua equipe e os membros do governo recém-destituído começam a retomar seus postos. Naquele mesma noite, o presidente da Assembleia Nacional, o deputado William Lara, jura o vice-presidente Diosdado Cabello como presidente interino até o retorno do presidente constitucional Hugo Chávez.

14 de abril, 2:00 a.m. a 5:30 a.m. - Resgatado de sua prisão na ilha venezuelana de La Orchila por ação dos comandos leais, o presidente Hugo Chávez Frías regressa a bordo de um helicóptero ao Palácio de Miraflores, sob a consigna cantada pelo povo: *volvió, volvió, volvió*”. No sinal restituído da Venezolana de Televisión, o presidente pronuncia um sentido discurso chamando à reflexão e à conciliação Com um crucifixo na mão, Chávez passaria à história da Venezuela como o primeiro vencedor que depois de uma violenta disputa pelo poder, não destrói o vencido imediatamente depois do desfecho da disputa¹¹ (FCNH, nº 8, 2012, p. 57).

11 No original, lê-se: “14 DE ABRIL, 2:00 a.m. a 5:30 a.m. Rescatado de su prisión en la isla venezolana de La Orchila por la acción de comandos leales, el presidente Hugo Chávez Frías regresa a bordo de un helicóptero al Palacio de Miraflores, bajo la consigna coreada por el pueblo de: “Volvió, volvió, volvió”. En la señal restituida de Venezolana de Televisión el Presidente

Os acontecimentos de 11, 12 e 13 de abril de 2002 marcaram o início de uma nova fase do processo constituinte venezuelano. Por um lado, serviriam como lição sobre os limites da democracia liberal burguesa e, portanto, da necessidade de realizar transformações profundas nas instituições do Estado, tal como as Forças Armadas e as polícias. Por outro, revelou de forma límpida o papel dos órgãos de imprensa e seu contraponto, a comunicação popular, no desenvolvimento do projeto emancipatório venezuelano, dando origem a uma série de políticas que devem ser analisadas, principalmente, sob a ótica da disputa pela hegemonia no contexto revolucionário. Algo que nos importa fundamentalmente para compreender a construção da nova territorialidade e sua correlata produção imaterial da subjetividade revolucionária como condição essencial do novo projeto de sociedade.

2002 seria ainda o ano do *paro petrolero*, uma greve dos quadros técnicos da PDVSA, que paralisou a produção de petróleo no país entre os dias 2 de dezembro de 2002 ao 3 de fevereiro do ano seguinte, levando a um verdadeiro caos social. Seria, digamos, a última tacada dos barões do petróleo que faziam atividades de exploração a baixíssimo custo, interessados em frear o processo de nacionalização desta que é a principal atividade econômica do país. O chamado à greve foi liderado pelas mesmas organizações que haviam articulado o golpe de abril, desta vez em aliança direta com os funcionários do alto escalão da petroleira: Cámara Venezolana de Trabajadores (CTV), Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela (Fedecámaras), além de partidos tradicionais de direita, agrupados no que chamavam “Coordinadora Democrática”.

Relatos dão conta da força-tarefa organizada pelos próprios trabalhadores e sindicatos de trabalhadores da PDVSA para normalizar as operações e retomar a produção de petróleo. Naquele ano, o Banco Central da Venezuela reportou uma contração grave do PIB e uma queda de 27,7% da atividade comercial.

Fato é que em março de 2003 a PDVSA já operava sob controle do Estado venezuelano, que passou a gestar/ um processo de reformas junto à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), incrementando de forma considerável os preços praticados internacionalmente sobre o barril do cruado, e permitindo com que o governo levasse adiante uma série de políticas sociais financiadas a partir dessa receita.

pronuncia un sentido discurso llamando a la reflexión y a la conciliación. Con un crucifijo en la mano, Chávez pasaría a la historia de Venezuela como el primer vencedor que, luego de una violenta disputa por el poder, no avasalla al vencido inmediatamente después del desenlace de la contienda.”

Foram criadas as missões, programas sociais voltados para as populações mais pobres, que passaram a ofertar a essas camadas da sociedade o acesso à saúde – e nesse caso, à saúde preventiva, comunitária, em parceria com o governo e os médicos cubanos, no caso da Misión Barrio Adentro – educação em diversos níveis, acolhimento para populações em situação de vulnerabilidade, como as missões Negra Hipólita e Vuelvan Caras, e a Gran Misión Vivienda, que viabilizou a construção e disponibilização de cerca de 3 milhões e 900 mil moradias até 30 de dezembro de 2021, segundo dados da Vice-Presidência¹².

Em 28 de Outubro de 2005, a Unesco declarou a Venezuela como Território Livre de Analfabetismo. O país, que em 2003, também como resultado da greve petroleira, havia estado na posição 83^a do ranking dos países com mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passou à posição 68^a em 2008, quando pisei ali por primeira vez. Àquela altura, as negociações internacionais em torno do petróleo já haviam surtido efeito. O barril do cruado passou de cerca de \$ 28 (dólares estadunidenses) em agosto de 2003, logo após a normalização da produção da PDVSA, para mais de \$ 146 (dólares estadunidenses) em julho de 2008. Era, como dizemos hoje, os tempos áureos da Revolução Bolivariana, onde se proliferavam projetos sociais, comunitários, sob a égide de uma máxima inaugurada por Chávez: “Inventar, inventar, inventar”.

1.2 Inventemos, pois!

Até aqui, encarei o desafio de transpor a esse trabalho minha percepção e acúmulo sobre os eventos históricos recentes do processo venezuelano, desprendido da necessidade de correlacionar aos conceitos e abordagens acadêmicas que são uma outra necessária dimensão dessa dissertação. Há também uma preocupação, quiçá não muito evidente pela própria escolha narrativa, de destacar até aqui os fatos mais relevantes do processo histórico e dialético do povo venezuelano em sua construção territorial, compreendendo que o “território não apenas se define, mas se compreende a luz dos processos históricos e socioespaciais” (FUINI, 2017, p.23).

A partir daqui, procuro mesclar os elementos nessa narrativa singular, produto da experiência desse pesquisador-militante, com os conceitos trazidos à luz pela pesquisa bibliográfica realizada e disciplinas cursadas no programa TerritoriAL. A escolha por esta

12 Disponível em <http://vicepresidencia.gob.ve/?p=4677> . Acesso em 30 dezembro 2021.

metodologia de escrita busca de algum modo contemplar meu desejo particular de relatar a experiência vivida a partir de um ponto de vista próprio, encontrando amparo na metodologia da “observação participante”¹³, embora a participação nos eventos relatados não tenha sido efetivamente motivada pela pesquisa científica.

Ainda partindo da observação ativa sobre o processo venezuelano, abordo em um primeiro momento a centralidade atribuída à comunicação social na estratégia de disputa política e finalmente, na territorialização dos princípios e valores do Poder Popular, constituído através das comunas em construção. Sobre esse aspecto, me atenho às experiências de comunicação popular que pude vivenciar ou me relacionar, relatando, portanto, essas vivências e sua relação com o processo de socialização das ferramentas de produção da comunicação social e diversas mídias, ainda antes da promulgação da Lei das Comunas. Esse relato está mesclado com uma fundamentação teórica que compreende a comunicação popular e o projeto de comunicação comunal que viria a se tornar lei anos mais tarde.

Embora haja no texto uma preocupação expressa em abordar as ações institucionais que caminharam no sentido de ampliar as ferramentas do poder popular, ao que inclui-se a comunicação, mas também as comunas em construção de modo geral, como leis e artigos da Constituição Bolivariana, recuso a ideia de que a existência dessas experiências possuam uma relação de dependência em relação a essas ferramentas legais, o que seria uma posição absurdamente legalista, idealista, dos processos sócio-históricos. Tampouco me associo à visão de setores que desprezam a ocupação do Estado e a criação de mecanismos legais, com o objetivo de criar ambientes favoráveis ao fortalecimento dessas experiências. Lembro-me do fechamento de dezenas de rádios comunitárias durante os primeiros anos do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, que se deu não só pela ausência de vontade política em relação direta com os interesses dos empresários do setor das comunicações no Brasil, mas também pela inexistência de um marco legal que amparasse a atividade das rádios comunitárias no país, o que justificou a violência e o cerceamento das liberdades de expressão de diversos coletivos, prevalecendo as relações de poder econômico. Portanto, sobre esse aspecto, penso existir uma relação dialética que não deve ser desprezada na análise do caso venezuelano.

13 “A observação participante é uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade (Anguera, Metodologia de la observación en las Ciencias Humanas, 1985)”. Porto Editora – observação participante na Infopédia. Porto: Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](https://www.infopedia.pt/$observacao-participante)

Mais adiante, aprofundo um pouco mais nos conceitos próprios da geografia, compreendendo pois a dimensão estratégica do território imaterial, na transformação do Estado-nação venezuelano em um Estado Comunal.

Trata-se de uma narrativa singular, dissidente da linguagem acadêmica formal, que busca, mais que elaborar o resultado de uma pesquisa científica, lançar um olhar crítico e objetivo sobre a experiência venezuelana, não para repeti-la, mas para inventar, à luz da História.

2 CONTRA-HEGEMONIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA COMUNAL

No documentário *A Revolução não será televisonada*¹⁴, dos realizadores irlandeses Kim Bartley e Donnacha O'Briain, as imagens dão conta de coletivos organizados que se dividiram nos bairros pobres da capital venezuelana para informar ao povo sobre o sequestro do presidente Hugo Chávez, durante o fugaz golpe de Estado em abril de 2002.

As imagens que ganharam/ o mundo registraram os comunicadores populares da Catia TV, televisora comunitária localizada no bairro de Caño Amarillo, na região central de Caracas, que foi fechada pelos golpistas durante os sucessos de abril de 2002.

A força mobilizadora da comunicação popular logo despertou no presidente e sua equipe de governo um interesse particular sobre o tema da comunicação e seu lugar de centralidade na estratégia política da Revolução Bolivariana.

Não tardou muito para que Chávez determinasse a criação de uma política de comunicação que estivesse orientada a dois objetivos centrais: 1 – disputar a formação da consciência coletiva, até então, monopolizada pelo setor empresarial do país e de forças políticas externas; 2 – criar ferramentas de comunicação autônomas que, por sua vez, estivessem a serviço do novo poder constituinte. Vale ressaltar, que a Lei Orgânica das Telecomunicações¹⁵, promulgada em junho de 2000, e em seu Artigo 2, item 2, afirma que entre seus objetivos está o de “promover e colaborar no exercício do direito das pessoas a estabelecer meios de radiodifusão sonora e televisiva aberta, comunitárias, de serviço público sem fins de lucro, para o exercício do direito à comunicação livre e plural”¹⁶.

Já em seu Artigo 12, item 3, que

[...] em sua condição de usuário de um serviço de telecomunicações toda pessoa tem direito a: [...] 3. Exercer individual e coletivamente o direito à comunicação livre e plural através do gozo de condições adequadas para fundar meios de radiodifusão sonora e televisiva, comunitárias, de serviço

14 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-7c34tYH1c>. Acesso em 20 julho 2020.

15 A Ley Orgánica de Telecomunicaciones foi aprovada pelo poder legislativo da Venezuela no dia 1º de junho de 2000 e promulgada no dia 20 de março do mesmo ano. A íntegra do texto pode ser acessada https://www.oas.org/juridico/spanish/cyb_ven_ley_telecomunicaciones.pdf. Nos últimos anos, o parlamento realizou modificações no texto legal, mas as partes citadas nesse trabalho permanecem tal como foram redigidas no texto legal aprovado em 2000.

16 No original lê-se: “Promover y coadyuvar el ejercicio del derecho de las personas a establecer medios de radiodifusión sonora y televisión abierta comunitarias de servicio público sin fines de lucro, para el ejercicio del derecho a la comunicación libre y plural”.

público, sem fins de lucro, de conformidade com a lei ¹⁷ (República Bolivariana de Venezuela, 2000).

Note-se que o texto, que regula ademais sobre as concessões públicas, a soberania sobre o espectro radioelétrico ou mesmo os limites da atividade econômica sobre os meios de comunicação do país, ampara, na forma da lei, a criação de experiências territoriais de comunicação e uma série de políticas públicas que mais tarde vieram a contribuir para a proliferação de meios alternativos por todo o país.

Como pano de fundo, a “orientação” do presidente colocava em debate dois conceitos primordiais: hegemonia e contra-hegemonia, sobre os quais nós e o próprio Chávez encontramos amparo nas formulações do filósofo e jornalista italiano Antonio Gramsci.

Em 2007, o governo bolivariano anunciou que não renovaria a concessão pública à RCTV – Rádio Caracas de Televisão – após uma auditoria confirmar a participação ativa de jornalistas, funcionários e diretores da emissora na manipulação de imagens e informações para conspirar contra o governo legítimo, durante os sucessos de 2002. O caso provocou uma forte reação da mídia internacional, corporativista e empresarial, e uma série de protestos na Venezuela de setores da oposição. Alguns analistas atribuem ao “caso RCTV” a derrota sofrida pelos setores revolucionários, ainda em 2007, de uma proposta de reforma constitucional.

Fato é que no dia 28 de maio de 2007, à meia-noite, a RCTV deixou de ser transmitida em sinal aberto e passou a operar apenas por TV a cabo. Dias depois, o presidente Hugo Chávez convocaria uma mobilização em Caracas para explicar as bases teóricas das decisões de Estado que passariam a ser tomadas em matéria de comunicação.

Acabou a concessão que há 53 anos a elite oligárquica venezuelana manjava para o seu uso e abuso e benefício do canal 2 de televisão do espectro eletromagnético venezuelano e hoje temos esse canal 2 liberado, já que não é da oligarquia, nem voltará a ser da oligarquia, agora é do povo venezuelano, agora é da sociedade venezuelana¹⁸ (CHÁVEZ, 2007).

17 No original lê-se: “en su condición de usuario de un servicio de telecomunicaciones toda persona tiene derecho a: [...] 3. Ejercer individual y colectivamente su derecho a la comunicación libre y plural a través del disfrute de adecuadas condiciones para fundar medios de radiodifusión sonora y televisión abierta comunitarias de servicio público sin fines de lucro, de conformidad con la ley”.

18 No original, lê-se: “Se acabó la concesión que desde hace 53 años la élite oligárquica venezolana manjava para su uso y abuso y beneficio del canal 2 de televisión del espectro electromagnético venezolano y hoy tenemos ese canal 2 liberado, ya no es de la oligarquía, ni volverá a ser de la oligarquía, ahora es del pueblo venezolano, ahora es de la sociedad venezolana”.

Como fundamento teórico, Chávez referenciou o filósofo comunista italiano Antonio Gramsci, e explica com linguagem nada acadêmica, os princípios do debate sobre hegemonia, realizado pelo autor italiano.

Quero recorrer ao pensamento de Gramsci para, utilizando as ideias, utilizando as luzes do pensamento, entendamos cada dia melhor o que está acontecendo aqui hoje na Venezuela. Antonio Gramsci é o autor daquela tese: uma verdadeira crise histórica ocorre quando há algo que está morrendo, mas não termina de morrer, e ao mesmo tempo há algo que está nascendo mas não termina de nascer. Nesse tempo e nesse espaço onde ocorre, aí se apresenta uma autêntica crise orgânica, crise histórica, crise total¹⁹ (CHÁVEZ, 2007).

Vale dizer que etimologia da palavra “hegemonia” quer dizer liderança, em seu sentido mais amplo, relacionado à dominação, mas também à direção moral dos processos histórico-sociais. Chávez segue desenvolvendo sobre o pensamento do escritor italiano, desta vez sobre o conceito de “bloco histórico”. Em dado momento, relaciona as ideias de Gramsci com a realidade venezuelana e identifica as instituições econômicas, estatais e intermediárias, cujo objetivo histórico tem sido gerar um consenso social sobre o modo de reprodução da vida no capitalismo. Note-se que em um primeiro momento, Chávez trata da luta contra o poder hegemônico na sociedade capitalista. Mais adiante, assumirá como tarefa a construção da nova hegemonia socialista e bolivariana e a construção de um novo bloco histórico, a partir do pensamento de Gramsci.

Gramsci também esboçou e desenvolveu a tese do bloco histórico. A hegemonia de uma classe que consegue conformar o bloco histórico no qual se pode bem diferenciar as estruturas e superestruturas. A superestrutura do bloco dominante tem dois níveis. A sociedade política, podemos resumi-la como as instituições políticas. E a sociedade civil, em outro nível, um conjunto de instituições comumente chamadas privadas, através das quais, a classe hegemônica pode difundir em todos os planos da vida, sua ideologia. A sociedade civil tem um conjunto de instituições. Gramsci o enumera. Entre elas, a Igreja. A elite católica, com algumas exceções, sempre, em todo o mundo, tem se alinhado e formado parte dos blocos dominantes do capitalismo em todo o mundo. Os meios de comunicação: essa é outra das poderosas instituições da sociedade civil hegemônica. A igreja, os meios de comunicação e o sistema escolar são os dois grandes corpos orgânicos que Gramsci aponta como as instituições fundamentais da sociedade civil, usadas por esta para difundir aos extratos e camadas sociais e populares, sua ideologia dominante (CHÁVEZ, 2007).

19 No original, lê-se: “Quiero recurrir al pensamiento de Gramsci para utilizando las ideas, utilizando las luces del pensamiento, entendamos cada día mejor lo que está pasando aquí hoy en Venezuela. Antonio Gramsci es el autor de aquella tesis: una verdadera crisis histórica ocurre cuando hay algo que está muriendo pero no termina de morir y al mismo tiempo hay algo que está naciendo pero tampoco termina de nacer. En ese tiempo y en ese espacio donde esto ocurre, ahí se presenta una auténtica crisis orgánica, crisis histórica, crisis total”.

No discurso, Chávez aborda ainda os extratos de elaboração da ideologia dominante, explicando o papel da filosofia, dos especialistas responsáveis por difundir e respaldar as ideias do bloco histórico hegemônico e menciona a “manipulação” exercida pelos meios de comunicação ao redor do mundo, por exemplo, sobre a ideia de liberdade de expressão, associando-a sempre à liberdade de mercado. Também menciona o neoliberalismo e sua filosofia como formas de domínio ideológico de uma classe sobre outra. E finalmente, debate a construção do que Gramsci chama de “senso comum”.

Um terceiro nível, nos extratos ideológicos, segundo Gramsci, é o que ele chama de “senso comum”. Agora, o senso comum é produto do banho da filosofia dominante e da ideologia através de distintas formas, através de telenovelas, através de filmes, através de canções, através de propagandas, de painéis publicitários, de cores, até das cores. E o quarto nível gramsciano da ideologia é o que ele chama folclore²⁰ (CHÁVEZ, 2007).

“Enquanto isso, nos resta seguir conformando o novo bloco histórico. Somos nós os responsáveis por continuar trabalhando, tijolo por tijolo fazer maior e mais forte que as torres do Parque Central o novo bloco histórico venezuelano”, finaliza com uma convocatória, apontando à construção de uma nova hegemonia revolucionária que tem guarita no pensamento do próprio autor italiano sobre a ideia de união entre teoria e prática, “primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência” de fazer parte de uma determinada força hegemônica, ou seja, a consciência política nova que emerge do processo de transformação e consolidação do novo bloco histórico.

Àquela altura, a teleSUR, canal latino-americano de notícias, sediado em Caracas e financiado sobretudo com recursos venezuelanos, já funcionava há dois anos. A Venezolana de Televisión – VTV – ganhava nova roupagem técnica e cumpriria a função de competir em relativa igualdade de condições técnicas e recursos materiais com os grandes meios de comunicação, estabelecendo uma nova correlação de forças na produção dos discursos e na formação da consciência coletiva. Quer dizer, estabeleceu-se novas condições para a disputa de narrativas contra-hegemônicas a partir dessas novas experiências.

Por outro lado, o governo venezuelano passou a financiar, como estratégia política de

20 No original, lê-se: “Un tercer nivel, em los extractos ideológicos, segun Gramsci, es lo que el llama de ‘sentido común’. Ahora, el sentido común es producto del baño de la filosofía dominante y de la ideología a través de distintas formas, a través de telenovelas, a través de películas, a través de canciones, a través de propagandas, de vallas, de colores hasta los colores. Y el cuarto nivel gramsciano de la ideología es lo que él llama el folklore.”.

conformação do novo bloco histórico, centenas de novas experiências de comunicação produzidas no território. A comunicação popular passou a ganhar força com a realização de políticas públicas de fomento a essas experiências. Tratava-se, portanto, da demanda pela instauração de uma práxis comunicacional correspondente ao processo constituinte de uma nova estrutura geopolítica no país, nomeada, a princípio, com o vago termo de “poder popular”.

A centralidade da comunicação no processo histórico de transformação social e política volta a ser debatida na publicação do Projeto Nacional Simón Bolívar²¹, base para a reeleição do ex-presidente Hugo Chávez em 2006. No item III. Democracia protagónica revolucionaria²², o texto propõe “Universalizar o acesso aos diferentes tipos de comunicação” e “Promover a soberania comunicacional” (2006).

Nessa esteira, mais de 800 meios de comunicação populares foram criados na Venezuela entre os anos de 2002 e 2017, segundo levantamento do Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação²³, e a comunicação alternativa passou a ser uma política de Estado para a promoção da atividade comunicacional como uma ferramenta legítima de organização social e um direito social previsto na Constituição. Uma das experiências mais exitosas e já mencionada aqui é a CatiaTV, que além de um meio de comunicação comunitário, funciona desde 2002 como uma “incubadora” de novas estruturas populares de comunicação, grande parte delas operando em rede.

Em uma tese da University of Queensland, Austrália, intitulada *Exploring Hugo Chávez's use of mimetisation to build a populist hegemony*, a pesquisadora Elena Block Rincones recorre ao pensamento da socióloga australiana Sujatha Fernandes para destacar o papel central na formação do imaginário popular a partir das ferramentas alternativas de comunicação. Embora não relacione diretamente a expansão da comunicação alternativa aos elementos políticos e históricos, ou mesmo que não revele o caráter objetivo da construção das políticas de comunicação como instrumentos de transformação do Estado Comunal, é possível perceber que salta aos olhos da autora o caráter territorial das experiências analisadas, ou seja, verifica-se portanto, a comunicação sendo usada como ferramenta de

21 Tradução do autor do título original em espanhol: *Proyecto Nacional Simón Bolívar. Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación – 2007 – 2013*.

22 Em português, Democracia protagónica revolucionária.

23 Levantamento foi anunciado pelo então ministro da Comunicação venezuelano, Ernesto Villegas, no dia 7 de março de 2017, quando participava do XV Encontro da Rede de Intelectuais em Caracas (<http://www.mppef.gob.ve/mas-de-800-medios-de-comunicacion-han-nacido-durante-la-revolucion-en-venezuela/>)

organização social e debate público sobre as problemáticas comunitárias e as possíveis soluções:

Sujatha Fernandes (2011) destacou o papel dos “comunicadores populares”, como meios de comunicação comunitários. praticantes gostam de ser chamados, na busca da integração da mídia comunitária com o dia a dia vida e cultura dos residentes dessa comunidade. Fernandes (2011) acredita que a mídia comunitária promove o trabalho em equipe e “tomada de decisão coletiva” (p. 148), particularmente no que ela chamou “Coletivos de mídia”, como Rádio Pérola, Rádio Macarao, Rádio Negro Primero, Sucre em Comunidad, que, apesar do financiamento do governo de Chávez, manteve sua “forte orientação” para questões locais²⁴ (RINCONES, 2013, p. 182 - 183)

Além das experiências mencionadas pela autora, e de grande valia, uma dessas experiências, financiada com recursos públicos sem qualquer interferência do Estado na produção editorial foi o *De Pana*. Em 2009, participei junto ao coletivo de uma formação em comunicação popular com a Cátia TV. O lugar escolhido para o encontro de cerca de 40 comunicadores populares foi um casebre no alto da cordilheira que circunda o norte de Caracas, o Ávila.

O encontro começou com uma mística, muito presente nas atividades dos movimentos populares no Brasil e na América Latina, especialmente os movimentos da Via Campesina Internacional. Pois bem, foi através dela que soubemos o significado no nome original da montanha onde nos encontrávamos. Waraira Repano, a “onda de pedra”. Segundo os companheiros que conduziram a mística, os indígenas que povoavam a região acreditavam que a montanha, às margens do mar do Caribe, era, na verdade, um castigo da deusa do mar para os pecadores humanos. Arrepentidos de seus pecados, a deusa decidiu transformar a “onda gigante” em um paredão sólido de rocha.

Nada como conhecer os mitos de um povo, para entender, finalmente, sua relação com o território.

24 No original, lê-se: Sujatha Fernandes (2011) stressed the role of “popular communicators”, as community media practitioners like to be called, in seeking the integration of community media with the everyday lives and culture of residents of that community. Fernandes (2011) believed that community media promotes teamwork and “collective decision making” (p. 148), particularly in what she called “media collectives”, such as Radio Perola, Radio Macarao, Radio Negro Primero, Sucre em Comunidad, which, despite Chávez’s government funding, maintained their “strong orientation” to local issues (p. 155). In this context, Fernandes’s (2011) investigation suggests that media collectives, and community and alternative media in general, implicitly contributed to Chávez’s identity-building logic to constitute a mimetised collective that eventually bore his name..

2.1 De Pana: aproximação com a comunicação popular

Ainda era 2008, fui convidado por uma amiga brasileira que vivia em Caracas para ir a um café com alguns dos seus amigos no Parque Central de Caracas, um conjunto de edifícios residenciais e comerciais da região de Bellas Artes, no centro da capital. Lá fui apresentado a Carlos Acosta, colombiano refugiado na Venezuela. Ao saber que eu era um recém-formado jornalista, presenteou-me com um exemplar do jornal *De Pana*, acompanhado de um convite para participar de uma reunião do coletivo, e contribuir na produção do periódico.

Aceitei de pronto o convite e poucos dias depois estava eu no pequeno escritório do coletivo, localizado pouco acima da praça Bolívar de Caracas. Lá, conheci os outros três companheiros que faziam parte do grupo: Consuelo, companheira de Carlos, também colombiana, Rossevelt, um velho jornalista uruguaio residente na Venezuela, e o único venezuelano do grupo, Julio, “el negro”.

A conversa durou horas. Queriam saber do Brasil, do governo “popular” de Lula da Silva e suas contradições, da relação do governo com os movimentos populares, especialmente o mais famoso deles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em alguns momentos, era eu quem me silenciava para receber informações preciosas da história do Brasil e sua relação com o restante da América Latina, das quais eu desconhecia. Já era noite quando deixamos o prédio. Naquele dia, comecei a me sentir parte de algo naquele país estrangeiro. Estaria dando, naquele momento, um passo importante rumo à construção de minha própria territorialidade, ou seja, minha identidade em relação àquele território.

Territorialidade compreendida como “o sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço” e território, como “é, ao mesmo tempo, um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural” (FUINI, 2017, p.21). Saquet (2010, p. 163 - 164) diria em outras palavras, que o território pode ser pensado como um *texto* em um *contexto*”, enquanto “a territorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução das relações sociais”.

Em julho de 2009, quando o jornal alternativo completou seus cinco anos de existência, foi publicada uma página sobre a história e os princípios do coletivo. Importante que você reproduz uma breve versão desta história do jornal. Nascido em 2004, apenas dois anos após a tentativa frustrada de golpe de Estado contra o presidente Hugo Chávez, e no bojo

de uma série de políticas públicas inauguradas para a promoção desse tipo de iniciativas, tendo contado com o apoio de outros meios populares, como a Catia TV, e outros coletivos de comunicação, na elaboração editorial do periódico.

Figura 2: Editorial “Una breve historia De Pana!!!”

DE PANAAAA!!! 8

Edición No. 60

Julio 2009

Una breve historia De Pana!!!

Los inicios

El Periódico De Pana!!! surge al calor de las reuniones de contingencia que -para la defensa del proceso bolivariano de transformaciones- realizábamos diversos colectivos y organizaciones. Se hizo necesario, entonces, plasmarlos por escrito, darles un mínimo de orden, coherencia y presentación.

El primer efecto fue una depuración no planificada: una vez plasmados en papel los acuerdos era mucho más difícil justificar su incumplimiento. Quienes persistimos fuimos mejorando esos papeles de trabajo, que se realizaban al ritmo de las reuniones y allí se fue forjando el equipo inicial del actual proyecto que -expresándose en el periódico “De Pana!!!”- incluye otras actividades, como alternativa al actual modelo comunicacional, creando diversos espacios de expresión donde confluyen militantes individuales y colectivos organizados, comprometidos con el proceso de cambios en Venezuela y en el mundo, sin perder la capacidad crítica.

En ese contexto, se entiende por qué los números 1 y 2 fueron amablemente diseñados por algun@s compañer@s miembros del “Proyecto Nuestramérica-PNA M-13” y los números 3 y 4 con la solidaridad de la organización de origen estudiantil “Utopía”, pues no sabíamos manejar ningún programa de edición. A esas dificultades se sumaba la falta total de equipo técnico, al punto que para la redacción y corrección de textos, la búsqueda de imágenes y las comunicaciones entre l@s camaradas, muchas veces utilizamos los cibercafé.

También contamos con oportuna solidaridad, apoyo y consejo de camaradas que siempre agradeceremos, como Ángel Eduardo Pérez (quien nos enseñó lo básico de Page Maker), Tamanaco de la Torre (que nos ayudó a la estructuración conceptual y gráfica), Eduardo Rotte (con su crítica aguda y su palabra de aliento)... Asumiendo que en esos aspectos, como en todos los demás, los errores son exclusivamente nuestros.

Algunos Principios

Sin aplicar concientemente un método y desde la práctica misma, hemos precisado una serie de elementos que nos identifican como antirracistas, antihomofóbicos y antixenofóbicos, luchamos contra prácticas como el machismo, el adultocentrismo, el patriarcalismo, el uso de la imagen de la mujer como objeto, la división social por clase, la burocracia y la corrupción. Como ecologistas, nos oponemos a la experimentación animal en vida, a la caza “deportiva”, las corridas de toros, las peleas de perros, de gallos... y a toda práctica que degrade, maltrate o genere sufrimiento o distorsión en el comportamiento animal natural.

Porque nos identificamos con la propuesta de soberanía, independencia, autodeterminación, reconstrucción de la patria grande e integración latinoamericana. Por que apoyamos la necesidad de crear en esta etapa histórica fuertes estados antiloligárquicos. Por que estamos convencid@s de que no puede haber transformación en América Latina sin reconocer nuestras propias raíces y los aportes valiosos que mujeres y hombres de esta América Mestiza han hecho a la lucha revolucionaria mundial. Por que reivindicamos la práctica del pueblo en armas y entendemos al Ejército Libertador como primer embrón de un partido popular revolucionario, nos definimos como bolivarianos.

Nos consideramos Marxistas porque nos reivindicamos como humanistas y como tales, creemos en la necesidad de interpretar la realidad para transformarla. Porque entendemos la historia humana como la historia de la lucha de clases y no nos sentimos, ni somos imparciales en ella. Porque reivindicamos las herramientas del análisis, la investigación y la reflexión, contextualizadas, para comprender las sociedades humanas y el sentido estratégico de sus reivindicaciones y luchas. Porque estamos convencidos de que debemos crear a nuestro interior -desde ya- un nuevo tipo de relaciones y una nueva estructura para el trabajo en equipo. Porque como internacionalistas, no creemos que pueda solidificarse, ni consolidarse, ninguna revolución verdadera dentro del marco estrecho y atrasado de las fronteras nacionales impuestas por las clases poderosas para separar a los pueblos que combaten los regímenes injustos sobre los cuales ellas sustentan su poder. Porque proclamamos la necesidad de la organización política del pueblo trabajador para dirigir la lucha contra el capitalismo y el imperialismo.










www.depana.org.ve

Escrevi diversos textos para o *De Pana*, refletindo sobretudo a realidade do Brasil e sua relação com o contexto latino-americano. Nos reuníamos sempre para discutir as pautas. Essas eram longas e acaloradas reuniões. Pensávamos os temas, as fontes, dividíamos as tarefas e definíamos os prazos.

Noutra reunião, acompanhávamos a produção, discutíamos as abordagens e planejávamos a impressão e distribuição do tabloide. O principal ponto de distribuição era o chamado “Punto Rojo” da Praça Bolívar, bem no centro da capital. Trata-se de um toldo vermelho que abriga cadeiras e uma televisão, conectada o dia inteiro nos canais públicos e promovendo debate público sobre temas políticos de toda sorte. É típico em diversas partes do mundo a prática de idosos sentarem nas praças, ocupando seu tempo em ver as pessoas passarem nas ruas e alimentar uma revoada de pombos. No caso da Venezuela, além das aves devidamente alimentadas, o punto rojo serve também para alimentar a mente e promover debates muitas vezes acalorados.

Era comum ter em suas edições algum texto ou imagem que provocasse o debate da comunicação e a necessária transformação dos paradigmas de produção do conhecimento a partir da produção de informação. Como na edição de número 90, de junho de 2012, que dedicou três páginas para relatar as conclusões do Encontro de Comunicadores e Comunicadoras Populares, realizado em Caracas entre os dias 6 e 7 de julho daquele ano.

Figura 3: Matéria Jornal DePana – Conclusiones del encuentro de comunicadores populares “las calles son nuestras”

8

De Pana!!! ■ 15 junio -15 julio 2012

Conclusiones del encuentro de comunicadores populares “las calles son nuestras”



Encuentro realizado el 6 y 7 de julio en Caracas, Venezuela. El tema central en esta ac-

tividad, fue la organización popular en torno a la comunicación, agitación y la propaganda, para lograr así avanzar en el proceso de construcción de una propuesta política en torno al agitprop en la ciudad de Caracas durante la Campaña Presidencial. Se contó con la asistencia de diversas organizaciones del Poder Popular, a continuación las conclusiones del encuentro.

Para nosotros y nosotras, la agitación y la propaganda son el conjunto de acciones, con el empleo o no de medios de comunicación, difundidas entre las masas populares para, en este momento histórico:

- Impulsar la organización y unidad popular elevando así el nivel de conciencia en las masas.
- Estimular la lucha social contra cualquier injusticia y promover la solidaridad.
- Deslegitimar el proyecto político de la oligarquía que finalmente se concreta en el capitalismo.
- Resaltar el fracaso de los caminos conciliadores demostrando el antagonismo

existente entre opresores y oprimidos.

La tarea de la propaganda revolucionaria es la difusión de la ideología bolivariana y socialista, del programa del partido, las líneas estratégicas, las resoluciones, opiniones, planteamientos y puntos de vista sobre todos los acontecimientos entre las masas populares orientándolas hacia la transformación del estado y la construcción del poder popular.

El trabajo de agitación y propaganda requiere, por encima de todo, cumplir la tarea de elevar el nivel de conciencia del pueblo e incentivar la participación popular. Es el pueblo el sujeto de las transformaciones que requiere nuestra sociedad. Igualmente, sin las vivencias en lo cotidiano de los nuevos valores, el trabajo de agitación y propaganda no alcanzará los objetivos políticos que se propone.

Cada realidad exige el desarrollo de un espíritu creativo, imaginativo y audaz para hacer una propaganda que cumpla con sus objetivos. La propaganda no se basa en métodos, herramientas ni formas fijas, cada momento puede demandar nuevas invenciones de nuevas formas, herramientas y métodos o el rescate de métodos antiguos. Todo depende de la realidad, del contexto, de los objetivos estratégicos y de la creatividad de la militancia.

Un grupo de militantes puede no tener recursos para realizar el trabajo de manera fácil, pero su comprensión de la

necesidad política estimula a la militancia a actuar, creando métodos y formas de acuerdo con las condiciones y medios posibles. En momentos difíciles o de reflujo de la participación de las masas la ideología sustenta el trabajo.

Es importante mantener un proceso permanente de formación articulado con el trabajo de agitación y propaganda y ligada al proceso de organización del partido, de los movimientos sociales y de los órganos del poder popular.

La agitación y propaganda se realiza utilizando diversas herramientas, formas y técnicas en función del contenido de las ideas y del público al que va orientada. La propaganda revolucionaria debe ir acompañada de un esfuerzo sistemático para organizar.

Algunas herramientas, métodos y formas de hacer propaganda y agitación:

- Discursos. En actos públicos, espacios abiertos o la calle, transporte público, salones de clase, espacios de trabajo, etc.
- Impresos. Volantes, periódico, hojas informativas, periódico mural, revista, libros.
- Artes Plásticas. Pintas, grafitis, murales, carteleros, afiches, estencil, fotografías, etc.
- Teatro: Teatro de calle, performance, teatro invisible, teatro foro, teatro periódico...

Fonte: Jornal De Pana, edição nº 90 - pg 8

Também comum era o jornal abrir espaço para a discussão de temas relacionados à construção política da Revolução Bolivariana, como a luta das mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados e o poder popular. Na edição de número 60, de julho de 2019, escrevi ao jornal sobre as experiências de controle operário em fábricas venezuelanas abandonadas por seus proprietários.

O caso em questão era da fábrica de válvulas para equipamentos de extração de petróleo Inveval, ocupada pelos trabalhadores sob a reivindicação de que fosse nacionalizada e passada ao controle operário. Visitei a fábrica, localizada na região de Los Teques, na área metropolitana de Caracas. Desde que havia sido ocupada, a fábrica apenas reformava válvulas antigas e colocavam à disposição da PSDVA, isso porque o produtor da matéria-prima para a produção das válvulas era o antigo proprietário da Inveval.

As experiências de ocupação de fábricas pelo país, que se multiplicaram inclusive a partir do abandono de plantas produtivas por seus donos migrados a outros países, geravam também problemáticas na relação comercial e em sua relação com o governo, que já diria o próprio presidente Chávez, embora fosse aliado da classe trabalhadora do país, seguia representando os interesses de uma sociedade de classes, com todas as contradições que isso possa significar.

Figura 4: Matéria jornal DePana “Control obrero: la emancipación en la mirada”

DE PANAMA 76

Julio 2009

Control obrero: la emancipación en la mirada

El control obrero de la producción es una de las formas, y actual bandera de algunos movimientos actuantes en el proceso venezolano, como modelo de organización del proceso productivo en el socialismo.



Leonardo Fernandes

En el auge de la lucha de clases, como es el caso de Venezuela y la Revolución Bolivariana, cuando las contradicciones existentes en las relaciones de producción, en realidad, la contradicción entre lo que producen los trabajadores y los que detienen los medios de producción, es decir, los patronos, se encuentra más evidente, el debate de ideas tórnase frecuente, en busca de construir un nuevo modelo económico para la producción y reproducción de la vida humana.

El control obrero de la producción es una de las formas, y actual bandera de algunos movimientos actuantes en el proceso venezolano, como modelo de organización del proceso productivo. En la medida en que los trabajadores elevan su conciencia, pasando del plan reivindicativo para el plan político, es decir, superando la etapa de reivindicaciones laborales, como mejores salarios, mejores condiciones de trabajo, para una etapa de formulación política de su propio modelo de organización productiva, los trabajadores pasan a disputar con los patronos, o

los capitalistas, que da lo mismo, la propiedad de esos medios productivos. En ese contexto surge la discusión del control obrero como vía alternativa a los tradicionales modelos de producción.

El militante de la Corriente Marxista Revolucionaria - CMR, que hace parte del PSUV, Leonardo Badel, explica que el control obrero puede aplicarse tanto en empresas públicas, o nacionalizadas, cuanto en empresas privadas, pero siempre y cuando haya una intensificación en la lucha de los trabajadores y patronos, y un nivel de conciencia que permita que los trabajadores produzcan la discusión en el marco político. Badel ilustra esa situación, con los casos de Invepal, empresa nacionalizada y bajo control obrero, y empresas privadas como Inaf - Industria Nacional de Artículos de Ferretería y la Fábrica de Fanelas Gotcha, ambas con un debate avanzado y con importantes conquistas en lo que se refiere al control obrero.

Como se organizan los trabajadores bajo el control obrero.

No hay una regla definida para todos los casos. Los trabajadores, en discusión permanente y democrática,

buscan la mejor forma de aplicación del control obrero en el marco de su capacidad, del tamaño y amplitud de la empresa, o mismo de las características del conjunto de los trabajadores organizados.

Lo que sí es fundamental, es que sea por medio de un sindicato, o del consejo de fábrica, o mismo de los dos juntos, todo y cualquier miembro de un cargo representativo de los trabajadores deben ser elegidos democráticamente por los trabajadores en asamblea. La CMR aún propone que esos obreros elegidos para tales cargos, deben ser sometidos a una revocatoria, siempre y cuando no representen los derechos de los trabajadores, o no cumplan con su trabajo.

Además de los cargos representativos, es decir, de los miembros del consejo o del sindicato de trabajadores, también los cargos administrativos y técnicos de la empresa deben ser escogidos por medio de la consulta democrática de los trabajadores, así como todas las decisiones relativas al proceso productivo debe ser discutida con los trabajadores en su conjunto. Leonardo Badel explica que el control obrero que se plantea hoy no es un control medio de la empresa, sino que un 100% del control por parte de los trabajadores.

Algunas experiencias distintas, y contradictorias.

Los distintos procesos de lucha de los trabajadores presentan conclusiones variadas de acuerdo con el embate de ideas que se producen en ese entonces, y de acuerdo con las diferentes influencias que existen en el seno de la clase obrera. Algunas de esas conclusiones representan contradicciones peligrosas, si se objetiva al final el socialismo. Una de esas contradicciones es lo que se llama por cogestión.

Ese modelo de cogestión, fue propuesta, por ejemplo, durante el proceso de nacionalización de la fábrica de papel Invepal. El aparato estatal propuso a los trabajadores un 49% de las acciones de la empresa, mientras los otros 51% permanecerían en poder del estado, que por su vez les otorgó un crédito a los trabajadores, que pasaron a organizarse en función de una cooperativa. Las acciones que permanecen en el poder del estado pueden ser adquiridas por la cooperativa hasta que esta obtenga el 99% de la empresa, que nuevamente se convierte en una propiedad privada, con múltiples patronos, pero con una

www.depana.org.ve

Mas de todas as edições, nenhuma marcou tanto minha memória quanto àquela que celebrou a chegada dos restos mortais da Generala Manuela Sáenz, companheira de luta e vida de Simón Bolívar, à terra do libertador. Em julho de 2010, a edição de número 71 do jornal celebrava, com as palavras do então presidente do Equador, Rafael Correa, a união simbólica de Manuela e Simón, no panteão reservado para o mártir. A capa do jornal ganhou o país e mereceu uma rápida menção do ex-presidente Hugo Chávez sobre o trabalho do coletivo popular.

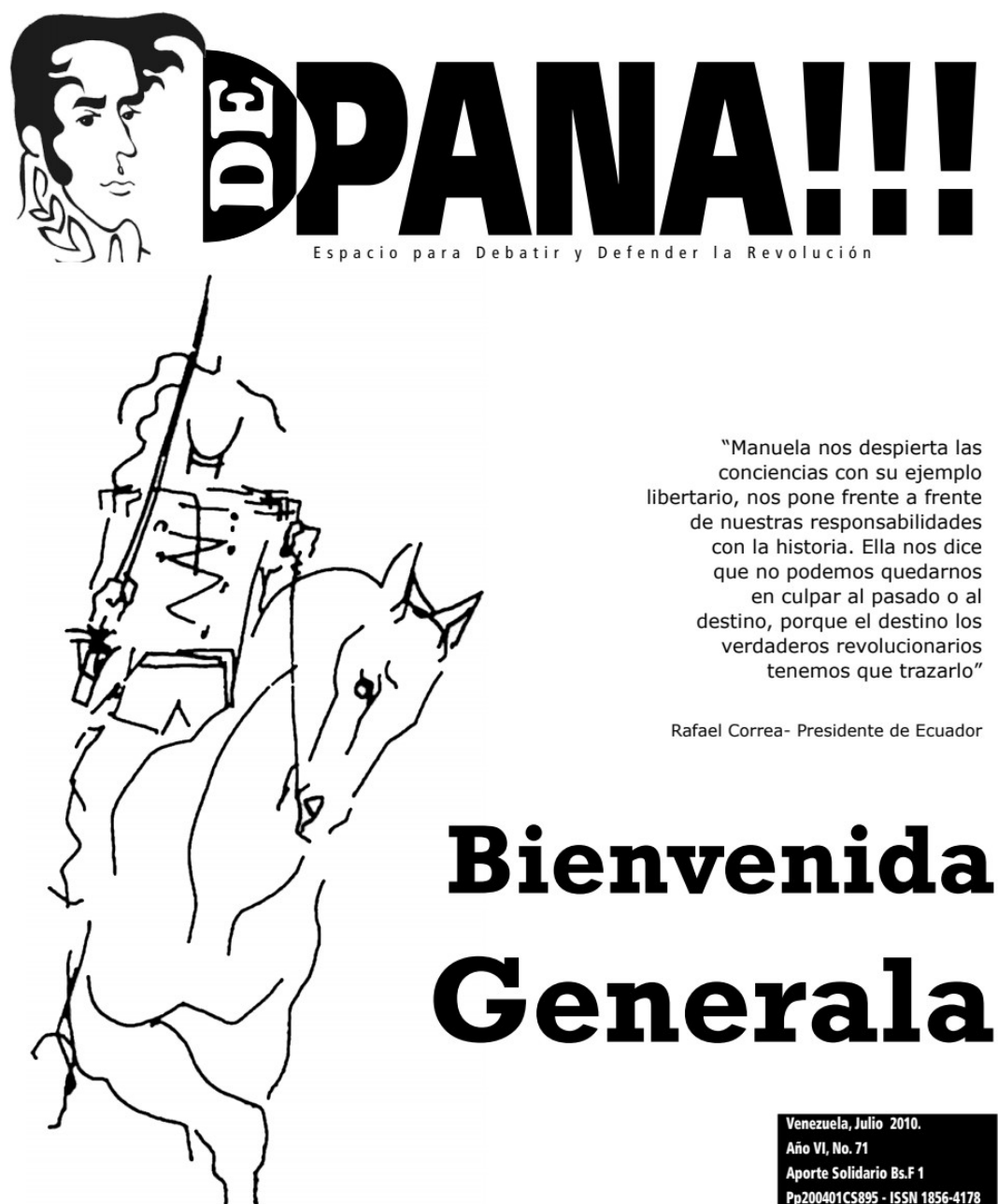
Não se trata de supervalorizar a experiência pessoal de quem relata, mas assumir a perspectiva da narrativa individual como fundante de qualquer análise, seja ela no campo da Geografia, das Ciências Sociais, da Comunicação. Disso também se trata a construção de territorialidades, como afirma Saquet (2010, p. 171):

Há que se ter um movimento em nosso pensamento para compreender o movimento do e no território. O território precisa se expressar no pensamento. Há ligações e relações no real e no pensamento, o que nos remete a pensar numa relação sujeito-objeto bastante delicada e num nível em que a razão e a emoção se coadunam incessantemente. O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais.

Trazendo a formação de sua territorialidade – identidade com a revolução – você reforça o tema, a geografia e a razão pela narrativa pessoal.

Voltando ao *DePana*, entre tantas outras ocasiões, a edição que segue se destacou em minha observação pelo fato de trabalhar essencialmente princípios fundantes do bolivarianismo, e fazer um resgate histórico do legado de figuras históricas como Bolívar e Manuela, que fazem parte do imaginário popular de liberdade e independência do povo venezuelano.

Figura 5: Capa do jornal DePana - “Bienvenida Generala”



Fonte: Jornal De Pana, edição nº 71 - pg 1

Financiado com recursos de publicidade de empresas públicas do país, outro tempo do coletivo era dedicado a colaborar em processos formativos de comunicação popular, sobretudo nos aspectos que envolviam a produção de mídia impressa, a saber, texto, fotografia, diagramação. Uma das experiências mais interessantes foi a constituição do “primeiro jornal de esquerda da Academia Militar da Venezuela”, como gostavam de dizer os cadetes.

A princípio, nos aproximamos do Tenente Coronel Menry Fernández, diretor de ensino da Academia Militar da Venezuela, para fazer-lhe uma entrevista sobre um livro que ele recém-havia lançado, chamado “Guerra popular de resistência”, no qual o oficial discorre sobre a “nova doutrina militar bolivariana” e as estratégias para enfrentar as chamadas guerras assimétricas ou “de 4ª geração”, libradas pelas forças armadas imperialistas, que incluíam a utilização de ferramentas de comunicação como forma de desestabilizar governos e estabelecer consensos.

A entrevista foi longa e rendeu três páginas do jornal, muitas outras matérias e artigos de opinião abordaram o tema, o que acabou rendendo um convite do tenente-coronel: coordenar um processo formativo de um grupo de cadetes que estavam interessados em fundar “o primeiro jornal de esquerda” daquela instituição.

A partir daí, todos os sábados, Consuelo, Carlos e eu íamos ao Fuerte Tiúna, localizado na zona sul da capital venezuelana para ministrar cursos de redação, fotografia e diagramação, além de acompanhar de perto a produção do jornal *El Joven Patriota*, lançado em fevereiro de 2010.

Figura 6: Capa da 1ª edição do jornal El Joven Patriota



Fonte: El Joven Patriota, 1ª edição, fevereiro 2010

Na edição de número 67, de fevereiro de 2010, o jornal *De Pana* destacava a parceria entre a instituição militar e o coletivo de comunicação popular.

Figura 7: Artigo publicado no jornal DePana sobre o lançamento do jornal El Joven Patriota

En la Academia Militar de Venezuela

Surge **El Joven Patriota**



Nuevo Ministro de Defensa
El General en Jefe Carlos José Mata Figueroa, asumió el cargo el pasado jueves 28 de enero.

Nuevos cuadros de la juventud militar venezolana

Base militares en Colombia
Las verdaderas razones de su instalación.

El Ejército Interamericano
El papel del ejército norteamericano.

Nuevo Armamento
Continúa la actualización tecnológica para la defensa.

mación y el entretenimiento de los cadetes y toda la familia de la Academia Militar de Venezuela, cuya primera edición surgió en febrero, mes pleno de significativos aniversarios para la historia de Venezuela.

La iniciativa de un grupo de jóvenes militares, entre los cuales hay Cadetes y Alférez de la Academia Militar de Venezuela, se fue madurando desde hace varios meses. Ella respondía a la necesidad de crear un medio de comunicación que sirviera al Cuerpo de Cadetes y a los Oficiales responsables de su formación académica, de su instrucción y de su entrenamiento, para su información, formación y entretenimiento.

Así, con la autorización respectiva de las autoridades de la Academia Militar de Venezuela, cerca de dos decenas de jóvenes militares recibirán, en espacios de la misma Academia, un taller -que nos sentimos honrados de dar- para la elaboración de un periódico dirigido a ese sector.

Para quienes integramos este equipo es una experiencia novedosa e interesante, por cuanto es la primera vez que trabajamos con una institución militar. A medida que las clases van avanzando el ambiente se hace más agradable y el diálogo de saberes fluye con mucha naturalidad, recordándonos a cada momento que si bien los camaradas son

militares, no dejan de ser jóvenes con la espontaneidad y la alegría propia de su edad.

Todo proceso de aprendizaje es de doble vía y mientras nosotros aportamos elementos sobre diseño, diagramación, ortografía, redacción, géneros periodísticos, comunicación popular, construcción colectiva de conceptos... vamos aprendiendo sobre rangos, contenidos académicos, visiones del país, proyectos comunitarios que se realizan desde los cuarteles, sentido del orden y de la disciplina militar...

La aparición -en buena hora- de "El Joven Patriota" es un ejemplo vivo de las profundas transformaciones que se están dando en muchos espacios que a simple vista parecen inamovibles.

Larga y fructífera existencia para "El Joven Patriota"

"Considerando el proceso de cambios y transformaciones que viven las instituciones del estado, entre ellas nuestra Fuerza Armada Nacional Bolivariana, ratificando el compromiso con Dios, la Patria y el Pueblo Venezolano -que asumimos aquel bonito día que decidimos convertirnos en pueblo uniformado, dispuestos a defender la consecución del Sueño Bolivariano, que reiteramos cuando nos juramentamos como integrantes de las filas del Ejército Bolivariano como cadetes de primer año y recordamos con "el toque de oración"- y dispuestos a sacrificar lo que nos es más sagrado, la compañía de nuestras familias, con el firme objetivo de la búsqueda del bienestar común, del colectivo, de nuestro pueblo."

Con estas palabras inicia el editorial de la primera edición del periódico "El Joven Patriota", espacio para la formación, el debate de ideas, la infor-



Ahorremos energía eléctrica al máximo... detengamos el enajenante consumismo capitalista

Febrero 2010

Em fevereiro de 2011, a equipe do jornal *DePana* escreveu um artigo para a 6ª edição que comemorou o aniversário de um ano do lançamento do periódico.

Figura 8: Matéria escrita pela equipe do jornal *DePana* sobre o primeiro aniversário do jornal *El Joven Patriota*



El Joven Patriota ya tiene un año

Equipo Periódico De Pana!!!

La comunicación, hecho fundamentalmente colectivo, centro de permanente debate y derecho inherente al ser humano está presente en todos los espacios. La Academia Militar del Ejército no es la excepción y es así como —en la línea revolucionaria de democratizar su ejercicio en clave popular— se estimula la formación de las y los cadetes para que, como pueblo uniformado, sean sujetos comunicadores activos.

En esa línea destaca el periódico bimensual "El Joven Patriota", espacio de comunicación creado en la Academia Militar de Venezuela (hoy Academia Militar del Ejército, parte de la Universidad Militar Bolivariana) en Fuerte Tiuna.

Tal publicación surgió desde la necesidad de las y los cadetes de contar su cotidianidad, compartir sus experiencias, reflejar su formación académica militar y difundir sus reflexiones en torno al acertado cambio de doctrina

militar. Su existencia misma y todas las iniciativas que de él surgieron o surgen (como la Cátedra Libre de Comunicación Popular, las visitas a medios de comunicación o la Imprenta Nacional...) solo son posibles en el marco de la transformación profunda que se viene dando en la Fuerza Armada Nacional Bolivariana reflejada en el nivel académico, en el debate ideológico y político (con "P" mayúscula), en las prácticas humanistas, en el cambio de paradigmas.

El equipo fundador del periódico conformado por el Tcnel. Menry Fernández Pereira, los Alféreces Lesser Campos Montilla y Jhon Ramírez Rolón, junto a las y los Cadetes Carlos Díaz Cubillán, Luisamar Contreras Lárez, Hernán Moreno Salazar, Diveana Morillo Flores, Isai Tovar Rodríguez, Sarays del Carmen Aquino y Daniel Hurtado Gambó, supo concretar una idea, un sueño y convertirlo en realidad.

El primer número de "El Joven Patriota" abrió un camino, probó que si era

posible realizarlo, permitió que el cuerpo de mando observara el trabajo realizado y que su apoyo fuera aún mayor. Es necesario destacar la tarea realizada por los hoy Tenientes de la FAB, lesser Campos Montilla y Jhon Ramírez Rolón, quienes con su claridad política y su conciencia del hecho comunicacional, fueron pioneros de ésta senda.

Si bien la dinámica misma de la Academia, la contingencia creada por las lluvias, el trabajo de solidaridad con las y los damnificados y el traslado de algunas y algunos Alféreces a unidades antes de lo previsto, solo han permitido la impresión de 5 ediciones en el año 2010 —número importante y nada despreciable— han obligado a la recomposición del equipo, (hoy integrado por el Cnel. Alexis Rodríguez Cabello, Tcnel. Menry Fernández Pereira, Tcnel. Frank Zurita Hernández, Sub/Brig/ Franyer Montoya, Cad/III Yisley Sánchez Cancines, Cad/II Anyelis Velásquez, Cad/II Cecilia Rodríguez, Cad/II Darwin Azuaje y en la diagramación

Cad/II Carlos Díaz Cubillán) la intención para este año 2011 es regularizar la edición, ampliar la distribución y hacer crecer el equipo responsable.

Si bien "El Joven Patriota" no es el órgano oficial de la Academia Militar del Ejército, es de destacar el respaldo dado para ésta iniciativa, la colaboración permanente de Oficiales con material escrito o gestión y el apoyo del Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información (Minppci) y de la Imprenta Nacional para sostenerlo en el tiempo.

Se ha iniciado un camino complejo, difícil e imposible siquiera de imaginar en épocas pasadas. El reto del presente es sostener el esfuerzo, estar a la altura de las expectativas creadas y siempre tratar de avanzar con la certeza de que no podemos ser inferiores al ejemplo glorioso de nuestro Comandante en Jefe Simón Bolívar quien con claridad meridiana afirmó que "la imprenta es la artillería del pensamiento".

Eu já morava há algum tempo em Caracas, quando certa vez abri a porta de casa e me deparei com elas, as mariposas amarelas. Eu vivia em uma casa no alto do morro, conhecido como Lídice (ou Manicómio), de onde eu podia ver centenas de milhares delas por todo o Ávila.

A essa altura de minha experiência com a comunicação popular venezuelana, e ingressado ao trabalho de redator na *TeleSUR – La Nueva Televisión del Sur*, começo então a me envolver pessoal e profissionalmente com as linguagens audiovisuais e sua evidente potência enquanto um recurso para a produção de narrativas que, popularizadas suas ferramentas, possibilita um maior acesso a grupos sociais antes marginalizados do processo de produção da informação.

2.2 Tecnologias sociais para os geógrafos

A medida que se coletiviza a tarefa da comunicação social e comunitária, essas experiências passam a operar no processo histórico venezuelano como tecnologias sociais, compreendidas a partir da reflexão teórica de Claudio Katz, que às concebe como “força social produtiva” e formula o que chama de “utilização proveitosa da tecnologia, dentro de um projeto emancipatório” (1999, p.1). Diz o autor:

O conceito força produtiva social tem um claro significado político, ao colocar em evidência o caráter de classe que tem o uso de certas inovações, assim como a ideologia justificadora dessa instrumentalização. A tecnologia não é um instrumento neutro do progresso. Os capitalistas a utilizam para maximizar seus benefícios, estendendo inclusive este princípio ao próprio desenho dos instrumentos. (...) A outra dimensão política da noção força produtiva social é o projeto que implicitamente contém, a favor da utilização socialmente proveitosa da tecnologia.²⁵ (KATZ, 1999, p.7)

Tecnologias inovadas e transformadas a partir da realidade e das demandas da poder constituinte, – no caso venezuelano – uma experiência que se contrapõe à simples apropriação

25 No original: “El concepto fuerza productiva social tiene un claro significado político, al poner de relieve el carácter de clase que tiene el uso de ciertas innovaciones, así como la ideología justificatoria de esta instrumentación. La tecnología no es un instrumento neutral del progreso. Los capitalistas la utilizan para maximizar sus beneficios, extendiendo incluso este principio al propio diseño de los artefactos. (...) La otra dimensión política de la noción fuerza productiva social es el proyecto que implícitamente contiene, en favor de la utilización socialmente provechosa de la tecnología.

das tecnologias convencionais disponíveis, na mesma linha de pensamento de Renato Dagnino, Flávio Cruvinel Brandão e Henrique Novaes (2004) em *Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social*. Assim, entendida como um processo de inovação a ser levado a cabo, coletiva e participativamente, pelos atores interessados na construção daquele cenário desejável, a TS se aproxima de algo que se denominou, em outro contexto, “inovação social”.

O conceito de inovação social, entendido ali a partir do conceito de inovação – concebido como o conjunto de atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho, e que tem como objetivo a disponibilização por uma unidade produtiva de um novo bem ou serviço para a sociedade. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 20)

Mais adiante, os autores parecem rejeitar o fatalismo que acomete a certos deterministas que atrelam o desenvolvimento das tecnologias à reprodução do capital; e reconhecem a multidirecionalidade da tecnologia social.

A visão da teoria crítica (...) reconhece as consequências catastróficas do desenvolvimento tecnológico ressaltadas pelo substantivismo, mas ainda assim vê na tecnologia uma promessa de liberdade. O problema não estaria na tecnologia como tal, mas em nosso fracasso, até o momento, em criar instituições apropriadas ao exercício do controle humano sobre ela. Tal visão, pois, concorda parcialmente com o instrumentalismo (a tecnologia é controlável) e com o substantivismo (a tecnologia é condicionada por valores). Segundo a teoria crítica, a tecnologia existente “emolduraria” não apenas um estilo de vida, mas muitos possíveis estilos diferentes, cada um refletindo diferentes escolhas de design e diferentes extensões da mediação tecnológica. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 36)

A partir de 1999, um novo pacto social foi inaugurado com a promulgação da nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela, que determina, entre outras transformações na geopolítica local, a constituição do inicialmente denominado com o vago termo “poder popular”. A partir de 2010, a promulgação da Lei das Comunas passa a operar no sentido de promover a construção de novas territorialidades e, portanto, a transformação do espaço habitado. Embora se reconheça a constituição do território a partir das relações sociais que ocorrem nele, estas relações estão mediadas pelo poder do Estado, que segundo Saquet (2010, p. 169), “cria novas relações, novos papéis simbólicos”, de modo que segundo o autor de “Abordagens e concepções de território”, cria-se *novas* territorializações, *novas* territorialidades. Ainda sobre esse aspecto, Saquet recorre ao filósofo Michel Foucault, para abordar a ideia de uma “multidimensionalidade do poder na vida cotidiana, historicamente determinada e condicionando a formação de cada território”.

Essa transformação, produzida a partir da nova territorialidade comunal – que também aponta, na perspectiva da geopolítica, à transformação da “geometria do poder” (ARENAS; OBEDIENTE, 2017) – parte da inauguração de uma outra forma de relação entre a sociedade e a natureza e, portanto, na transformação dos elementos sensíveis do espaço habitado, em outras palavras, da paisagem.

Tal determinação já havia sido exposta no chamado “Projeto Nacional Simón Bolívar”, programa de governo apresentado pelo então candidato à presidência do país, Hugo Chávez Frías, ao concorrer à reeleição no ano de 2006. O documento afirma que “o modo de produção capitalista não só estratifica os seres humanos em categorias sociais irreconciliáveis, mas impõe um uso irracional e ecologicamente insustentável dos recursos naturais”. E propõe “a implementação de um modelo de desenvolvimento que coloque ao ser humano no centro de sua atenção, [reconciliando] sua relação com o meio ambiente”.

Já no chamado “Plan de la Patria”, levado ao escrutínio popular nas últimas eleições disputadas por Hugo Chávez antes de sua morte, em 2012, a relação “sociedade-natureza” é tema de um dos objetivos gerais do plano de governo: “V. Contribuir com a preservação da vida no planeta e a salvação da espécie humana”²⁶.

Mais adiante, o programa de governo desenvolve ações programáticas para o cumprimento do chamado “objetivo nacional”. Entre elas:

Construir e promover o modelo econômico produtivo ecossocialista, baseado em uma relação harmônica entre o homem e a natureza, que garanta o uso e aproveitamento racional, ótimo e sustentável dos recursos naturais, respeitando os processos e ciclos da natureza. [...] Promover ações no âmbito nacional e internacional para a proteção e conservação das áreas estratégicas, entre outras: fontes e reservatórios de água (superficial e subterrânea), gestão integrada das bacias hidrográficas, biodiversidade, gestão sustentável de mares e oceanos e bosques [...] Desmontar e lutar contra os esquemas internacionais que promovem a mercantilização da natureza, dos serviços ambientais e dos ecossistemas²⁷ (República Bolivariana de Venezuela, 2012).

26 No original: “Contribuir con la preservación de la vida en el planeta y la salvación de la especie humana”.

27 No original: “Construir e impulsar el modelo económico productivo eco-socialista, basado en una relación armónica entre el hombre y la naturaleza, que garantice el uso y aprovechamiento racional, óptimo y sostenible de los recursos naturales, respetando los procesos y ciclos de la naturaleza. [...] Promover acciones en el ámbito nacional e internacional para la protección y conservación de áreas estratégicas, entre otras: fuentes y reservorios de agua (superficial y subterrânea), gestión integrada de cuencas hidrográficas, biodiversidad, gestión sostenible de mares y océanos y bosques. [...] Desmontar y luchar contra los esquemas internacionales que promueven la mercantilización de la naturaleza, de los servicios ambientales y de los ecosistemas”.

Os objetivos do projeto bolivariano comunal dialogam com a necessidade apontada por Carlos Walter Porto Gonçalves (2006) na crítica embutida ao modo de produção da vida no capitalismo e na relação confusa com a qual as sociedades se relacionam com a natureza.

É preciso, pois, desenvolver um outro modo de pensar e de agir que incorpore uma outra relação com a natureza-mulher; a natureza-negro; a natureza-índio; a natureza-criança; a natureza-adolescente; a natureza-velho; a natureza-homossexual; a natureza-operário; a natureza-camponês, enfim, com a natureza-natureza, sobretudo, com a natureza-homem, que sabemos é independente-dependente do seu ecossistema. Em suma, é de uma outra cultura que falamos, partindo, é claro, da situação histórico-concreta em que vivemos, com seu conceito de natureza instituído e instituinte (GONÇALVES, 2006, p. 135).

2.3 Territórios comunais

Em *La larga marcha hacia la sociedad comunal*, os antropólogos venezuelanos Iraida Vargas Arenas e Mario Sanoja Obediente (2017) afirmam que o modo de organização comunal na Venezuela “tem raízes históricas profundas”.

Nossas pesquisas sobre etnografia rural no estado Lara, por exemplo, indicam que as atuais Comunas camponesas – em particular as presentes na região centro-ocidental do país – não surgem de um vazio histórico: seus antecedentes remotos se encontram nas próprias sociedades originárias.²⁸ (ARENAS; OBEDIENTE, p. 17-18)

A investigação destaca uma série de similitudes entre as formas de organização comunal do passado e as comunas bolivarianas. No processo histórico atual, as comunas tiveram seu marco legal aprovado pela Assembleia Nacional da Venezuela no dia 13 de dezembro de 2010. Em seu artigo II, o texto delimita a concepção adotada:

É um espaço socialista que, como entidade local, é definida pela integração de comunidades vizinhas com uma memória histórica compartilhada, traços culturais, usos e costumes, que se reconhecem no **território**²⁹ que ocupam e nas atividades produtivas que lhes dão sustento, e sobre o qual exercem os princípios de soberania e participação protagônica como expressão do Poder Popular em concordância com um regime de produção social e o modelo de desenvolvimento endógeno e sustentável, contemplado no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação³⁰ (República Bolivariana de Venezuela, 2010).

28 “Nuestras investigaciones sobre etnografía rural en el estado Lara, por ejemplo, indican que las actuales Comunas campesinas – en particular las presentes en la región centro-occidental del país – no surgen de un vacío histórico: sus antecedentes remotos se encuentran en las propias sociedades originarias”

29 Grifo nosso

Segundo os antropólogos venezuelanos, a transformação do território nacional venezuelano a partir da territorialização das comunas socialistas aporta

uma visão territorial³¹ que desenhe o caráter transversal e democrático do Poder Popular socialista, assim como um novo conceito historiográfico do processo sociocultural venezuelano que sustente, explique e legitime as mudanças operadas pela Revolução Bolivariana³² (ARENAS; OBEDIENTE, 2017, p. 27)

Nos processos de territorialização – abstraindo-se a experiência específica das comunas venezuelanas – e por conseguinte de disputa política, segundo o professor Bernardo Mançano Fernandes, “a produção material não se realiza por si, mas na relação dialética com a **produção imaterial**³³” (2008). E segue:

Igualmente, a produção material só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais (FERNANDES, 2015, p. 211).

Ou seja, o processo de territorialização das comunas e seus conflitos intrínsecos produzem, com ele, um território imaterial, onde – no caso venezuelano – atuam com protagonismo as ferramentas de comunicação criadas pelas comunidades organizadas. Eis aqui o argumento central desse estudo e que justificam a pertinência da pesquisa realizada.

A esse território imaterial, Arenas e Obediente denominam “subjetividade social” que, segundo os autores, é a pedra fundamental da “identidade social”, compreendida por eles como uma “ideologia unitária de um povo” em revolução (2017).

Podemos considerar que as identidades culturais são um produto de socializações sucessivas e como tais, resultado de um processo interativo e comunicativo que geram um sentido de pertencimento, toda vez que nenhuma identidade cultural aparece do nada; todas são construídas de modo coletivo sobre as bases da experiência, a memória, a tradição [que também

30 No original: “Es un espacio socialista que, como entidad local, es definida por la integración de comunidades vecinas con una memoria histórica compartida, rasgos culturales, usos y costumbres, que se reconocen el territorio que ocupan y en las actividades productivas que le sirven de sustento, y sobre el cual ejercen los principios de soberanía y participación protagónica como expresión del Poder Popular, en concordancia con un régimen de producción social y el modelo de desarrollo endógeno y sustentable, contemplado en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación”.

31 Grifo nosso

32 No original: “una visión territorial que dibuje al carácter transversal y democrático del Poder Popular socialista, así como un nuevo concepto historiográfico del proceso sociocultural venezolano que sustente, explique y legitime los cambios operados gracias a la Revolución Bolivariana”.

33 Grifo nosso

pode ser construída e inventada como vimos antes], e uma enorme variedade de práticas e expressões culturais, políticas e sociais.³⁴ (ARENAS; OBEDIENTE, 2017, p. 201 – 202)

Essa compreensão do território vinculada ao sentido da “identidade” é corroborada pela professora do departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rosa Maria Vieira Medeiros (2008), em artigo intitulado “Território, Espaço de Identidade”. Nele, a autora afirma que “o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação”.

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo. (MEDEIROS, 2008. p. 217)

Vale ressaltar que a produção do território imaterial não é uma característica exclusiva de um ou outro processo histórico, mas parte da disputa territorial que também é reflexo da luta de classes, como assegura Fernandes:

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial³⁵ que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. (FERNANDES, 2015, p.210)

Mais além de cumprirem uma tarefa concreta na disputa de narrativas do jogo político interno e externo, os meios de comunicação populares na Venezuela têm cumprido um papel fundamental ao produzir a consciência coletiva da práxis comunal em seu processo de territorialização, algo considerado por Fernandes como “as bases de sustentação de todos os territórios” (2015).

Mas isso poderia ser diferente? Não, segundo o professor Marco Aurélio Saquet

34 No original: “Podemos considerar que las identidades culturales son un producto de socializaciones sucesivas y como tales, resultado de un proceso interactivo y comunicativo que genera un sentido de pertenencia, toda vez que ninguna identidad cultural aparece de la nada; todas son construidas de modo colectivo sobre las bases de la experiencia, la memoria, la tradición (que también puede ser construida e inventada como hemos visto antes), y una enorme variedad de prácticas y expresiones culturales, políticas y sociales”.

35 Grifo nosso.

(2010), a quem recorro novamente. Para ele, “há uma complexidade e unidade de elementos e momentos, processos e conflitos, temporalidades e territorialidades que orientam a elaboração de uma abordagem territorial (i)material que considere a apreensão dessa complexidade” (p. 172). Ou seja, para Saquet, não há dissociação entre a produção material e imaterial no território.

Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior ao homem. Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. (p. 158)

Repare que embora o autor mencione a comunicação de modo mais amplo, como as redes sobre as quais se estabelecem as relações sociais no território, poderíamos enquadrar a comunicação social, ou a comunicação popular, como uma das tramas “substantivam o território, tanto interna como externamente a cada lugar” (SAQUET, 2010. P. 159)

Mais adiante, Saquet (2010. p. 171) sentencia a relação de unidade entre os planos materiais e subjetivos do território.

Ocorre, em nossa vida diária, como afirmei em Saquet (2000), uma unidade (na relação) concreto-abstrata, ou seja, em outros termos, a subjetividade é objetiva e a objetividade é subjetiva. A primeira, é cultural, simbólica, imaginária, pensamento e tem uma objetivação. A segunda, a objetividade, também é pensada, abstrata, representada. Uma está na outra e são, a um só tempo, (i)materiais.

Agora vejamos como a comunicação atua, de fato, em um território em construção, não sem antes dialogarmos um pouco sobre as bases de uma comunicação realizada a partir da auto-organização do povo.

3 A COMUNICAÇÃO COMUNAL

Antes de mais nada é preciso destacar o modo como a comunicação é analisada: a partir de uma concepção dialética, buscando-se afastar de visões deterministas que atrelam o exercício dessa área específica do conhecimento ao desenvolvimento do capital, ou como uma simples atividade econômica do capitalismo, mas, sobretudo como uma “forma específica de conhecimento humano” (FERREIRA, 2007), como busquei refletir no estudo realizado para a conclusão do curso de Comunicação Social, denominado “Objetividade e Parcialidade na obra jornalística de Karl Marx” (2007).

Nele, propus uma discussão sobre o papel da comunicação na produção de pensamento humano, determinado socialmente, a partir da produção teórica do filósofo alemão e de alguns de seus estudiosos contemporâneos, como Adelmo Genro Filho, autor de *O Segredo da Pirâmide* (1987).

Um dos principais seguidores do pensamento marxiano na área da comunicação social no Brasil, especificamente da atividade jornalística¹, Genro expõe uma concepção da atividade comunicacional associada a uma “dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade” (1987).

A partir de reflexões do comunicólogo Eduardo Meditsch, estudioso de Genro, discorro de forma resumida sobre as conclusões do debate entre autores.

Para Adelmo, “o jornalismo é uma forma social de conhecimento (...) cristalizado no singular” (MEDITSCH, 1997, p.29), ou seja, uma forma de conhecimento desenvolvida no interior do tecido social, cujo objeto não é senão eventos singulares relativos à atividade produtiva humana. E, enquanto tal, a comunicação² é um instrumento de apropriação simbólica de uma dada realidade que, por lidar com esta efetividade material, objetiva, configura-se como uma forma específica de produção ideal “articulada à autoprodução histórica do homem” situando-se, desta forma, “no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe”, (MEDITSCH, 1997, p.29) não se reduzindo a uma expressão passiva, nem a uma ratificação necessária de tal contexto. Podendo, ao invés disso, servir para questioná-lo. (FERREIRA, 2007, p. 48)

O professor e comunicólogo espanhol Vicente Romano (2012) compreende a comunicação como a “interação de uns seres humanos com outros” (p.19), ou o resultado da relação entre sujeitos individuais e coletivos de maneira objetiva.

Por um lado, trata-se do processo de compreensão entre indivíduos e grupos sociais, processo que se desenvolve com o objetivo de facilitar a atividade social e transformadora do ser humano. Através desta atividade contribui à criação, estabilização e modificação das relações e condições sociais. O objetivo final da comunicação é a compreensão para a cooperação no conhecimento, emprego e/ou modificação do meio natural e social, a fim de garantir sua existência e seu desenvolvimento físico e espiritual.³⁶ (p. 19)

Em relação à comunicação, Romano analisa a concepção de Marx acerca do jornalismo, como um meio de transmissão e difusão de informações necessária para a direção efetiva da sociedade. Vale recordar que o jornalismo foi a única profissão remunerada do reconhecido filósofo alemão. Dessa forma, Romano (2012, p.36) descreve a “comunicação necessária”:

Em suma: 1) os meios de informação e comunicação devem conhecer e refletir a realidade, a vida social; colocar os conhecimentos à disposição de todos, acessível a todos. 2) Devem educar politicamente aos membros da sociedade, a fim de conseguir seu desenvolvimento harmônico e o de cada indivíduo. Estas tarefas estão intimamente ligadas à liberdade.³⁷

Embora a comunicação popular tenha tido larga história no período recente da Venezuela, o exercício dela em ambiente comunal agrega particularidades da própria organização política comunal. E justamente por tratar-se de uma construção política recente da sociedade venezuelana, se fundamenta pela necessidade de transformação do Estado. Em artigo publicado no site *Aporrea*, em 13 de janeiro de 2016, sob o título “La comunicación como herramienta para la transformación desde la comuna” o comunicador Pedro Luis Pinto (2016), ativista da comunicação popular na Venezuela, destaca alguns desses princípios fundantes da comunicação comunal.

A comunicação comunal não deve cometer o erro de ficar na voz e na imagem da comuna, deve ser garantidora da transformação desse espaço, deve contribuir para desaprender os vícios e condicionamentos impostos pelos grandes interesses. Não deve ficar no panfleto, deve ir a fundo nos processos, sejam quais forem, para assim, com clareza e entendimento de tudo, poder gerar as mudanças e orientar a construção de uma experiência de

36 No original: “Por un lado, se trata del proceso de comprensión entre individuos y grupos sociales, proceso que se desenvuelve con el objetivo de facilitar la actividad social y transformadora del ser humano. A través de esta actividad contribuye a la creación, estabilización y modificación de las relaciones y condiciones sociales. El objetivo final de la comunicación es la comprensión para la cooperación en el conocimiento, empleo y/o modificación del medio natural y social, a fin de garantizar su existencia y su desarrollo físico y espiritual.”.

37 No original: “En suma: 1) los medios de información y comunicación deben conocer y reflejar la realidad, la vida social; poner los conocimientos a disposición de todos, accesible a todos. 2) Deben educar políticamente a los miembros de la sociedad, a fin de conseguir su desarrollo armónico y el de cada individuo. Estas tareas están íntimamente ligadas a la libertad.”.

comuna genuína que responda às particularidades de sua realidade imediata.^{38 39} (PINTO, 2016)

Esse caráter objetivo, promotor de transformações concretas na vida de quem a absorve, rompe com o fluxo tradicional da comunicação social ensinado nas escolas, onde um emissor elabora uma informação e o receptor apenas a consome. Agrega a esse esquema um elemento fundamental à comunicação popular, como define o professor Mário Kaplun (1985, p. 68) em “Concepciones acerca de la comunicación popular”:

A verdadeira comunicação não está dada por um emissor que fala e um receptor que escuta, mas por dois ou mais seres ou comunidades humanas que intercambiam e compartilham experiências, conhecimentos, sentimentos (mesmo que seja à distância e através de meios artificiais). É através desse processo de intercâmbio como os seres humanos estabelecem relações entre si e passam da existência individual isolada à existência social comunitária)⁴⁰

Para facilitar a visualização da mudança de lógica proposta, Kaplún elabora um esquema:

COMUNICAÇÃO DOMINADORA > Monólogo > Poder > Vertical > Unidirecional > Monopolizada > Concentrada em minorias [versus] COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA > Diálogo > Comunidade > Horizontal > Bidirecional > Participativa > a serviço das majorias ⁴¹ (KAPLÚN, 1985, p.67).

O professor Mario Kaplún (1985) trata de estabelecer o diálogo entre a comunicação a dimensão territorial e popular, estabelecendo de forma esquemática os princípios que devem ser obedecidos para a garantia de uma “comunicação democrática”, como a horizontalidade e tomada de decisões coletivas sobre o processo comunicacional, a criação de espaços de

38 No original: “La comunicación comunal no debe cometer el error de quedarse en ser la voz y la imagen de una comuna, debe ser garante de la transformación de ese espacio, debe contribuir a desaprender los vicios y condicionamientos impuestos por los grandes intereses. No debe quedarse en el panfleto, debe ir al trasfondo de los procesos sea cual sea, para así desde la claridad y el entendimiento de todo poder generar los cambios y orientar a la construcción de una experiencia de comuna genuina que responda a las particularidades de su realidad inmediata”.

39 Disponível em <https://www.aporrea.org/poderpopular/a221143.html>. Acesso em 14 novembro 2021

40 No original: “La verdadera comunicación -dicen- no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimientos (aunque sea a distancia y a través de medios artificiales). Es a través de ese proceso de intercambio cómo los seres humanos establecen relaciones entre sí y pasan de la existencia individual aislada a la existencia social comunitaria.”

41 No original: “COMUNICACIÓN DOMINADORA > Monólogo > Poder > Vertical > Unidireccional > Monopolizada > Concentrada en minorías [versus] COMUNICACION DEMOCRATICA > Diálogo > Comunidad > Horizontal > De doble vía > Participativa > Al servicio de las mayorías ”

produção e reflexão comunitárias em torno dessas práticas, e a submissão dessas experiências ao interesse das maiorias sociais.

Sob essa ótica, retorno ao contexto venezuelano e trago à luz a lei publicada em *Gazeta Oficial* no dia 28 de dezembro de 2016, denominada *Ley de Comunicación del Poder Popular*, que delimita em seu Artigo 2, que não legisla sobre a atividade comercial da comunicação, mas sobre o aspecto social de uma “comunicação libertadora” para a construção do estado comunal.

Artigo 2. A comunicação regulada por esta lei, no âmbito do Poder Popular, é um processo coletivo, sem fins de lucro, que transmite valores humanos, sociais, democráticos e de equidade; criando uma nova consciência social e um novo modelo comunicacional sob formas de gestão popular, que promova a comunicação libertadora para a construção do estado comunal.⁴² (República Bolivariana de Venezuela, 2016)

Para estabelecer um diálogo acadêmico aqui nesse ponto, embora não tratem especificamente sobre a gestão da comunicação sob a lógica do comum, mas sobre a gestão da vida de modo mais genérico, e com foco nos estudos econômicos, o filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval (2017) afirmam que “a lógica do comum que deve prevalecer no campo social é a da participação política direta na decisão e na gestão do que é ‘posto em comum’”. E destacam a necessidade de revisão da organização e do significado de solidariedade, “a partir do eixo do comum. Permitindo-se a introdução de relações democráticas no governo dos organismos sociais, é a administração do Estado social que deve se transformar em instituição do comum” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 542 – 543). Algo que também parece estar contemplado no marco legal que ampara a comunicação popular.

A Lei da Comunicação do Poder Popular determina ainda a criação do Fundo para o Desenvolvimento da Comunicação do Poder Popular, e de três instâncias de elaboração de políticas públicas: os “Comitês de meios alternativos e comunitários, corresponsáveis na elaboração de políticas comunicacionais e de formação para a comunicação do Poder Popular”; o “Conselho Nacional de Comunicação Popular: ente para a coordenação e o desenvolvimento coletivo e articulado de políticas relacionadas coma promoção, formação e financiamento das instâncias e organizações da comunicação do Poder Popular”; e os

42 No original: “Artículo 2. La comunicación que regula esta ley, como ámbito del Poder Popular, es un proceso colectivo, sin fines de lucro, que transmite los valores humanos, sociales, democráticos y de equidad; creando una nueva conciencia social y un nuevo modelo comunicacional bajo formas de gestión popular, que impulsa la comunicación liberadora para la construcción del estado comunal.”

Consejos Populares de Comunicación: Instancias organizativas cuyo fin é elaborar políticas comunicacionales e de formación no seu ámbito geográfico ou nos movimientos e organizaciones sociales de Camponeses, Trabajadores, Juventude, Intelectuais, Pescadores, Esportistas, Mujeres, Cultores, Afrodescendientes e Indígenas, entre outros.⁴³ (República Bolivariana de Venezuela, 2016).

Não menos importante para cimentar esse debate, é preciso destacar o Capítulo 6, Artigos 33 e 34 da Lei da Comunicação do Poder Popular, no que se refere à “solidariedade internacional” como princípio fundante:

TÍTULO VI > DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Solidariedade internacional > Artigo 33. Os meios, organizações, instâncias e atores da comunicação do Poder Popular poderão desenvolver espaços para o intercâmbio e cooperação com outros povos e nações irmãs, para potencializar o humanismo, o internacionalismo e a união, sob os princípios da solidariedade, a complementariedade, o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos⁴⁴.

União latino-americana e caribenha > Artigo 34. Os meios, organizações, instâncias e atores da comunicação do Poder Popular difundirão e promoverão a união latino-americana e caribenha, com a finalidade de fortalecer uma consciência “nuestramericana”, com contribua com a construção de uma Comunidade de Nações que defenda seus interesses sociais, culturais, políticos, econômicos, energéticos e ambientais; assim como a criação de meios de comunicação plurinacionais dos povos, no marco da Alba, Unasul, Celac ou outros mecanismos de integração.⁴⁵ **(República Bolivariana de Venezuela, 2016).**

Já em seu Artigo 36, a lei negrita a relevância de abarcar com efetividade as comunidades tradicionais, como forma de preservação de sua cultura e reconhecimento de seu

43 No original: “Consejos Populares de Comunicación: Instancias organizativas cuyo fin es elaborar las políticas comunicacionales y de formación en su ámbito geográfico o en los movimientos y organizaciones sociales de Campesinos, Trabajadores, Juventud, Intelectuales, Pescadores, Deportistas, Mujeres, Cultores, Afrodescendientes e Indígenas, entre otros.”

44 No original: “TÍTULO VI > DE LA SOLIDARIDAD INTERNACIONAL

Solidaridad internacional > Artículo 33. Los medios, organizaciones, instancias, actores y actoras de la comunicación del Poder Popular podrán desarrollar espacios para el intercambio y la cooperación con otros pueblos y naciones hermanas, para potenciar el humanismo, el internacionalismo y la unión, bajo los principios de la solidaridad, la complementariedad, el respeto a la soberanía y la autodeterminación de los pueblos.”

45 No original: “Unión latinoamericana y caribeña > Artículo 34. Los medios, organizaciones, instancias, actores y actoras de la comunicación del Poder Popular difundirán y promoverán la unión Latinoamericana y Caribeña, con la finalidad de fortalecer una conciencia nuestroamericana, que contribuya con la construcción de una Comunidad de Naciones que defienda sus intereses sociales, culturales, políticos, económicos, energéticos y ambientales; así como la creación de medios de comunicación grannacionales de los pueblos, en el marco de La Alba, Unasur, Celac u otros mecanismos de integración.”

valor histórico-social.

Áreas de Povos e Comunidades Indígenas > Artigo 36. O Conselho Nacional da Comunicação Popular, prestará especial atenção à criação, equipamento e desenvolvimento de meios de comunicação dos povos e comunidades indígenas, para a preservação e promoção de seus valores, costumes e idiomas.⁴⁶ (República Bolivariana de Venezuela, 2016).

Destaco aqui a última parte do texto legal que afirma os conceitos de “soberania nacional, a autodeterminação do povo e a integridade do território nacional”, em diálogo direto com o conceito de Estado-nação proposto pelo geógrafo Milton Santos em seu livro *Por uma geografia nova* (2012), quando afirma que “um Estado-nação é essencialmente formado por três elementos: 1. o território; 2. um povo; 3. a soberania” (p.232).

A comunicação do Poder Popular se inspira na doutrina do Libertador Simón Bolívar, e se rege pelos princípios e valores da democracia participativa e protagônica, interesse coletivo, serviço público sem fins de lucro, complementariedade, diversidade cultural, defesa dos direitos humanos, corresponsabilidade, dever social, cogestão, autogestão, autogoverno, cooperação, solidariedade, transparência, honestidade, eficácia, eficiência, efetividade, universalidade, responsabilidade, prestação de contas, controle social, livre debate de ideias, voluntariedade, sustentabilidade ambiental, igualdade social e de gênero, garantia dos direitos da mulher, das crianças e adolescentes, e de toda pessoa em situação de vulnerabilidade, de equidade, justiça e defesa da soberania nacional, a autodeterminação do povo e a integridade do território nacional.⁴⁷ (República Bolivariana de Venezuela, 2016).

A consagração dos dois conceitos no texto constitucional, soberania e autodeterminação, também vão ao encontro à ideia de um “povo novo”, na leitura de Darcy Ribeiro (1979) em América Latina: Pátria Grande, mas sobre o qual não posso estar de acordo. Segundo Ribeiro, “os povos novos” são “feitos pela confluência de índios tribais, negros escravos e bran-

46 No original: “Áreas de Pueblos y Comunidades Indígenas Artículo 36. El Consejo Nacional de la Comunicación Popular, prestará especial atención a la creación, equipamiento y desarrollo de medios de comunicación de los pueblos y comunidades indígenas, para la preservación y promoción de sus valores, costumbres e idiomas”.

47 No original: “La comunicación del Poder Popular se inspira en la doctrina del Libertador Simon Bolívar, y se rige por los principios y valores de democracia participativa y protagónica, interés colectivo, servicio público sin fines de lucro, complementariedad, diversidad cultural, defensa de los derechos humanos, corresponsabilidad, deber social, cogestión, autogestión, autogobierno, cooperación, solidaridad, transparencia, honestidad, eficacia, eficiencia, efectividad, universalidad, responsabilidad, rendición de cuentas, control social, libre debate de ideas, voluntariedad, sustentabilidad ambiental, igualdad social y de género, garantía de los derechos de la mujer, de los niños, niñas y adolescentes y de toda persona en situación de vulnerabilidad, de equidad, justicia y defensa de la soberanía nacional, la autodeterminación del pueblo y la integridad territorial de la Nación. ”

cos ibéricos aliciados nas plantações tropicais, para a exploração de produtos florestais ou de minas e metais preciosos, que deram lugar a um ente étnico inteiramente novo” (Ribeiro, 1979, p. 68). Na concepção do antropólogo brasileiro, estariam enquadrados nessa categoria, além dos brasileiros, cubanos, colombianos e venezuelanos.

Problematizo a categoria porque, a meu ver, conflitua com a ideia de homogeneidade em sociedades que, por suas próprias marcas históricas, ainda hoje convivem com existência de povos originários que não se reconhecem como parte dos Estados nacionais, como é o caso dos indígenas pemón, yekuana, sanema, yanomami e jivi, que habitam o sul da Venezuela, e que hoje travam uma verdadeira batalha contra a decisão “soberana” do Estado venezuelano de levar adiante o projeto conhecido como Arco Mineiro, uma área de 112.000 quilômetros quadrados ao sul do rio Orinoco, no estado Bolívar, destinado à mineração, e que deve afetar o modo de vida dessas comunidades da Amazônia venezuelana.

Na relação entre Estado e povo, persistem contradições que bem representam um processo de transformação política e social, baseado na reforma do Estado burguês que, dialeticamente, viabiliza a construção do novo, enquanto gerencia uma sociedade cujo modelo econômico ainda está baseado fundamentos da economia capitalista e nas relações de mercado. E há outra contradição que será fundamental para entender os possíveis conflitos futuros de uma sociedade em revolução.

Thamy Pogrebinshi (2008), doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), escreve em “Marx e a verdadeira democracia: a autodeterminação contra a soberania” que ao abordar o conceito de “verdadeira democracia”, em A ideologia alemã, Marx o “situa em posição de antagonismo com o Estado moderno e requer a superação deste para encontrar seu lugar e sua expressão em uma associação humana que rejeite toda forma de mediação entre o homem e a liberdade” (p. 225).

Marx afasta-se da modernidade política instaurada com a figura do cori trato social e todas as demais construções jurídicas-como a soberania e a representação - que dele derivam e nele se alicerçar. O recuo em relação a essa modernidade política deixa perceber como ela se erige como um conjunto de abstrações. A concepção do político engendrada por Marx busca viabilizar uma democracia verdadeira que se expressa a partir de sujeitos identificados com sua própria prática e não com instituições que supostamente a representam. (POGREBINSHI, 2008, p. 226-227)

A fim de explicitar sua crítica, Pogrebinshi (2008, p. 229) aborda dois conceitos-chaves do pensamento marxiano: comunidade e associação:

[...] o homem enquanto ser comunal e a comunidade enquanto associação desses homens afetam-se reciprocamente, formando um singular coletivo no qual não há distinção entre o todo e suas partes. Os sujeitos determinam seus fins e seus meios, enquanto indivíduos e enquanto comunidade, pois não há separação entre um e outro. A determinação individual coincide necessariamente com a de terminação comunal.

Com isso, não pretendo exercer qualquer juízo de valor sobre estratégias, erros e acertos no processo histórico venezuelano de construção das comunas. Ao contrário, diante das condições reais de ameaças imperialistas, acosso internacional e isolamento, não há espaço para que se abra mão da soberania do Estado venezuelano sobre seu território. Mas isso não impede que, internamente, se aprofunde a noção de autodeterminação dos povos, buscando solver as contradições engendradas pelo Estado moderno venezuelano.

É nesse contexto que opera a comunicação social venezuelana, seja ela parte da estrutura de poder hegemônico que dominou a formação da consciência coletiva por longas décadas, ou as incipientes experiências de comunicação comunal.

3.1 A comunicação a serviço do Estado comunal

Não é nada incomum se deparar com análises acerca do Estado moderno como algo imutável, sujeito apenas a modificações pontuais de acordo com o padrão de governança estabelecido. Mais ainda, é bastante corriqueiro que os mesmos analistas condenem as experiências de transformação estrutural dos Estados-nações, desqualificando-os como apenas gestos aventureiros de governos supostamente autoritários.

Vejamos alguns exemplos: a Revolução cubana, produzida no final da década de 50 do século passado, apontou logo nos primeiros anos a uma transformação radical do Estado. Já em 1962, o governo revolucionário determinou o caráter socialista do processo, e a consequente transformação das estruturas do Estado. Até os dias de hoje, sob o ponto de vista da hegemonia cultural a nível mundial dos Estados Unidos, Cuba é vista como uma ditadura, embora a participação democrática e popular nos processos de tomada de decisão aconteçam, em grande medida, até de forma mais intensa do que em outros países onde a estrutura do Estado ainda responde a uma lógica de reprodução do capitalismo e suas subestruturas.

Mas as transformações se verificam inerentes aos Estados-nações, segundo o argumento do professor Milton Santos (2012), já que “os Estados-nações são formações

socioeconômicas por excelência, tanto pela necessidade e complexidade das relações exteriores, como pelas necessidades emergentes das sociedades locais”. E afirma ainda que “os Estados-nações, formações sociais e totalidades legais e legítimas, são *também a unidade geográfica de estudo*”. (SANTOS, 2012, p 224).

Santos parecia estar de acordo com a elaboração do sociólogo Octávio Ianni, que afirmou que

A Nação não surge pronta, acabada. Forma-se e conforma-se ao longo da história. Nasce e renasce, segundo os movimentos do seu povo, forças sociais, formas de trabalho e vida, controvérsias e lutas, façanhas e utopias. Resgata ou esquece tradições reais e imaginárias, conforme a fisionomia que se pretende construir no presente, segundo a utopia que vai buscar no futuro. Está sempre em movimento. Afina e desafina. (IANNI, 1988, p.32)

Esse afinar e desafinar das configurações dos Estados-nações latino-americanos é o que muitos cientistas políticos viriam chamar de correlação de forças, capaz de promover transformações materiais no modo de organização da vida. E são muitas as dimensões que conformam essa realidade.

A Nação pode ser vista como uma configuração histórica, em que se organizam, sintetizam e desenvolvem forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, diversidades regionais, multiplicidades raciais. Tanto o hino, a bandeira, o idioma, os heróis e os santos, como a moeda, o mercado, o território e a população adquirem sentido no contexto das relações e forças que configuram a Nação. A Nação pode ser uma formação social em movimento; pode desenvolver-se, transformar-se, romper-se. (IANNI, 1988, p.1)

Finalmente, convém destacar o que diversos autores têm buscado afirmar: “a história da formação da sociedade nacional latino-americana é a história de uma longa luta pela terra”, portanto, toda transformação ocorrida nos Estados-nações latino-americanos esteve de alguma maneira relacionada aos processos de territorialização, desterritorialização e, em alguns casos, reterritorialização de povos.

3.2 O território audiovisual

Não é de modo algum uma surpresa para os mais leigos em comunicação a potência que as linguagens audiovisuais aportam aos processos comunicacionais. A popularização da

televisão, na segunda metade do século XX foi uma das responsáveis pelo desaparecimento de diversas estações de rádio. Mas as novas tecnologias da informação e a chamada “memética” não conseguiram sepultar a força da união de imagem e som, pelo contrário, se vale das ferramentas audiovisuais como produtos de alto engajamento.

Mas muito além de uma análise sobre o impacto social, econômico e político dos produtos audiovisuais no cotidiano da vida em sociedade, o audiovisual se mostrou importante e a mais efetiva ferramenta de manutenção da memória e do patrimônio imaterial de uma sociedade, sobretudo a linguagem documental. Em seu artigo intitulado *Território audiovisual: imagens e sons como estratégia metodológica de pesquisa*, os pesquisadores Fernanda Elisa Costa P. Resende e Teder Muniz Morás (2014) usam de uma particular comparação para negritar o papel das ferramentas de comunicação, com ênfase no conteúdo audiovisual, como o próprio título indica, para argumentar sobre:

Acervos audiovisuais permitem a renovação e a reelaboração de trabalhos, a cada consulta. Permitem mudanças e complementações nas formas de olhar e de recriação de outras experiências, em diferentes tempos e lugares, acerca de novas problemáticas que se possam construir. Nesse sentido, documentar atividades de campo ou laboratório, arqueológicas e antropológicas, é tão fundamental quanto à própria escavação ou a cobertura de um evento sócio-cultural. (RESENDE; MORÁS, 2014. p. 47)

Note-se que os autores não se furtam a destacar o caráter temporal das estratégias e ferramentas comunicacionais e a permanente “recriação” de experiências de acordo com elementos materiais e históricos, como fazem questão de enfatizar mais adiante.

Somos contemporâneos de uma nova revolução, a denominada era digital. Ao longo da história, descobertas e inovações mudaram o mundo. O século XX foi repleto de grandes feitos e o ápice disso se deve à popularização da internet em meados dos anos 90. “Em cada época, as linguagens são determinadas, em grande parte, pelos recursos técnicos disponíveis, sistemas mecânicos, eletrônicos ou digitais, que permitem a produção e distribuição de produtos culturais (SANTOS, 2009, p.14)” (RESENDE; MORÁS, 2014. p. 49)

Os autores lamentam a visão limitada sobre a qual a comunicação é vista como uma “ferramenta complementar” da organização social e definem as ferramentas de comunicação como elemento essencial de preservação da memória coletiva, que também está em disputa a partir das relações socio-históricas determinadas: “A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma grande preocupação das classes, dos grupos, dos indivíduos que

dominaram e dominam as sociedades históricas”. (RESENDE; MORÁS, 2014. p. 62)

Pouco antes de retornar ao Brasil, em meados de 2013, vi nascer a primeira experiência de um documentário produzido por e em comuna, graças à amizade com o realizador cinematográfico e fotógrafo Giuliano Salvattore, que colaborou na construção do trabalho.

O documentário “Juntera”⁴⁸ (2015), primeiro documento audiovisual coproduzido pela cooperativa de audiovisual La Célula e cinco comunas socialistas da Venezuela é um exemplo concreto do uso das ferramentas de comunicação como instrumentos de organização, consolidação de princípios, valores e construção da nova territorialidade comunal. O longa-metragem de 75 minutos de duração é o primeiro de uma trilogia que pretende abordar as experiências comunais em três eixos regionais: ocidente (oeste) e oriente (leste), experiências comunais rurais; e o eixo central, onde está localizada a capital do país, Caracas, onde florescem experiências urbanas de organização comunal.

48 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VC41r5yNJDw&t=2111s> . Acesso em: 12 dezembro 2021

Figura 9: Capa do documentário Juntera



Figura 10: Ficha técnica e sinopse documentário Juntera

JUNTERA

Sinopsis

Producido por:

La Célula Cooperativa Audiovisual
Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora
Ciudad Comunal Socialista Simón Bolívar
Ciudad Comunal Agroturística Juan Pablo Peñaloza
Comuna Victoria Popular Las Uvitas
Comuna Agrosocialista Orimed
Comuna Socialista Agropecuaria Negro Primero

Equipo de realización:

Giuliano Salvatore Dioverti
Vanessa Rangel Puentes
Liliana Gutiérrez
Carina Santos
Coordinación Nacional CRBZ
Eduardo Viloria Daboín
Guido González
Angel Sorkin
Gioconda Mota Gutiérrez
Miguel Arias
Daniel Paz Mireles
Comando Creativo

Duración:

73 minutos

República Bolivariana
de Venezuela, 2015

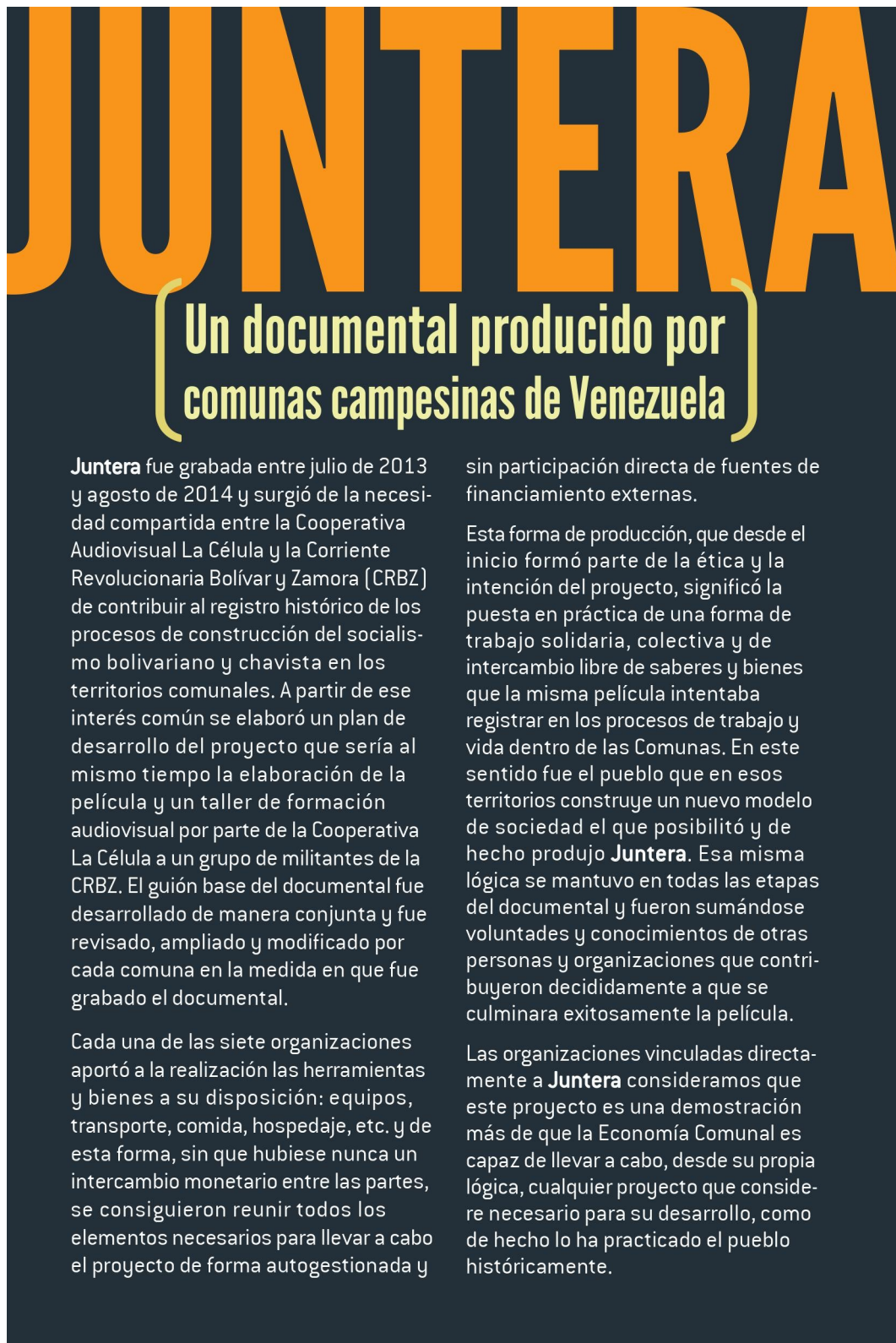
Juntera es un largometraje documental que registra la vida, el trabajo y la organización política chavista en cinco comunas socialistas campesinas acompañadas por la Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora (CRBZ).

La película indaga en los procesos de cambio revolucionarios que vienen ocurriendo en esos territorios comunales y hace énfasis en las reflexiones políticas y filosóficas de los comuneros y comuneras que los llevan a cabo, al tiempo que muestra cómo esas reflexiones cotidianas se traducen en una manera de vivir solidaria, de respeto y cuidado colectivo de todas y todos.

Juntera es el primer largometraje documental producido por comunas socialistas del país y es la primera parte de una trilogía sobre el proceso de desarrollo comunal en la República Bolivariana de Venezuela.



Figura 11: Apresentação do documentário Juntera



JUNTERA

Un documental producido por comunas campesinas de Venezuela

Juntera fue grabada entre julio de 2013 y agosto de 2014 y surgió de la necesidad compartida entre la Cooperativa Audiovisual La Célula y la Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora (CRBZ) de contribuir al registro histórico de los procesos de construcción del socialismo bolivariano y chavista en los territorios comunales. A partir de ese interés común se elaboró un plan de desarrollo del proyecto que sería al mismo tiempo la elaboración de la película y un taller de formación audiovisual por parte de la Cooperativa La Célula a un grupo de militantes de la CRBZ. El guión base del documental fue desarrollado de manera conjunta y fue revisado, ampliado y modificado por cada comuna en la medida en que fue grabado el documental.

Cada una de las siete organizaciones aportó a la realización las herramientas y bienes a su disposición: equipos, transporte, comida, hospedaje, etc. y de esta forma, sin que hubiese nunca un intercambio monetario entre las partes, se consiguieron reunir todos los elementos necesarios para llevar a cabo el proyecto de forma autogestionada y

sin participación directa de fuentes de financiamiento externas.

Esta forma de producción, que desde el inicio formó parte de la ética y la intención del proyecto, significó la puesta en práctica de una forma de trabajo solidaria, colectiva y de intercambio libre de saberes y bienes que la misma película intentaba registrar en los procesos de trabajo y vida dentro de las Comunas. En este sentido fue el pueblo que en esos territorios construye un nuevo modelo de sociedad el que posibilitó y de hecho produjo **Juntera**. Esa misma lógica se mantuvo en todas las etapas del documental y fueron sumándose voluntades y conocimientos de otras personas y organizaciones que contribuyeron decididamente a que se culminara exitosamente la película.

Las organizaciones vinculadas directamente a **Juntera** consideramos que este proyecto es una demostración más de que la Economía Comunal es capaz de llevar a cabo, desde su propia lógica, cualquier proyecto que considere necesario para su desarrollo, como de hecho lo ha practicado el pueblo históricamente.

“Juntera” aborda as experiências da Comuna Socialista Agropecuaria Negro Primero, do estado Carabobo; a Comuna Victoria Popular Las Uvitas, de Barinas; a Cidade Comunal Socialista Simón Bolívar, do estado Apure; a Cidade Comunal Agroturística Juan Pablo Peñaloza, de Táchira; e a Comuna Agrosocialista Orimed, do estado Amazonas. Segundo a sinopse do filme, trata-se de um

[...] documentário que registra a vida, o trabalho e a organização política chavista em cinco comunas socialistas camponesas acompanhadas pela Corrente Revolucionária Bolívar e Zamora (CRBZ). O filme indaga os processos de transformação revolucionários que vêm ocorrendo nesses territórios comunais e faz ênfase às reflexões políticas e filosóficas dos comuneiros e comuneiras que os levam a cabo, ao mesmo tempo que mostra como estas reflexões cotidianas se traduzem em uma maneira de viver solidárias, de respeito e cuidado coletivo de todas e todos.⁴⁹

A linha narrativa do documentário passa pela escuta ativa das comunidades envolvidas, na priorização da produção de alimentos, em direção a conquista da soberania alimentar de um país avassalado pela economia rentista secular. E o documentário evidencia esse processo, além de representar, no âmbito da comunicação social, um formato menos perecível ao tempo das coisas na sociedade contemporânea.

A partir dessa experiência, outras iniciativas populares de comunicação surgiriam de maneira autônoma em cada uma das comunas por onde o filme percorreu. A mais destacada delas foi a criação, em abril de 2021, na comuna El Maizal, da Escola de Comunicação dos Movimentos Sociais Hugo Chávez Frías, criada em parceria com a *Escuela Popular Latinoamericana de Cine, TV y teatro*, que oferece cursos a jovens de outras comunas socialistas do país.

Outra experiência de comunicação popular em território comunal eu viria a conhecer mais tarde, já regressado ao Brasil, casualmente na Comuna Bolivariana Altos de Lídice, que abarca geograficamente o bairro onde vivi por quase cinco anos em Caracas, o Manicómio, com cerca de sete mil habitantes. A comuna acabou se tornando referência de organização comunitária no contexto urbano e, em 2020, estreou o primeiro documentário produzido inteiramente por jovens comunicadores da comunidade, *“Tiempos de Lucha – acciones de*

49 No original: “documental que registra la vida, el trabajo y la organización política chavista en cinco comunas socialistas campesinas acompañadas por la Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora (CRBZ). La película indaga en los procesos de cambio revolucionarios que vienen ocurriendo en esos territorios comunales y hace énfasis en las reflexiones políticas y filosóficas de los comuneros y comuneras que los llevan a cabo, al tiempo que muestra cómo esas reflexiones cotidianas se traducen en una manera de vivir solidaria, de respeto y cuidado colectivo de todas y todos.”

una comuna”.⁵⁰ O longa-metragem com 1h30 de duração aborda o cotidiano das mesas de trabalho da comuna, os limites e as soluções encontradas a partir da participação ativa da comunidade na tomada de decisões, além de representar em conteúdo audiovisual a dinâmica social da comunidade onde a comuna está sendo construída.

Em um resumo do artigo “Economías Populares en Venezuela. Aportes para un metabolismo alternativo”⁵¹, dos autores María Eugenia Fréitez, Edith Pineda, Mariana García Sojo e Hernán Vargas, publicado pelo site Comunalizar El Poder, se disponibiliza uma gráfica (ANEXO II) que demonstra como o trabalho produtivo da Comuna Socialista Altos de Lídice está vinculado diretamente à formação e produção de comunicação, nesse caso específico, a cargo de jovens e adolescentes moradores da comuna.

Os “reporteritos” comunais são adolescentes “de 10 a 13 anos, que fazem a cobertura dos eventos da comuna, enquanto desenvolvem ferramentas em diferentes áreas da comunicação e produção audiovisuais. São aqueles que administram as redes sociais da comuna, que geram conteúdo sobre a comuna e o difundem”, destaca a infografia.

50 Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qLX9QiTXb9k> . Acesso em 21 janeiro 2022

51 Disponível no endereço URL: <https://www.comunalizarelpoder.com.ve/medioteca/economias-populares-en-venezuela-aportes-para-un-metabolismo-alternativo>. Acesso em 21 janeiro 2022

Figura 12: Capa do documentário "Tiempos de Lucha - acciones de una comuna"



O filme é apenas uma das iniciativas audiovisuais inauguradas neste setor de Caracas a partir da experiência da comuna socialista. Em um canal na plataforma de vídeos YouTube.⁵², a comuna possui um canal, onde experimenta formatos como a “Noticomunal”, uma série de vídeos curtos de cinco a sete minutos de ativa obre temas diversos do cotidiano da comunidade, sobretudo a partir do olhar das crianças.

São múltiplas experiências de comunicação produzida objetivamente no sentido de construir nova territorialidade, o que segundo Saquet (2010, p. 164), “extrapola as relações de poder político”.

A territorialidade significa cotidianidade, (i)materialidade, no (s) tempo(s), na (s) temporalidade(s) e no (s) território (s), no movimento relacional-processual. A vida cotidiana é produto e condição da reprodução de relações sociais, do espaço, do lugar (Lefebvre, 1976a[1972]e 1991) do território. A vida cotidiana significa heterogeneidade (Heller, 1991). É (i)material, social e natural, a um só tempo e significa desejos, necessidades, linguagens, edificações, signos, miséria, riqueza, repetições, mudanças, frustrações, técnicas, famílias, trabalhos, redes, desencontros, encontros, conflitos; desigualdades e diferenças, unidade; vida e morte.

Esses aspectos (i)materiais da vida no território que a comunicação popular, comunal, democrática, deve operar, já que “a medida que se reproduz o território, é importante reproduzir a identidade e as redes e, reorientar, se necessário, as relações de poder” (Saquet, 2010, p 176).

52 Endereço URL do canal da Comuna Socialista Altos de Lídice no YouTube: https://www.youtube.com/channel/UCz_Kuek3LalgVTgsN8bfoeg/featured

4 DE VOLTA AO BRASIL, UMA PAISAGEM ESTRANHA

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, porque formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. (SANTOS, 2014, p 74)

Meu retorno ao Brasil se daria em dezembro de 2012, mas não duraria muito tempo. Parti logo após a vitória contundente de Hugo Chávez, reeleito presidente da Venezuela naquele ano, depois de haver enfrentado uma dura campanha, que atravessou sob as dores de um câncer terminal. Retornava saudosos das relações que havia deixado para trás, com uma visão que me guiava: a comunicação não era mais para mim aquela ferramenta de reprodução da vida, ou mesmo um mero instrumento de “produção” de conhecimento”, mas parte de toda uma engrenagem da disputa política pelo território. “A História da América Latina é a história da luta pela terra”, disse Chávez em um dos seus discursos televisionados.

Se pudesse fazer uma breve descrição da paisagem encontrada aqui, seguramente seria diferente daquela que deixei há quase cinco anos. Mas seria incompreensível fazê-lo sem antes remontar à descrição do que eu via antes, e não o fiz, até porque não estava ainda motivado em percebê-lo. No entanto, poderia afirmar com absoluta segurança, que embora os muros permanecessem iguais, as ruas não menos largas nem estreitas, o céu tão azul quanto o dia que parti, era diferente o meu olhar sobre o espaço. Alguns painéis surgiram do muralismo pungente, as letras nos muros ficaram mais evidentes e cheias de sentido.

Certa vez um contador de histórias disse que, antigamente, as almas acompanhavam os corpos em tempo e espaço, nas longas jornadas de viagens sob cavalos que os andarilhos precisavam fazer. Depois que inventaram o avião, as viagens ficaram mais curtas, e parece que a gente chega, mas deixa a alma para trás. Foi assim que eu me senti ao voltar ao Brasil.

Encontro amparo na obra do pesquisador Lucas Labigalini Fiuni (2017, p. 26), para denominar esse movimento como a “multiterritorialidade” experienciada, definida por Fiuni da seguinte forma:

A ideia de múltiplos territórios decorre das características atuais do capitalismo e sociedade pós-modernos de se expressarem através de territórios areais e zonais e territórios em rede, evidenciando-se nos interstícios dessas duas categorias uma variedade de formas de territorializações, como as mais fechadas e uniterritoriais em que se

confunde poder político e identidade cultural (grupos étnicos culturalmente homogêneos que não admitem a pluralidade, como os adeptos do jihadismo do Estado Islâmico ou do Boko Haram¹⁴), as territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação, que admite pluralidade cultural mas não de poderes, as territorializações mais flexíveis com sobreposições territoriais que podem ser sucessivas (nas áreas centrais de grandes cidades com a multifuncionalidade ou periodicidade de usos do territórios e territorialidades) e concomitantes (sobreposição de territorialidades político-administrativas). Até se chegar na perspectiva das territorializações efetivamente múltiplas, ou multiterritorialidades, como a experiência de se experimentar vários tipos de territórios, em nível individual ou grupal.

A Venezuela ainda estava convulsionada por uma eleição apertada, o presidente Chávez retornando a Cuba para tratar o câncer, o país vivia uma angústia social que culminaria com a morte do mandatário no dia 5 de março de 2013, fazendo-me retornar à Venezuela, para aquela lamentável despedida.

Mas devo voltar um pouco no tempo para recordar o último Conselho de Ministro do qual participou o presidente, antes de seu retorno à Ilha. O evento ficou conhecido como “Golpe de Timón”, e marcou a memória do povo venezuelano assim como aquele “por ahora”, declarado após a tentativa frustrada de golpe de Estado em 1992.

4.1 Golpe de Timón

No dia 20 de outubro de 2012, 13 dias após vencer as eleições presidenciais, Hugo Chávez convoca todos os ministros do governo ao Palácio de Miraflores, para o I Conselho de Ministros do novo mandato. Nele, Chávez adota um tom de autocrítica em relação aos diversos temas relacionados ao impulso da Revolução Bolivariana e o projeto de um Estado Comunal.

Agora, a autocrítica; em várias ocasiões tenho insistido nisso: eu leio e leio, e isto está muito bonito e bem feito, não tenho dúvida, mas onde está a comuna? Por acaso a comuna é só para o Ministério das Comunas? Eu vou ter que eliminar o Ministério das Comunas, e já pensei nisso várias vezes. Por que? Porque muita gente acredita que é responsabilidade desse ministério as comunas. Isso é um erro gravíssimo que estamos cometendo. Não o cometamos mais. Revisemos. Assinei um decreto criando algo assim como um ente superior das comunas. Onde está? Não está funcionando ⁵³

⁵³ No original: “Ahora, la autocrítica; en varias ocasiones he insistido en esto, yo leo y leo, y esto está bien bonito y bien hecho, no tengo duda, pero dónde está la comuna. ¿Acaso la comuna es sólo para el Ministerio de las Comunas? Yo voy a tener que eliminar el Ministerio de las Comunas, lo he pensado varias veces, ¿por qué? Porque mucha gente cree que a ese ministerio es al que le toca

(CHÁVEZ, 2012).

Chávez não poupou argumentos para dar a linha do que o Estado venezuelano deveria adiantar em matéria de políticas públicas para fortalecer o projeto das Comunas Socialistas. Aqui, destaco apenas os argumentos relacionados à transformação do Estado a partir da territorialização das comunas, bem como os instrumentos de comunicação social e popular, lançados mão em prol da construção de uma subjetividade social, capaz de sustentar (i)materialmente o projeto político em questão.

E nesse sentido, há um momento específico em que aborda a criação do Sistema Nacional de Meios Públicos, e o papel fundamental desse sistema na construção do socialismo bolivariano. Dirigindo-se ao então ministro do Poder Popular para a Comunicação e Informação, Ernesto Villegas, o presidente indagou: “Por que não fazer programas com os trabalhadores? Onde saia a autocrítica. Não tenhamos medo da crítica nem da autocrítica. Isso nos alimenta, nos faz falta!”⁵⁴

E seguiu, fazendo um chamado a que o processo comunicacional superasse por fim a etapa criativa de elaboração de projetos comunicações de suma importância, para avançar rumo à criação de um sistema integrado, que dialogue como projeto estratégico de construção do Estado Comunal:

Ernesto, converta-se no líder desse sistema. Cria-o, vamos criá-lo, que inclua, como sistema finalmente, sua interconexão com outros sistemas, ou subsistemas, meios comunitários, meios populares de comunicação, o caso do “alto-falante no cavalo” que eu coloco, as televisoras regionais, os jornais regionais, internacionais, Telesur; cada um está no seu canto. Essa é a verdade. Tenho certeza que é assim, não existe um Sistema Nacional de Meios Públicos, não o temos. Vamos criá-lo; temos os instrumentos. O que nos falta é mais vontade e, de repente, seguramente, mais capacidade. Nos atrevamos, façamos. Isso é necessário⁵⁵ (CHÁVEZ, 2012).

las comunas. Eso es un gravísimo error que estamos cometiendo. No lo cometamos más. Revisemos. Firmé un decreto creando algo así como ente superior de las comunas. ¿Dónde está? No ha funcionado.

54 No original: ¿Por qué no hacer programas con los trabajadores? Donde salga la autocrítica, no le tengamos miedo a la crítica, ni a la autocrítica. Eso nos alimenta, nos hace falta!

55 No original: “Ernesto, conviértete tú en el líder de ese sistema. Créalo, vamos a crearlo, que incluya, como sistema al fin, su interconexión con otros sistemas, o subsistemas, medios comunitarios, medios populares de comunicación, el caso de la corneta con el caballo que yo pongo, las televisoras regionales, los periódicos regionales, internacionales, Telesur; cada uno anda por su lado. Esa es la verdad. Estoy seguro que es así, no hay un Sistema Nacional de Medios Públicos, no lo tenemos. Vamos a crearlo; tenemos los instrumentos. Lo que nos falta es más voluntad y, a lo mejor, seguramente, más capacidad. Atrevámonos, hagámoslo. Es necesario.

E finalmente, rememorou de improviso os diversos instrumentos criados pelo Poder Popular em aliança com o governo central, e que dão sustento até os dias de hoje ao projeto das comunas na Venezuela, salvo alguns novos mecanismos criados posteriormente a esse discurso.

Penso que nesses anos, acumulamos experiência, criamos entes que não existiam. Acho que viemos acumulando recursos, injetando recursos e vamos continuar fazendo. Acho que temos alguns novos códigos; acho que temos uma nova arquitetura legal, jurídica, começando pela Constituição; temos leis de conselhos comunais, leis de comunas, economia comunal, as leis dos distritos motores do desenvolvimento; mas não prestamos atenção a essas leis; nós que somos os primeiros responsáveis de seu cumprimento. Eu espero ver respostas a estas reflexões e a esta autocrítica pública que estou fazendo⁵⁶ (CHÁVEZ, 2012).

Mais além, o debate proposto por Chávez naquela tarde colocaria em evidência uma discussão já trazida na narrativa que compete à introdução deste trabalho: os limites, que vão se tornando cada vez mais evidentes entre o estreito legalismo e um Estado sem leis. Se bem é certo que a lei não cria povo, a potência do povo em sua tarefa transformadora não pode desprezar o poder que a lei confere, e vice versa.

O Golpe de Timón se tornaria a última “Lineas de Chávez”, uma coluna periódica com reflexões do presidente, publicada por anos em um jornal local. Editado, impresso e distribuído de maneira gratuita para que todos pudessem se lembrar daquelas palavras tão carregadas de verdade e sentimento de urgência.

4.2 A morte de Hugo Chávez e a interrupção de um ciclo de desenvolvimento na América Latina

“Los que mueren por la vida no pueden llamarse muertos. Y a partir de este momento es prohibido llorarlos”, cantou o poeta popular venezuelano Ali Primera. Durante os dias da morte e velório público dos restos mortais do presidente, entre o fatídico dia 5 de março de 2013 e os dez dias que se sucederam, pude caminhar pelas longas filas de apoiadores que

56 No original: “Creo que en estos años hemos acumulado experiencia, hemos creado entes que no existían. Creo que hemos venido acumulando recursos, inyectando recursos y seguiremos haciéndolo. Creo que tenemos unos nuevos códigos; creo que tenemos una nueva arquitectura legal, jurídica, empezando por la Constitución; tenemos leyes de consejos comunales, leyes de comunas, economía comunal, las leyes de los distritos motores de desarrollo; pero no le hacemos caso a ninguna de esas leyes; nosotros, que somos los primeros responsables de su cumplimiento. Yo espero ver respuestas a estas reflexiones y a esta autocrítica pública que estoy haciendo.

permaneceram por horas sob sol forte para dar adeus ao seu “Comandante Amigo”. Muitas coisas me chamaram a atenção: jamais havia estado presente em uma ocasião da perda de uma liderança política da estatura de Hugo Chávez. Assim como jamais pude imaginar a força do sentimento do luto coletivo diante dessa perda. Um choque, para mesmo para quem aprendeu a lidar com a morte desde muito cedo. Mas o que mais me impressionou foi que mesmo diante da expressão máxima da dor coletiva, muitas pessoas com as quais conversei repetiam frases daquele Conselho de Ministro, conscientes da responsabilidade histórica de dar continuidade ao projeto de país iniciado por Chávez. “Comuna o nada”, diziam com lágrimas nos olhos.

Viajei quase 24 horas para retornar à Venezuela entre escalas no Panamá e Colômbia. Foi o voo mais barato, e também o que poderia me devolver ao país em tempo de presenciar os atos de despedida do presidente. Cheguei na madrugada do dia que tomaria posse o presidente interino Nicolás Maduro, então vice-presidente da República. À tarde, fomos em grupo de alguns brasileiros até a porta da Assembleia Nacional, onde o povo se aglomerava para presenciar a posse. Em um determinado momento, fui com uma amiga até a praça Bolívar e nos deparamos com um cordão policial impedindo a passagem, já que por ali estava chegando naquele momento o novo presidente. Por um instante parei diante dele, e pude olhar bem nos olhos de um corpo que parecia carregar o mundo sobre ele. Seguramente, o último lugar onde gostaria de estar.

Aqueles foram os dez dias de maior impacto para mim em relação ao alcance da liderança de Chávez no processo histórico recente da Venezuela. No dia do enterro, desci à Avenida Sucre, por onde passaria o comboio que levaria o féretro do mandatário ao Cuartel de la Montaña, o mesmo de onde Chávez conspirou contra o governo de Carlos Andrés Pérez em 1992, e onde descansariam para sempre seus restos mortais.

A certa altura, um amigo crítico ao governo bolivariano me ligou avisando que me encontraria onde eu estava. Fazendo o meu trabalho fiquei, fotografando, gravando vídeos e depoimentos das pessoas amontoadas para ver o comboio passar. Eis que aparece Hector, já com lágrimas nos olhos, me abraça e diz: “el pueblo lo ama, y lo ama mucho”, seguido de uma reflexão: “en cien años, este señor será recordado como uno de los más grandes líderes de nuestra historia”, e calou.

Em Caracas, naquela cidade barulhenta, hiperpovoada de gente, carro, moto, na cidade que não dorme, fez-se um silêncio incômodo, que guardo na memória com o mesmo gosto amargo que senti.

“É preciso tomar distância no tempo para entender a dimensão dessa perda”, disse José Pepe Mujica, então presidente do Uruguai, ao visitar o velório de Chávez no edifício da Academia Militar da Venezuela. Não tardaria muito para que eu, já desempenhando como repórter da Telesur em São Paulo, me reencontrasse com Dom Pepe, já fora da Presidência do seu país.

Já era abril de 2016, durante coletiva de imprensa organizada pelo Centro de Estudos de Mídia Barão de Itararé, em São Paulo, tive a oportunidade de dirigir uma pergunta ao ex-presidente uruguaio. Perguntei-lhe se já haveria passado tempo suficiente para dimensionar aquela perda à qual se referiu a pouco mais de três anos atrás. Eis as palavras de Dom Pepe:

[...] a História precisa desses loucos sonhadores. Todo coração. Se não... a História, irmãos, dos refinadamente sensatos... Que chatice! Seria insuportável. Não aconteceria nada. Embora ele não gostasse... Não conheci um homem de Estado, nunca, que tivesse a generosidade que tinha Chávez, para o resto das pessoas que sofriam. Ele não podia consertar todas as dores da América, era inútil, era impossível... A partir deste ponto de vista, ele é um espelho que não temos para olhar.⁵⁷

Àquela altura do meu diálogo com Mujica, o Brasil vivia o desenvolvimento a passos largos de um golpe de Estado parlamentar que tiraria a presidenta Dilma do poder em agosto daquele mesmo ano. Outros países já haviam passado por trocas de regimes políticos, como a Argentina, com a vitória da direita macrista sobre o kirchnerismo, e outros caminhavam para mudanças nos anos seguintes: no próprio Uruguai, a Frente Ampla deixaria o governo após perder para a direita liberal; o Equador viveria um dos mais exemplares casos de traição política com a assunção de Lenín Moreno ao poder e seu rompimento prematuro com a Revolução Cidadã; e mais recentemente, o golpe de Estado cívico-militar, que derrubou o presidente Evo Morales do governo da Bolívia, interrompendo o processo de desenvolvimento da revolução indigenista do Estado Plurinacional.

Todas essas transformações no cenário político terminaram por minar o projeto de integração latino-americano, ao qual a Revolução Bolivariana se apoiava, não só do ponto de vista político, mas econômico, fazendo com que a Venezuela amargasse anos de bloqueio e acosso internacional, com consequências graves para a economia e, consequentemente, para a qualidade de vida da população. Venezuela virou sinônimo de caos na chamada “boca miúda”, no senso comum, nas matrizes de opiniões que não são naturais, senão criadas pelos próprios inimigos do processo de comunalização daquele país.

⁵⁷ Entrevista ao ex-presidente José Pepe Mujica em 27 de abril de 2016, no Centro de Estudos de Mídia Barão de Itararé, em São Paulo.

Mas, contraditoriamente, esse foi um período de avanço de projetos importantes de comunas em todo o país, fundamentalmente em Caracas, onde o rol de entidades da velha estrutura do Estado já não davam conta de toda a imensidade de demandas sociais que surgiram a partir da crise, iniciada em 2014 e agravada nos anos seguintes.

4.3 Guerra econômica e o desafio de romper com a “dependência”

É bastante comum que a perspectiva de uma observação participante leve o pesquisador a se envolver com o tema, obrigando-o, sob o ponto de vista científico a estabelecer noções de distanciamento, sob o risco de incorrer em graves contradições teóricas. Também é comum ouvir o termo “guerra econômica” associada a um argumento que limita as causas da crise social e econômica do período recente da Venezuela, e que já veremos, tem tudo a ver com o desenvolvimento das comunas.

Não quero dizer com isso que não haja uma guerra econômica declarada contra a Venezuela – e não só a Venezuela –, mas não se pode atribuir a realidade do país unicamente a fatores externos, porque algo na estrutura econômica do país permitiu que se chegasse ao ponto em que estamos.

“Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas”, disse o professor Ruy Mauro Marini (1973) em seu clássico *Dialética da dependência*. A fragilidade da economia venezuelana remonta ao desenvolvimento da indústria petroleira não simplesmente por uma determinação de uma burguesia nacional desenvolvimentista que aliás jamais existiu, mas por uma relação de controle estabelecida no mercado mundial globalizado por potências econômicas em países industrialmente pouco desenvolvidos.

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações (MARINI, 1973, p. 9).

Deste modo, Marini demonstra em seu ensaio como se dão as relações de poder no mercado internacional capitalista, sobre as quais, a relação de dependência torna-se estruturante no atual desenvolvimento do Capital, o que também tem respaldo na leitura mais

recente do processo latino-americano do professor Marcelo Carcanholo (2008, p. 253). Para ele,

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo quanto pela complementaridade, ou seja, que embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala internacional

Carcanholo (2008, p. 252), viria a caracterizar as tais economias dependentes da seguinte forma:

Apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência frente a choques externos (vulnerabilidade externa) e altas concentrações de renda e riqueza.

Marini (1973) diria ainda que esta relação está para além de uma mera “especialização produtiva”, mas “uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite suas contradições”. Lendo a ele, me recorro da experiência de haver acompanhado na Venezuela ao processo de nacionalização da indústria do cimento. Lembro-me de dialogar com um senhor com mais de 15 anos de trabalho dedicado à indústria do cimento, e do susto que levei ao descobrir que aquele senhor, que padecia de uma dezena de enfermidades pelo manuseio do cimento, não tinha casa própria.

A condição de dependência das economias latino-americanas se expressa na Venezuela do século XXI em uma forte dificuldade das forças produtivas em superar o modelo rentista, baseado na produção do petróleo, o que demandaria do país romper com as relações econômicas internacionais baseadas no valor de troca, como destaca Marini, ao questionar o imediatismo das análises econômicas que desprezam o modo de reprodução do Capital, baseado na manutenção de uma relação de subordinação econômica entre os chamados países centrais do capitalismo e os países periféricos, produtores de matérias-primas e possuidores de grandes reservas de força de trabalho.

Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca (MARINI, 1973, p. 9)

Destaco aspectos da discussão sobre a teoria da dependência não só para desmistificar os argumentos apaixonados que atribuem exclusividade às interferências externas como causa da atual crise venezuelana, embora não desconsidere as graves ingerências praticadas por outros países nos assuntos internos da Venezuela, como foi o caso da formação do chamado “Grupo de Lima”, formado a partir do não reconhecimento de eleições legítimas e o apoio ao que ficou conhecido como o “autoproclamado” presidente Juan Guaidó. Mas tal abordagem caminha no sentido principalmente de considerar, como parte das conclusões deste trabalho, que se trata de tarefa fundamental do projeto comunal, em diálogo com a leitura de Marini (1990), “suprimir as relações econômicas internacionais” baseadas no valor de troca, o que só será possível a partir do fortalecimento do projeto comunal a partir da construção de soberania (energética, alimentar, hídrica) sobre os territórios comunais. E isso tem ocorrido em maior ou menor medida, através de acordos para transferência de tecnologia e implementação de novas cadeias produtivas, e também pelo incansável trabalho de diversificar a produção agrícola, a partir das necessidades dos territórios.

“Mas como produzir agricultura se não há agricultor?”. A pergunta me foi feita pelo então coordenador da Brigada Internacionalista Apolônio de Carvalho, do MST, Edson Bagnara, durante uma visita que fiz em 2017 à Unidade de Produção Social Agrícola (UPSA) Caquetíos, localizada no estado Lara, no oeste do país. Desde 2013, a brigada foi convidada pelo Ministério da Agricultura da Venezuela para desenvolver um projeto de produção de hortaliças no local que possui uma área de 220 hectares. Além das hortaliças, pude conhecer as plantações abóbora, pimentão, milho, mandioca, banana da terra, mamão, graviola, e uma série de outros alimentos. O projeto recebia o apoio da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação – com o fornecimento de sementes e insumos para o plantio.

Na ocasião, conversei com Verena, uma jovem venezuelana que havia se mudado para a unidade agrícola para se dedicar à produção e à formação de jovens camponeses. “É um trabalho lento, mas que avança. O ritmo, claro, é determinado pela conjuntura. E essa mesma conjuntura é também um chamado de atenção sobre a importância da formação”, me disse a jovem.

Projetos como esse podem contribuir na redução dos níveis da dependência econômica da Venezuela em relação ao resto do mundo, mas não modificam a estrutura da dependência à qual praticamente todo o hemisfério sul está submetido, não por uma decisão de uns quantos, mas porque isso obedece à estrutura necessária para a reprodução do atual sistema. De fato, Carcanholo (2008) admite que “a estratégia e a política econômica podem interferir no grau

de dependência das economias periféricas em relação ao centro da economia mundial”, como tem ocorrido em certa medida na Venezuela, a partir de medidas que estão descritas no ensaio do professor Marcelo Carcanholo:

[...] recuo nos processos de flexibilização e desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro (...) alterar o padrão de consumo da economia: (I) privilégio do mercado interno que se baseie no consumo de massas. (ii) desestímulo ao padrão de consumo elitista. (CARCANHOLO, 2008, p. 264)

Nesse sentido, Carcanholo afirma que:

[...] é possível conceber, dessa forma, um programa econômico alternativo que garanta um padrão de acumulação ‘virtuosa’. mas virtuosa apenas para o capital ‘nacional’, pois continua baseando-se na superexploração da força de trabalho e na concentração de renda e riqueza. Não é sobre essas bases que se deve construir um programa econômico alternativo popular. (CARCANHOLO, 2008, p. 265)

Repare que, por último, aponta-se um limite entre a atuação do Estado em elaborar estratégias econômicas que reduzam o impacto da dependência, mas que não devem, segundo Carcanholo, serem as bases sobre as quais se constrói um “programa econômico alternativo popular”. Isso, porque embora seja um projeto de salvaguarda de direitos, ampliação de outros, ainda está baseada na exploração do trabalho, e como destaca Marini, pelas relações comerciais baseadas no valor de troca. Vale destacar que para Carcanholo, as duas estratégias, que ele define como *antineoliberal* e *anticapitalista* “não são excludentes”, mas se complementam, na medida que as políticas antineoliberais tentem a reduzir o impacto da dependência, embora sem uma estratégia anticapitalista, não há como pensar a superação das contradições geradas por esta relação.

Finalmente, é importante destacar que há atualizações relevantes do ponto de vista teórico das formulações feitas por Marini. O próprio Carcanholo o faz, assim como o professor Claudio Katz (2018), em um breve ensaio intitulado “*Semejanzas y diferencias con la época de Marini*”, no qual ressalta as mudanças substanciais na realidade econômica global após a redação da chamada “teoria da dependência”, entre elas a queda da União Soviética, que segundo o autor “compensava as desigualdades internacionais espontâneas da acumulação”, a ascensão econômica da China e a rearticulação econômica dos países europeus.

Em suas análises da economia política da globalização Marini sentou as bases para compreender o período atual. Ressaltou três focos de estudo? A

exploração do trabalho, as transferências de valor e a reestruturação imperial. Chegou a importantes pistas, mas não respostas. A atualização de sua teoria requer indagações mais complexas que a simples corroboração de conceitos enunciados há meio século. (...) O principal teórico da dependência antecipou tendências da mundialização neoliberal. Analisou a globalização produtiva, a centralidade da exploração e a gravitação das transferências de mais-valia. Mas a crise do emprego supera o aventado por Marini, em um cenário transformado pela mutação dos Estados Unidos, a queda da URSS e o ascenso da China. As novas brechas nacionais e sociais emergem de uma economia internacionalizada, sem correlato nos estados e classes dominantes. Esta ausência de transnacionalização total recria a dependência.⁵⁸ (p. 63 - 66)

Faço esse mero destaque apenas para realocar o pensamento ao tempo atual, sem o qual não poderíamos realizar uma análise objetiva, mas sem perder de vista que as relações de dominação das economias chamadas “centrais” para as ditas “periféricas” seguem vigentes, pelo que as análises de Marini e continuadores da obra denominada “teoria da dependência” se mostram mais que pertinentes, fundamentais para a compreensão da lógica sobre a qual se edifica o capitalismo mundial.

A ruptura necessária com a lógica de reprodução do capital não será viável sem uma ruptura que ainda não chegou, que talvez seja a grande tarefa histórica não só das comunas na Venezuela, mas de todo um projeto de integração sul-sul que leva séculos em superar suas próprias contradições para avançar. Tarefas sobre as quais pesam inúmeras demandas aos produtores e produtoras da comunicação popular na disputa das consciências dos sujeitos que constroem a História.

4.4 *Unión Comunera: a comuna vai na marra!*

Mesmo em tempos de crise, há que se avançar. Como já debatemos aqui, o Estado

58 No original lê-se: En sus análisis de la economía política de la globalización Marini sentó las bases para comprender el período actual. Resaltó tres focos de estudio: la explotación del trabajo, las transferencias de valor y la reestructuración imperial. Llegó a importantes pistas, pero no respuestas. La actualización de su teoría requiere indagaciones más complejas que la simple corroboración de conceptos enunciados hace medio siglo. (...) El principal teórico de la dependencia anticipó tendencias de la mundialización neoliberal. Analizó la globalización productiva, la centralidad de la explotación y la gravitación de las transferencias de plusvalía. Pero la crisis del empleo supera lo avizorado por Marini, en un escenario trastocado por la mutación de Estados Unidos, el desplome de la URSS y el ascenso de China. Las nuevas brechas nacionales y sociales emergen en una economía internacionalizada, sin correlato en los estados y clases dominantes. Esta ausencia de transnacionalización total recrea la dependencia.

venezuelano vem criando, nos últimos anos, instrumentos legais que respaldam a conformação de comunas ao longo de todo o território nacional. Por outro lado, a criação desses instrumentos poderia ser apenas um mero recurso de propaganda que não representa a realidade dos territórios, compreendendo a propaganda como um instrumento que “fixa o modo de ser dos homens tais como eles se tornaram sob a injustiça social, na medida em que ela os coloca em movimento”, descrito por Adorno e Horkheimer em seu ensaio sobre a *Dialética do Esclarecimento* (1947, p. 119). Contradições que não serão resolvidas aqui, e só cabem aos venezuelanos resolverem. Mas a nós, cabe pensar que, conhecendo a história de luta de nossos povos, se a comuna não sai na lei, sai na marra.

Debates como o proposto aqui sobre antecedentes, caminhos e descaminhos do projeto comunal são parte do trabalho político que vem desempenhando a “*Unión Comunera*” (União comuneira), que teve sua primeira assembleia realizada no dia 25 de agosto de 2019, com a participação de 74 comunas de sete estados. Na declaração final (ANEXO 1), os comuneiros e comuneiras destacaram a “necessidade de avançar em novas metas” e citam ações que devem ser empreendidas no sentido de fortalecer o projeto econômico comunal, como a aquisição de insumos para a produção agrícola, a transferência de terras, atribuições, serviços, assim como a construção de um plano produtivo em diálogo com o governo central; denunciam as negociatas que pretendem garantir a manutenção das relações de produção, contrariando o objetivo socialista projetado.

De acordo com o documento “Venezuela en cifras – nuestra transición al socialismo”, do Ministério do Poder Popular para o Planejamento (MPPP), publicado em janeiro de 2021, até aquele momento haviam 3.230 comunas e 48.458 conselhos comunais.

As informações são corroboradas pelo presidente da República Nicolás Maduro em alocução noticiada através do canal de televisão estatal VTV com mais detalhes sobre a distribuição destas no território nacional. De acordo com o mandatário, “o país conta com 3.278 Comunas ativadas e 970 comunas em construção [...] além de contar atualmente com 258 propostas de Cidades Comunais”. A publicação da televisora detalha a distribuição de comunas por estados. “311 Comunas em Miranda, 298 Zulia, 264 Lara, 198 Falcón, 194 Barinas, 170 em Sucre, 150 Anzoátegui, 147 Aragua, 145 Portuguesa, 133 Apure, 138 Mérida, 114 Bolívar, 113 Táchira, 111 Carabobo, 111 Monagas, 111 Caracas, 110 Trujillo, 109 Guárico, 108 Lara, 81 Cojedes, 54 Amazonas, 49 La Guaira, 37 Nueva Esparta, 21 Delta

Amacuro e 1 em Los Roques”⁵⁹.

Pouco a pouco, a organização popular encontra brechas de oportunidades históricas para “inventar”.

59 Disponível em: <https://www.vtv.gob.ve/venezuela-ciudades-comunales-258-propuestas-trabajo-pueblo/> .
Acesso em: 02 fevereiro 2022

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto busquei de algum modo sistematizar os referenciais teóricos que embasam a pesquisa sobre a construção do território imaterial comunal, no contexto da Revolução Bolivariana na Venezuela, além de levantar os principais elementos históricos e recuperar parte da memória dos quasecinco anos de experiência concreta do pesquisador, tanto no que se refere ao processo histórico recente da Venezuela, como em relação aos processos comunicacionais vivenciados.

Para este pesquisador-narrador, é evidente a centralidade da comunicação social, em especial a denominada “comunicação popular”, no desenvolvimento da história política recente desse país sul-americano e caribenho. É evidente que esses instrumentos são uma das ferramentas mais potentes de territorialização do projeto comunal venezuelano, o que se reflete no fato de que quase a totalidade das experiências de comunas têm desenvolvido projetos de comunicação próprios como processos formadores e instituidores de uma nova dinâmica social, refletindo e fazendo persistir no imaginário do povo comuneiro as bases imateriais do processo de transformação do Estado.

Vimos nesse trabalho como a conformação de um projeto político incide sobre a territorialidade de um povo, o que tem muito a ver com a criação de mecanismos de reprodução simbólica, da identidade coletiva na construção de um “novo território”, que para Saquet (2010, p. 176) exige uma nova sociedade:

Um novo território para uma nova sociedade: para se ter um novo território precisamos de outra sociedade e vice-versa, valorizando os saberes locais e populares, as relações de ajuda mútua, de confiança, a natureza exterior ao homem etc.; é fundamental se definir novas práticas sociais e territoriais, (i)materiais, que valorizem o patrimônio territorial de cada lugar, como assevera Magnaghi (2000): a reconstrução dos lugares, reconhecendo a produção ecológica de alimentos, a identidade cultural, os movimentos sociais, o trabalho autônomo, as pequenas cooperativas de trabalhadores e consumidores, a autogestão, novas práticas de troca solidária, a recuperação e preservação dos mananciais, a produção artesanal de alimentos, a vida indígena etc. Os processos territoriais precisam ser compreendidos e, a partir disso, transformados na práxis cotidiana. Cada indivíduo, cada família, cada instituição pública ou privada, cada unidade produtiva e de consumo, de vida produzem relações históricas e multiescalares, de poder, territoriais, territorialidades que podem ser potencializadas para um desenvolvimento com mais autonomia, que incorpore a distribuição de terras, de capital, as diferenças culturais, a vida em sociedade e em natureza, sem medo, vícios, armadilhas.

No entanto, Saquet (2017, p. 177) recorre a Henri Lefebvre e Milton Santos, para destacar a necessidade de rupturas estruturais para a construção de um território de resistência à lógica da “mundialização do capital”, tarefa para a qual se existe construir outra forma de organização política, identificada localmente, vinculada às necessidades dos indivíduos, à autonomia em cada lugar e ligada a outras experiências de desenvolvimento”.

O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia.

É possível identificar a relação entre as teorias abordadas aqui e o processo histórico recente da Venezuela. Mas diante de um processo orgânico, sobre o qual não há passado, senão um presente em construção, é imprudente fazer conclusões e apontar verdades, e essa nunca foi a intenção. Meu objetivo foi de refletir sobre o processo de territorialização das comunas a partir do elemento específico da comunicação popular como estratégia política de formação da subjetividade coletiva. Isso, a partir de uma narrativa própria, considerando a vivência e a observação ativa como elementos sem os quais esse trabalho não poderia haver sido sequer concebido em seu conceito mais abstrato.

Sem a necessidade de uma conclusão definitiva, ficam reflexões: em que medida a comunicação popular sustentará as narrativas produzidas pelas comunas? Em que medida o processo histórico, político, econômico, transforma o paradigma da comunicação social na Venezuela bolivariana? É possível descolar o processo de construção das comunas e, portanto, da comunicação comunal, do projeto econômico? Poderia o projeto comunal sobreviver apenas dentro dos limites geográficos daquele país?

Trago aqui algumas palavras retiradas do perfil social do filósofo mineiro Leônidas Dias, grande amigo e orientador de minha primeira pesquisa acadêmica, ainda nos tempos do bacharelado. Ele diz: “É evidente que não existe a verdade absoluta, pois existem inúmeras verdades, todas elas absolutas. Toda verdade é absoluta, embora seja também relativa”. E segue: “Absolutos por que um enunciado sobre o real não pode ser verdadeiro e falso ao mesmo tempo, sob um viés determinado e sobre dado aspecto de sua complexa existência, sendo verdadeiro ou falso e pronto, sem mais; relativos justamente por referir-se em cada caso a esse ou aquele recorte da realidade – mas sem jamais perder a perspectiva do todo de que essa ou aquela determinação é uma determinação e as complexas relações desses inúmeros e

demais traços da totalidade, que é o ser”.

Para Marx, a verdade está na “prática”, sem a qual, afirmar que isso ou aquilo é real ou “não-real”, correto ou não correto, efetivo ou não efetivo, é uma mera questão “escolástica”, como escreveu na Tese 2 de sua crítica ao pensamento do jovem filósofo alemão Ludwig Feuerbach.

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não-realidade do pensamento - que é isolado da prática - é uma questão puramente *escolástica*. (MARX, ENGELS, 2007, p. 533)

Na dialética do conhecimento, mais que conclusões e apontamentos, refletir sobre os processos e suas contradições sem perder a firmeza das palavras a partir de verdades que só são absolutas para mim. Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947) escreveram que “é próprio da verdade o facto de que participamos dela enquanto sujeitos activos. Uma pessoa pode ouvir frases que são em si mesmas verdadeiras, mas só perceberá sua verdade na medida em que está pensando e continua a pensar, ao ouvi-las” (p.114 – 115). Modestamente, acrescentaria à frase a ideia de, mais que ouvir e pensar, experienciar talvez seja o modo mais vivo e lúcido de chegar a qualquer verdade, ainda que ela seja própria de alguém. De toda forma, tenho as minhas, e entre elas, que não há futuro sobre a Terra caso não haja uma mudança estrutural no sistema de governança do planeta.

David Harvey (2019) propõe então aquilo que chama “utopia dialética”, ou a “construção de um utopismo explicitamente espaço-temporal”. Para Harvey (2019, p.164), a quem me associo,

[...] a tarefa consiste em determinar uma alternativa em termos que não alguma forma espacial estática ou mesmo algum processo emancipatório aprimorado. A tarefa é montar um utopismo espaço-temporal- um utopismo dialético – que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos.

Quiçá a utopia venezuelana esteja sendo construída a partir de um tempo específico, com contradições que compreendem a formação cultural, social, política, econômica e que a desafia, mesmo ocorrendo em um espaço onde todo um “sistema de objetos e ações” parecem estar a serviço da transformação do território. A utopia dialética do estado comunal.

Já Eduardo Galeano nos propôs delirar, só um por um instante, e imaginar um outro mundo possível, fixando os olhos “mais além da infâmia”. Aquele uruguaio de pavio curto repetia em sua literatura o pensamento dos povos latino-americanos que não se deram por vencidos na conquista colonial desse pedaço de mundo até os dias de hoje. Utopia, para quê serve? Para caminhar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos, 1947. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/identidade-e-cultura-no-brasil-2018.2/a-dialetica-do-esclarecimento/view>.
- ARENAS, I e OBEDIENTE, M. **La larga marcha hacia la sociedad comunal – Tesis sobre el socialismo bolivariano**. Caracas, Venezuela: Editora El Pero y la Rana v. 1. 2017.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. In. R. Econ. Contemp. Rio de Janeiro, v. 12. n. 2. p. 247•272, maio/ago 2008.
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. **Chávez Radical: Crisis, Bloque Histórico e Ideología**. Caracas, Venezuela. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xxnWoR61z30&t=71s>
- CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. **El Golpe de Timón**. Caracas, Venezuelal: Edición Correo del Orinoco. 2012. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/chavez/2012/2012-golpe-de-timon.pdf>
- DAGNINO, Renato; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. “*Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social*”. In: LASSANCE Jr. et al. **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaios sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo. 2017.
- FERNANDES, B. *Sobre a tipologia de territórios*. Em SAQUET, M. e SPOSITO, E. (org.), **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (pp. 197-215) São Paulo, Brasil: Consequência Editora. 2015
- FERNANDES, Florestán. **O que é revolução**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2018.
- FERREIRA, L. F. **Objetividade e Parcialidade na obra jornalística de Karl Marx**. Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Educação e Cultura. Belo Horizonte, Brasil. 2007.
- FCNH - FUNDACIÓN CENTRO NACIONAL DE HISTORIA. **Memórias de Venezuela**, nº 6. Caracas, Venezuela: Edición de Colección. 2008.
- FCNH - FUNDACIÓN CENTRO NACIONAL DE HISTORIA. **Memórias de Venezuela**, nº 7. Caracas, Venezuela: Edición de Colección. 2012.
- FCNH - FUNDACIÓN CENTRO NACIONAL DE HISTORIA. **Memórias de Venezuela**, nº 8. Caracas, Venezuela: Edición de Colección. 2012.
- FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. In: Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21, n.1, p. 19-29. 2017.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Brasil: Editora Tchê. 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo. Editora Contexto. 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho v. 1, Editora Civilização Brasileira. 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Edições Loyola. São Paulo, 2009.

IANNI, Octávio. A questão nacional na América Latina. Em **Estudos avançados v.2 n.1** - São Paulo jan/mar. 1988. Versão on-line disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003&lng=pt&tlng=pt

KAPLÚN, Mario. **El Comunicador Popular**. Quito, Ecuador: Ediciones CIESPAL. 1985.

KATZ, C. **Semejanzas y diferencias con la época de Marini**. 2018. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15979/14268>

KATZ, C. *La Tecnología como Fuerza Productiva Social: Implicaciones de una Caracterización*. Em **Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología**, vol. 12, nº 3 (pp. 371-381), México. 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Editora Era, México, 1990. Versão digitalizada conforme publicado em “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Disponível em www.centrovictormeyer.org.br

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich; **A ideologia Alemã**. Tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Território, Espaço de Identidade*. In SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. (pp. 217-227) São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Universidade Federal de Santa Catarina. 1997.

MPPP – MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA PLANIFICACIÓN. **Venezuela en cifras – nuestra transición al socialismo**. Caracas, 2021.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Caracas. 1999.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación para el período 2007-2013**. Caracas. 2006.

REPÚBLICA BOLIVARIANA VENEZUELA. **Ley Orgánica de las Comunas**. Caracas. 2010.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Plan de la Pátria**. Caracas. 2012.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA - **Ley de la comunicación popular, las comunicadoras y comunicadores populares**. Caracas. 2016

RIBEIRO, Darcy. **América Latina - A grande pátria** - BBB (152), Fundação Darcy Ribeiro, 1979.

PINTO, Pedro Luis. La comunicación como herramienta para la transformación desde la comuna. 2016. Disponível em <https://www.aporrea.org/poderpopular/a221143.html>.

POGREBINSCHI, Thamy. **Marx e a verdadeira democracia: a autodeterminação contra a soberania**. In Marxismo, capitalismo, socialismo. Org. Andréia Galvão. p. 225-239. IFCH-Unicamp. Campinas, 2008.

RESENDE, Fernanda Elisa Costa P.; MORÁS, Teder Muniz. *Território audiovisual: imagens e sons como estratégia metodológica de pesquisa*. Em: **Revista Habitus**. Nº 1 – Goiania. 2014.

RINCONES, Elena Block. **Exploring Hugo Chávez's use of mimetisation to build a populist hegemony in Venezuela**. The University of Queensland, Austrália. 2013

ROMANO, Vicente. **La violencia mediática** – el secuestro del conocimiento. Editorial Correo del Orinoco; Caracas, Venezuela, 2012

SAQUET, Marco A. **Abordagens e concepções de território**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), São Paulo. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), São Paulo. 2012

VTV, Venezolana de Televisión. **Venezuela cuenta con 258 propuestas de Ciudades Comunes en todo el territorio nacional**. Publicada em 16/03/2021. Disponível em <https://www.vtv.gob.ve/venezuela-ciudades-comunes-258-propuestas-trabajo-pueblo/>

ANEXO A – VENEZUELA: DECLARACIÓN DE EL MAIZAL

74 comunas provenientes de Apure, Táchira, Barinas, Lara, Yaracuy, Portuguesa y Mérida, nos hemos reunido este sábado 25 de agosto en tierras de El Maizal. El encuentro organizado por El Maizal y la Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora, donde se acercó una delegación de la Marcha Campesina Admirable, La Red Nacional de Comuneros y Comuneras, el Movimiento de Trabajadores sin Tierra de Brasil y el Movimiento Patria Grande de Argentina, fue el primer paso para avanzar en un reimpulso del movimiento comunal nacional.

La actividad se dio en el contexto nacional marcado por las iniciativas económicas tomadas por el gobierno, así como por las amenazas provenientes de los Estados Unidos y sus aliados internacionales y nacionales. En ese contexto respaldamos al gobierno, la iniciativa para estabilizar y relanzar la economía, así como nos pronunciamos en defensa unitaria de nuestra patria.

El objetivo de reimpulsar el movimiento comunero se da dentro de la necesidad de avanzar hacia objetivos postergados, así como nuevas metas: insumos para la producción, adjudicación de tierras comunales, transferencia de competencias, servicios, así como un espacio de diálogo con el gobierno para acercar propuestas políticas y planes productivos. Vemos que se han hecho mesas de negociación con empresarios, banqueros, importadores, pero no con comuneros y comuneras, ni con otros sectores de nuestra gente organizada. El plan económico del gobierno no puede dejar de lado en su diseño a quienes producimos, organizamos y avanzamos en el horizonte socialista que proyectó Chávez.

Salir del momento de quietud requiere construir una agenda propia, que nazca desde el encuentro comunal con comunas de todo el país, que se establezcan objetivos a alcanzar, para lo cual tendremos necesariamente que luchar, estar movilizados(as) en los estados y a nivel nacional. No lograremos obtener insumos, apoyos, transferencias, sin un proceso de movilización, organización, cuestionamiento de los errores, lucha contra las mafias, la corrupción, que son parte central para explicar la situación actual.

Damos este primer paso desde la aldea universitaria recuperada por el movimiento comunero de Simón Planas porque creemos que ese es el camino: avanzar en comunalizar los espacios, recuperar lo que fue mal llevado por quienes rifaron logros de la revolución, defender las conquistas, proyectar nuevos avances como son las ciudades comunales y demás formas de agregación de comunas, de gobierno comunal, democracia participativa.

Debemos inventar, tomar la iniciativa, construir pasos que dependan de nuestras

propias fuerzas y desde allí dar la disputa por lo nuestro.

Desde aquí convocamos a profundizar este camino de articulación, unidad, construcción de una alianza comunera que incorpore a otros actores, como son los campesinos y las campesinas, que, muchas veces, también somos nosotros(as) mismos(as) en nuestros territorios. Existe una agenda de lucha dispersa, debemos unirla, planificar victorias, avances en este contexto de dificultades, amenazas, a la vez que oportunidades que nacen de este pueblo que libra una inmensa batalla contra la guerra y contra quienes buscan terminar con el proceso revolucionario desde dentro. Con la certeza de Chávez: comuna o nada.

Firman:

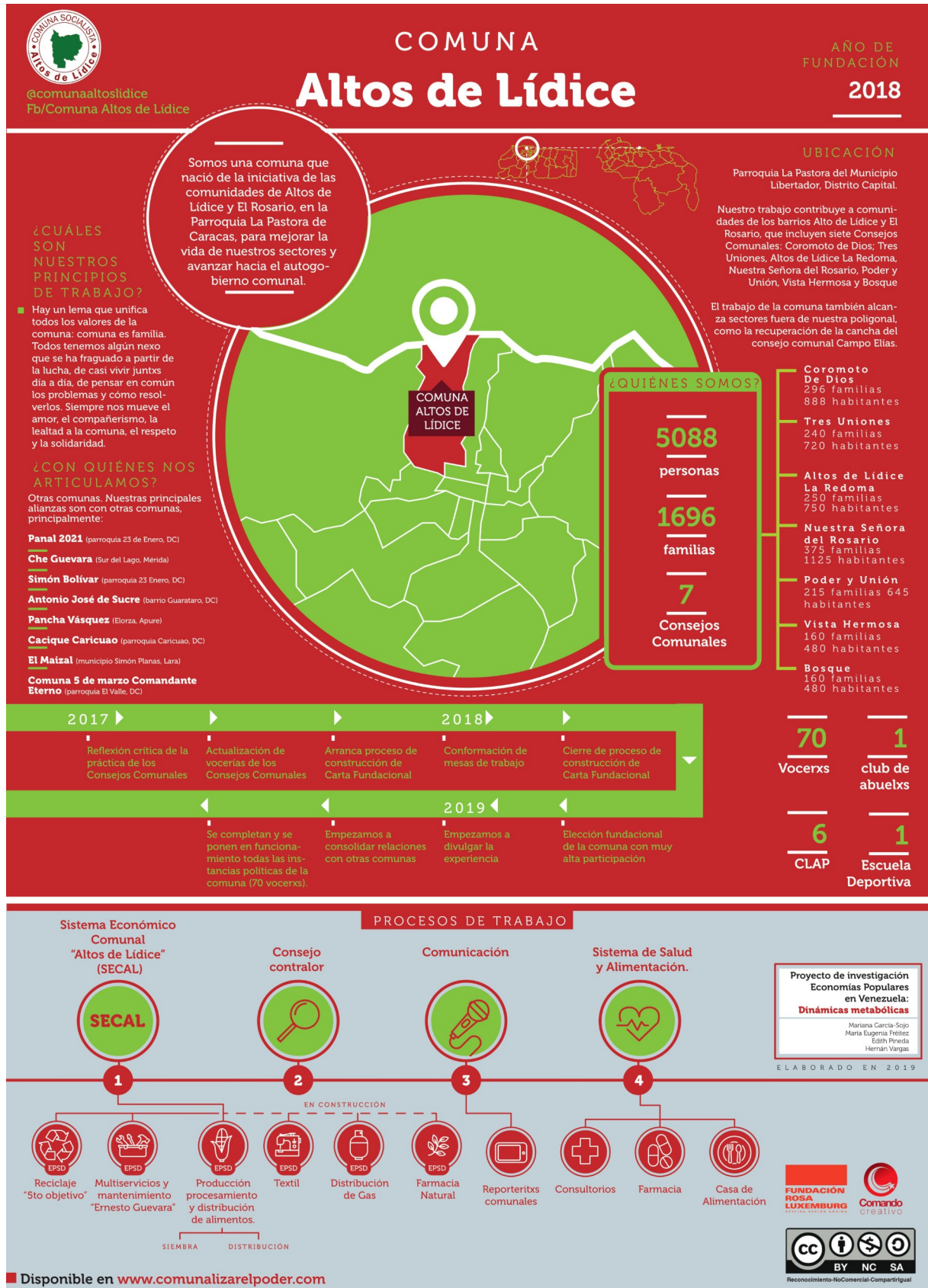
Comuna Socialista El Maizal, Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora, Ciudad Comunal Campesina Socialista Simón Bolívar (conformada por ocho comunas), Ciudad Comunal Juan Pablo Peñaloza (conformada por cinco comunas), Comuna Socialista Sarare, Comuna Socialista Lanceros de Ature, Comuna Río Cenizo, Comuna Andillana, Comuna Patria De Bolívar, Comuna Ezequiel Zamora, Comuna Moliturística Riveras Del Río Acequias, Comuna Pedro Briceño Méndez, Comuna Los Sueños De Bolívar Y Zamora, Comuna Herederos De Chávez, Comuna Pie De Monte, Comuna Ezequiel Zamora I, Comuna San José, Comuna Cordillera Andina, Comuna El Portal Bolivariano, Comuna La Machiri, Comuna Juan Pablo Peñaloza, Comuna Simón Bolívar Vive, Comuna Simón Bolívar 200, Comuna Eli Gerardo Medina, Comuna Cacique Guaicaipuro, Comuna Alí Primera II, Comuna Espada De Bolívar, Comuna Estero De María La Gorda, Comuna Cuartel De La Montaña 4F, Comuna Chávez Vive, Comuna Guerreros De Azua, Comuna Juan Milla, Comuna Orimiquire, Comuna Unión De Los Pueblos Socialistas, Comuna Árbol De Las Tres Raíces, Comuna Quebrada Del Guayabal, Comuna Simón Rodríguez Comuna Juan De Los Santos Contreras, Comuna Jesús De Nazaret, Comuna Brisas Del Río Sarare, Comuna Riveras De Periquera, Comuna La Periquera, Comuna Gran Samario, Comuna Unión Del Llano, Comuna Montaña E La Puerta, Comuna Antonio José De Sucre, Comuna Che Guevara, Comuna Jesús Romero Anselmi, Comuna El Carmen, Comuna Espada De Bolívar, Comuna Manuelita, Comuna Vencedores De Monte Bello, Comuna Cuatro De Febrero, Comuna Negro Primero, Comuna Julián Mellado, Comuna Cuatro Raíces, Comuna Trinidad 1913, Comuna Las Colonias Del Viento, Comuna La Revolución En Progreso, Comuna Monte De Sinaí, Comuna Paraíso Del Llano, Comuna Caño Los Pájaros, Comuna Socioproductiva Libertadores Del Sur, Comuna Libertadores de la Patria, Comuna

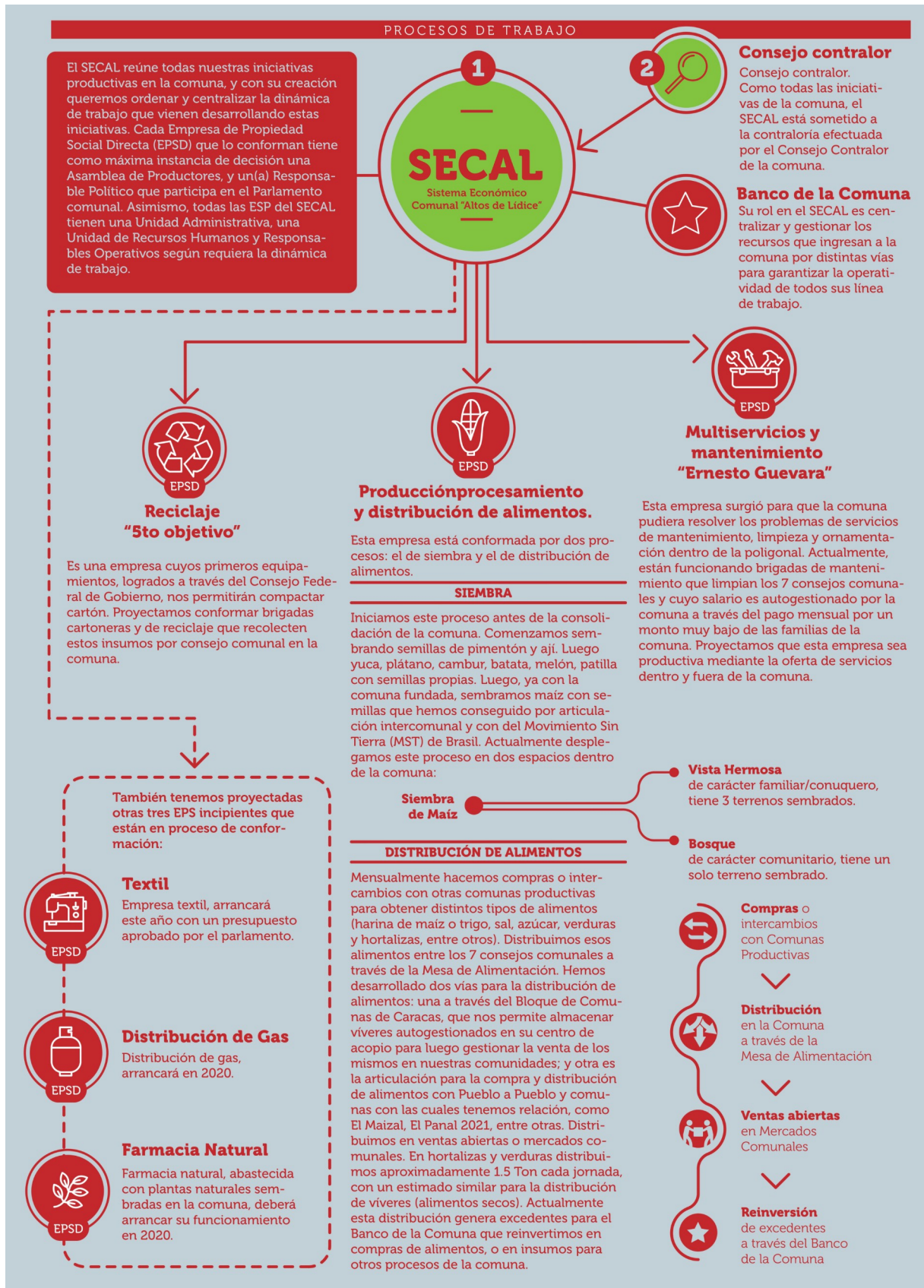
Guardianes de La Patria.

Fonte:

CLOC – Via Campesina Internacional. Publicada em 26/08/2018. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/venezuela-declaracion-de-el-maizal> . Acesso em: 24 janeiro 2022.

ANEXO B – INFOGRAFIA COMUNA ALTOS DE LÍDICE





PROCESOS DE TRABAJO

**Comunicación****REPORTERITXS COMUNALES**

Se trata de un grupo de chamxs con entre 10 y 13 años, que dan cobertura a los eventos de la comuna mientras desarrollan herramientas en distintas áreas de comunicación y producción audiovisual. Son quienes llevan las redes sociales de la comuna, quienes generan contenido sobre la comuna y lo difunden. Esta línea de trabajo inició con la Escuela "Yanira Albornoz", impulsada por el periódico Ciudad Caracas, que consistía en talleres para entre 20 y 30 chamxs del barrio, de fotografía, elaboración de guión, narración, entre otros.

**Sistema de Salud y Alimentación**

El sistema de salud es gestionado por 20 mujeres de distintos consejos comunales que conforman la Mesa de Salud, y cuya tarea principal es construir el puente entre lxs pacientes y lxs médicxs que trabajan en la comuna. El sistema censa la vulnerabilidad económica y las necesidades en peso y talla en la comuna mediante jornadas mensuales, y en función de eso se postula gente al sistema: a consulta médica o a la Casa de Alimentación, según sea necesario. Si el/la paciente necesita algún medicamento prescrito en la consulta médica, puede conseguirlo libre de costo en la Farmacia de la comuna, siempre que haya cumplido con los pasos del sistema (ir a consulta y llevar el récipe).

**Consultorios**

Desde la comuna hemos recuperado 1 consultorio y construido otros 2 en nuestro territorio.

**Farmacia**

Nuestra farmacia está dotada por donaciones periódicas de aliados internacionales. Tenemos como reto garantizar una dotación periódica del Estado venezolano.

**Casa de Alimentación**

También contamos con una Casa de Alimentación, que es dotada por el Estado. Tenemos como reto aportarle desde el proceso de siembra.

¿CÓMO NOS ORGANIZAMOS?

PARLAMENTO

Es la instancia central de la comuna, nuestro espacio asambleario de toma de decisiones: todas las discusiones importantes pasan por el parlamento, que sesiona semanalmente. Allí las decisiones se toman en asamblea, por debate y consenso. Está conformado por 16 vocerxs, que son: 2 personas por consejo comunal (14 en total), 2 personas por cada Empresa de Propiedad Social (EPS).

MESA DE SALUD

Esta es una de las instancias más consolidadas de la comuna. En ella trabajan 20 vocerxs (la mayoría mujeres) y 3 médicxs que se reúnen semanalmente para coordinar el Sistema de Salud de la comuna.

MESA DE ALIMENTACIÓN

La mesa de alimentación en conjunto con la EPS Ezequiel Zamora (Producción y Distribución de alimentos) organiza la venta de alimentos en la Comuna. Sus 7 vocerxs sesionan semanalmente.

BANCO DE LA COMUNA

Se trata de una de las instancias estratégicas de la comuna, por su rol central en el Sistema Económico Comunal (SECAL). Sesiona semanalmente. Lo conforman 3 ciudadanxs electxs por elecciones de segundo grado entre vocerxs de finanzas de los Consejos Comunales; un comité de aprobación; un Comité de Seguimiento y Control; y una Coordinación Administrativa.

MESA DE SERVICIOS, INFRAESTRUCTURA, HÁBITAT Y VIVIENDA

Mesa de servicios, infraestructura, hábitat y vivienda. Esta instancia tiene 20 vocerxs. Su trabajo es gestionar soluciones para las problemáticas con el acceso al agua y al gas; así como el tema de la iluminación pública y el mantenimiento de calles.

MESA DE SERVICIOS, INFRAESTRUCTURA, HÁBITAT Y VIVIENDA

Mesa de cultura, recreación y deporte. Esta instancia incipiente tiene 5 vocerxs hasta ahora. Fue creada con el objetivo de rescatar cultural el arraigo en el barrio por nuestras tradiciones locales, además de brindar espacio para expresiones artísticas y culturales en nuestra comunidad, así como espacios de encuentro en torno a lo deportivo. Para esto, nos proyectamos lograr este año una copa navideña de diversas disciplinas (baloncesto, kickingball, entre otros) y constituir un grupo cultural de parranderxs culturales que coordinen esos espacios artísticos.

Consejos comunales. Son 7 en total; cada uno define dos vocerxs para el Parlamento y vocerxs para las Mesas de trabajo.

DESAFÍOS O RETOS ACTUALES

- Disputar al Estado el autogobierno de la comuna y lograr la transferencia de competencias y recursos
- Tenemos tensiones con el Estado Mayor de Alimentación y la dirección del PSUV en la parroquia.
- Articular con el sistema público de salud para lograr un abastecimiento estable de medicamentos para la Farmacia Comunal, más allá de donaciones eventuales
- Articular con el sistema público de salud para lograr que se reabra la maternidad totalmente equipada que hay en la comunidad, cerrada por falta de médicxs especializadxs.
- Asumir en la comuna la gestión del suministro estable de agua y gas, especialmente importante para la Casa de Alimentación.
- Superar la dependencia de insumos y medios de producción y avanzar en la autonomía de nuestros proceso de producción.
- Lograr que el Instituto Nacional de Nutrición (INN) nos transfiera la gestión del suplemento alimentario y que el Movimiento Somos Venezuela nos transfiera la asistencia técnica a la comuna.
- Consolidar un método de gestión y trabajo para cada empresa e instancia política que logre el engranaje y la sustentabilidad de la comuna.
- Registrar todas nuestras EPS para licitar contratos con el Estado.
- Encontrar, comprar o construir espacios físicos para uso comunal. No tenemos casa comunal: los espacios que tenemos son insuficientes.
- Integrar las comunidades a la comuna por completo; que se valore lo que hacemos y se sume al trabajo.
- Superar el conflicto con Inparques en torno a tierra protegida que desde la comuna hemos ocupado para sembrar.
- Impulsar procesos de digitalización de toda la gestión comunal.
- Impulsar el nacimiento de la Ciudad Comunal Lidice.
- Vincular la mayor cantidad de jóvenes posibles a la dinámica Comunal.